

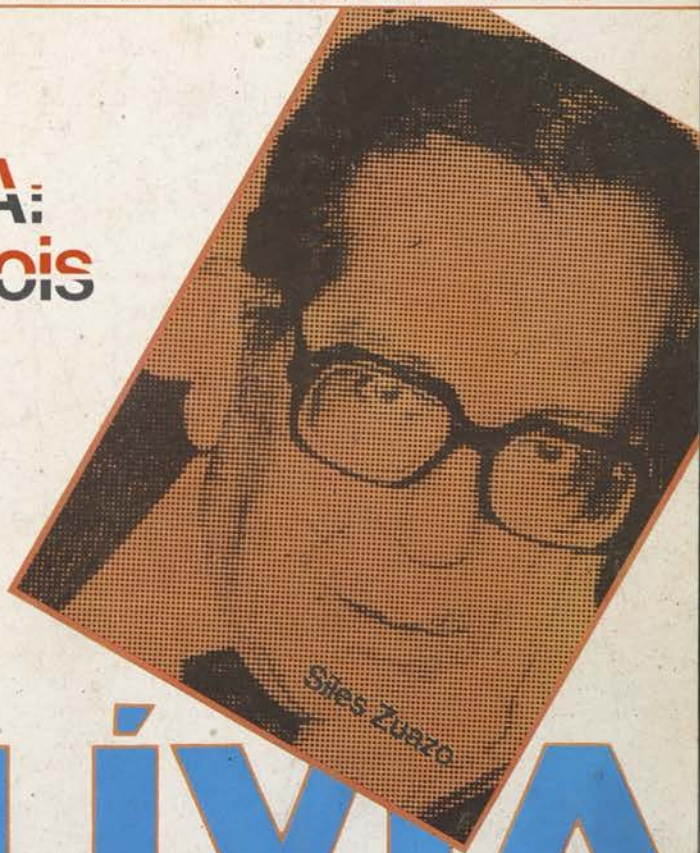
cadernos do

terceiro mundo

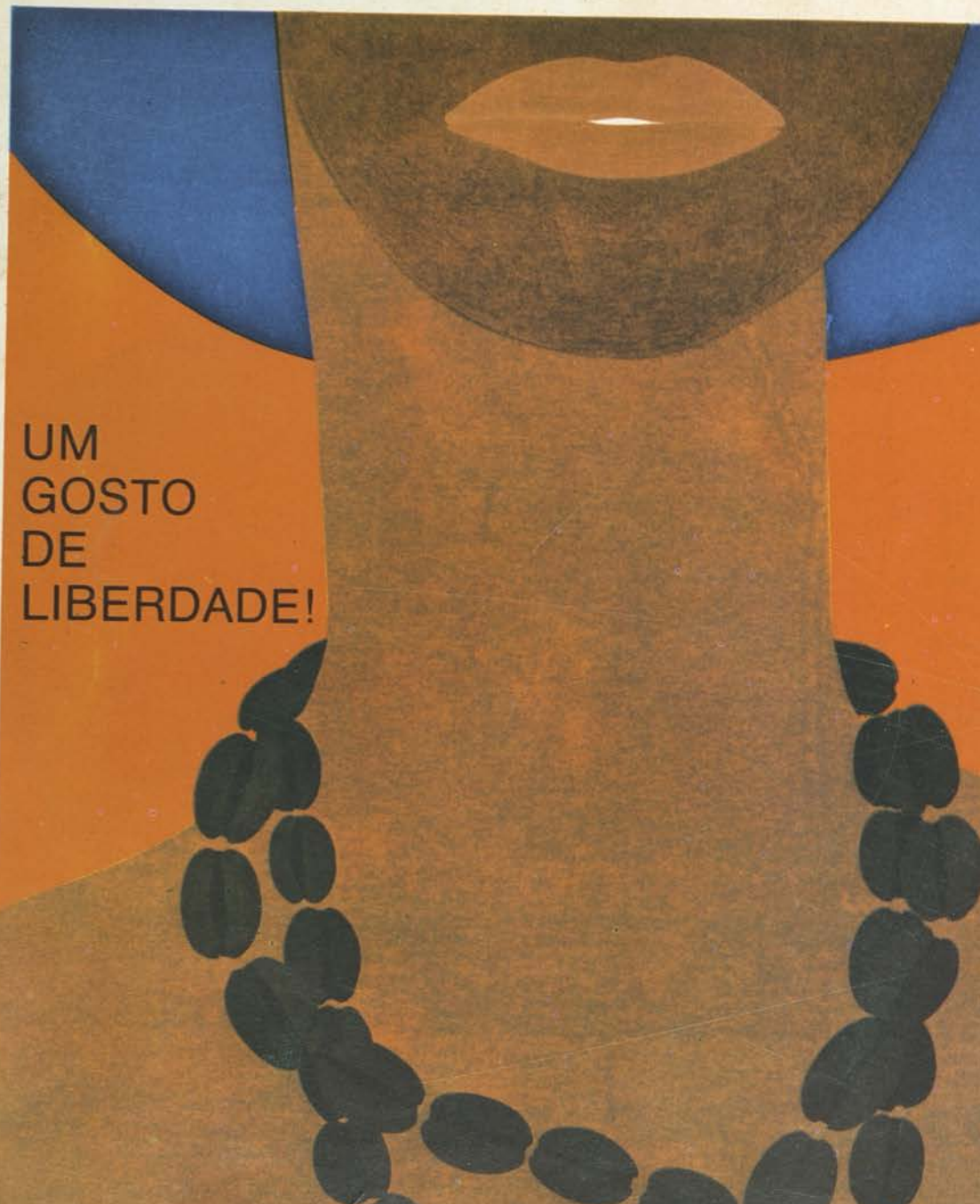
EXCLUSIVO
O AFGANISTÃO HOJE

Revista Mensal/Agosto 1980 60\$00 60.00Kz 60.00MT 60.00CV 80.00Cr\$ ANO 3 N.º 26

NICÁRAGUA:
NICARAGUA:
um ano depois
da vitória



BOLÍVIA CRESCER A RESISTÊNCIA

A stylized, high-contrast illustration of a woman's face and upper torso. The face is rendered in a dark brown, textured style, with large, full lips. She is wearing a blue garment with a white collar. A necklace of dark coffee beans is draped around her neck. The background is a mix of orange and brown tones.

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73621 2 / 3 CP. 342
Telegr. "IN CAFE" LUANDA

Neste número

3 **Nota de abertura:** Nicarágua e Bolívia no centro das atenções
Correio de leitor

4 **Editorial** – Os sete grandes contra a OPEP

Matéria de capa: América Latina — Nicarágua e Bolívia

8 **Nicarágua:** Revolução ano I, *Roberto Remo e Cristina Canoura*

10 Nosso maior feito, a vitória

16 Unidade Nacional e Poder Popular

20 Reforma Agrária, um projecto agro-industrial

25 Aprender a ler: um sonho camponês

30 Um banqueiro na Revolução

35 **Bolívia:** Um golpe «a la Pinochet», *Pablo Piacentini*

38 Cresce a resistência, *Renato Andrade*

43 A quartelada dos Cocadolares, *Gregorio Selser*

47 **Peru:** O continuísmo de Belaúnde, *Rafael Roncagliolo*

49 **Brasil:** De João a João, um abismo de idéias, *Herbet Sousa*

África

55 **Sara Ocidental:** Sete anos de luta, entrevista com Omar Mansour,

Roberto Bardini

60 **Moçambique:** Autocrítica da FRELIMO, *António Makwala*

63 **Madagascar:** No meio do mar, as conquistas do povo malgaxe, *Mia Couto*

Médio Oriente

67 **Iraque:** Bagdade constrói um palácio, *Beatriz Bissio*

Ásia

69 **Afganistão:** A vida difícil de um estado-tampão, *Wilfred Burchett*

70 Depois da tormenta a unidade nacional

72 Educação: uma campanha contra 95% de analfabetos

75 Soraya, a luta pelos direitos da mulher afegã

80 **Sri Lanka:** À beira da bancarrota, *Ma. Venugopala Rao*

84 **Panorama Tricontinental**

Ciência e Tecnologia

89 **Brasil:** A ciência pela Democracia

Desporto

93 **Moscovo:** Podiam ter sido os melhores jogos de sempre, *Mário Moura*

assinaturas

Europa e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe: 12 números (via aérea) 18 dólares USA ou 850\$00.
Restantes países: 22 dólares USA

cadernos do
terceiro mundo

NICARÁGUA:
um ano depois
da vitória



**BOLÍVIA
CRESCER A
RESISTÊNCIA**



Portugal e Espanha: 12 números 500\$00
6 números 300\$00

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO
Publicação Mensal — N.º 25 — Julho de 1980

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darcí Ribeiro, Juan Somovía, Henry Pease Garcia, Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE.

Editor e Director: *Altair L. Campos*
Redacção: *Baptista da Silva Carlos Pinto Santos João Escadinha*
Documentação e Arquivo: *Cristina Assis*
Revisão e Tradução: *Estevam Reis*

Colaboram neste número: *António Makwala Gregório Selser Herbet de Souza M. Venugopala Rao Mário Moura Rafael Roncagliolo Renato Andrade Roberto Bardini*

Administração: *Ernesto Pádua*
Publicidade: *João Reis*
Propriedade: *Tricontinental Editora, Lda, Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º 1000 Lisboa*
Redacção e Sede da Administração: *Calçada do Combro, 10 - 1.º Telef. 320650 — 1200 Lisboa*

Composição e Montagem: *Renascença Gráfica S.A.R.L.*
Impressão e Acabamento: *Gráfica Europam Lda.*
Tiragem desta Edição: 37.000 exemplares

— REPRESENTAÇÕES

Angola: *Luís Henrique Caixa Postal 3593, Luanda*
Moçambique: *Étivaldo Hipólito Rua Kongwa 153, Maputo*

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA O BRASIL

Editor e Director: *Neiva Moreira*
Secretário de Redacção: *Nilton Caparelli*
Representante em Brasília: *Clóvis Sena*
Representante em S. Paulo: *Paulo Canabrava Filho*
Arte: *David Gomes Araújo (Editor) Maria Nakan*

Administração: *Mauro Fernando de Sousa*
Publicidade: *Jesus Antunes*
Documentação e Arquivo: *Maria Goretti Aires*

Propriedade: *Editora Terceiro Mundo, Lda, Rua da Lapa, 180, Sobreloja A CEP 20021 Rio de Janeiro*

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*
MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL, AMÉRICA DO NORTE E CARIBE
Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*
Propriedade: *Periodistas del Tercer Mundo A. C. Calle San Lorenzo 153, 4.º piso México Df.*

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA, EQUADOR PERU E VENEZUELA

Propriedade: *DESCO Centro de Estudios e Promocion del Desarrollo Av. Salverry 1945, Lima*

— EDIÇÃO EM INGLÊS PARA OS USA, CANADÁ, EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA DO TERCEIRO MUNDO

Editor: *Fernando Molina*
Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*
Apartado Postal 20-572 México 20 DF

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. **EL SALVADOR:** Libreria Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Libreria Las Americas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Libreria del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4738 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Libreria Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periodico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerias México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Libreria de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMA:** Libreria Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** DiJornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerias La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave González, Rio Piedras — Pensamiento Critico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S.TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoa a Pte. Brion, Caracas.

Nicarágua e Bolívia no centro das atenções

A idéia de se elaborar uma grande matéria sobre a revolução nicaraguense veio do México. Roberto Remo, o nosso editor naquele país, entrevistara Tomás Borge, Ministro do Interior, membro da Direcção Nacional da Frente Sandinista e seu único fundador ainda vivo (ver cadernos do terceiro mundo n.º 22). Na conversa entre os dois, Tomás Borge abriu as portas da Nicarágua para que vissemos e ouvíssemos tudo o que nos interessasse sobre a revolução no seu país. A Nicarágua comemorava um ano do derrube de Somoza e a efeméride surgia no bom momento para se procurar saber que metas tinham sido já ultrapassadas, mas também das intenções, problemas e resultados desse período. A resposta fica agora impressa neste n.º 26 dos cadernos, onde dedicamos um amplo espaço à realidade nicaraguense e às conquistas do seu povo: reforma agrária, alfabetização, a reconstrução e a unidade nacional.

Destaque na América Latina para o sanguinário golpe de direita («a la Pinochet», como o general García Meza o definiu) na Bolívia. Bolívia de onde o nosso camarada Renato Andrade, colaborador permanente dos cadernos em La

Paz, nós enviou clandestinamente uma sua crónica, ao mesmo tempo que nos sossegou sobre o seu paradeiro. No caso deste país da América Latina, a situação torna-se ainda mais dramática para nós — editores, redactores, colaboradores dos cadernos — pelo envolvimento de Siles Zuazo com a nossa publicação, desde há muito nosso colaborador e amigo. O seu combate de hoje, na clandestinidade, faz parte da coerência da sua vida de lutador pela causa da liberdade do seu martirizado povo.

Omar Mansour, embaixador da RASD acreditado em Argel, traça ao nosso colaborador Roberto Bardini um exaustivo e importante balanço sobre a luta que o povo saaraui vem travando há sete anos pela independência do seu país.

Destaque ainda para a situação económica no Sri Lanka e o seu envolvimento com o FMI e para o excelente trabalho de Wilfred Burchett, membro do nosso Conselho Editorial, que nos conta o que se está a fazer hoje no Afeganistão e o que poderá ser o amanhã. Matéria especial, com entrevistas exclusivas e uma informação bem diferente daquela que as primeiras páginas da grande imprensa costumam estampar.

Correio do leitor

Uma sugestão: incluam um maior número de artigos de carácter económico:

Gostaria de trocar correspondência com leitores dessa revista, qualquer que seja a sua nacionalidade, com o objectivo de trocarmos ideias sobre a realidade dos nossos países e também para a troca de selos, postais e livros.

Luis Filipe Boavida

Rua Simões da Silva, n.º 12 — 1.º E
Maputo — R.P. Moçambique

joventos portugueses para a troca de postais e amizade.

Daniel Mavingo

Caixa Postal n.º 140 — Cabinda
R.P. Angola

Desejaria, na qualidade de jovem, me corresponder com outros jovens de expressão portuguesa para troca de experiência juvenil.

Jeanny Wylliam Caetano Sobrinho

Caixa Postal 567
Luanda — R.P. Angola

Gostaria de vos dizer o quanto estou satisfeito com os Cadernos e fica o meu desejo que nunca a tinta vos falte na caneta.

José Artur Santos
Lagos — Portugal



Reunião de Veneza



OS SETE GRANDES

Como se fossem os únicos no mundo, os chamados sete grandes do ocidente concentraram-se na sua última reunião de cúpula, concluída em Veneza no dia 23 de Junho último, sobre o tema que constitui a sua obsessão desde o início dos anos setenta: o petróleo. Os aumentos decididos em 1972 e 1973 pela OPEP, constituíram o primeiro caso em que uma associação de produtores conseguiu fixar por si só os aumentos para uma matéria-prima com a finalidade de torná-la remunerativa.

Inverteu-se assim, sectorialmente, a tendência universal imposta por um punhado de potências capitalistas: estas, os grandes consumidores, determinam, segundo as suas necessidades, os preços dos bens básicos e os volumes da sua exportação, não importa quais sejam as necessidades dos países que perfazem a maioria da população mundial e a realidade mais pobre e desvalida do planeta.

A alta do preço do petróleo foi acusada de causar todos os males: recessão e desemprego nas nações industrializadas, agravamento das crises e das grandes dificuldades nos países do Terceiro Mundo não possuidores de petróleo. Este último ponto era correcto, mas só em parte, dentro do sistema gerado pelo ocidente capitalista que, não há dúvidas, recebeu através do «trespasse» a maior parte dos petrodólares: isto é, grande parte dos

lucros obtidos pelos exportadores regressaram aos bancos e às empresas do capitalismo central, reforçando-o em termos económicos e, assim, deixando quase que inalterado o mecanismo da dependência.

Apesar disso, a posição da OPEP abalava um dos pilares do desenvolvimento capitalista: a obtenção de energia barata e abundante. Daí os esforços ocidentais nos últimos anos, orientados no sentido de enfraquecer os membros da OPEP. Procuraram forçá-los a reduzir os preços ou, no mínimo, a que não os submetessem a novos aumentos.

Mas, permaneceram válidos dois pressupostos do esquema anterior:

1. As potências capitalistas continuariam **as suas** políticas de crescimento — e de desperdício — dentro de um esquema de aumento de consumo. Isto significa um repúdio planificado à justa tese de que a crise só poderia ser resolvida por aqueles que a haviam produzido, devido a uma procura desmedida que deveria ser contida.

2. O produto energético básico continuaria a ser o petróleo, por ser a matéria-prima que melhores vantagens relativas oferece. O primeiro ponto — aumento da procura — impossibilitou o êxito daquela estratégia, pois os produtores comportaram-se segundo as leis do mercado — inventadas pelo capitalismo



CONTRA A OPEP

liberal — e os preços continuaram em espiral altista.

Estes pressupostos foram nos últimos anos literalmente pulverizados. A reunião de Veneza significou a sua eliminação formal e a sua substituição por uma nova estratégia que inclui uma programação em matéria de energia.

Os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, França, Japão, Canadá e Itália tomaram duas medidas fundamentais: conter o consumo e impulsionar novas fontes de energia. O objectivo estatístico é que o petróleo baixe, de hoje a 1990, dos 53 por cento actuais aos 40 por cento, como fornecedor da energia consumida pelas sete grandes potências.

Pode-se ter dúvidas quanto à aplicação a fundo, por todas as potências, dos planos de expansão de fontes alternativas e, sobretudo, de que algumas medidas de austeridade sejam exercidas com firmeza. E isso faria variar somente alguns graus de percentagem, mas não a direcção da estratégia.

Convém, então, reconhecer-se que foi adoptada uma política cujas repercussões influirão sobre o conjunto da economia mundial, e por essa razão, analisar as suas projecções:

1. O custo da programação energética arrastará, segundo ela, o prolongamento da presente recessão. O termo não tem, nem de

longe, o alcance pelo qual é conhecido no Terceiro Mundo. Isso significa piorar níveis de vida já miseráveis, e não aceitar que um nível de vida alto deva melhorar lentamente. E os efeitos serão muito desiguais. A recessão capitalista golpeia sobretudo os países subdesenvolvidos dependentes. Encarece as suas importações industriais, dificulta e desvaloriza as suas exportações, isto é, torna ainda mais desfavoráveis os termos do intercâmbio, excepto, é claro, com os produtores de petróleo. Os sete grandes não previram a aplicação de paliativos para essa situação.

2. O objectivo declarado consiste em eliminar a dependência das potências capitalistas em relação ao petróleo em geral, e à OPEP em particular. A anterior reunião de cúpula em Tóquio, havia dado um primeiro passo. Decidiu-se adoptar um tecto nas importações até 1985, meta agora mantida até 1990. Esta decisão e o desenvolvimento de novas fontes de energia tendem a provocar a reversão do quadro presente. Se considerarmos que actualmente não há escassez de petróleo, o atingir das metas faria com que a oferta de petróleo superasse a procura. E espera-se com isso, vergar a OPEP.

3. A adopção desta política de confrontação envolve o conjunto das relações Norte-Sul. Prevaleceu, mais uma vez, a tese dos Estados Unidos e dos seus aliados mais pró-

ximos, segundo a qual devem ser abandonadas as negociações globais para resolver os problemas da economia mundial.

Os sete grandes estavam diante de duas opções: uma, encarar o tema da energia dentro das relações gerais entre produtores e consumidores e, portanto, discutir sobre os mecanismos que conciliassem os interesses em jogo, tal como foi tentado, por exemplo, na Conferência Norte-Sul de Paris; a segunda, reafirmar a hegemonia capitalista e, portanto, enfrentar os aumentos do petróleo directamente, velha postura que prevaleceu. Isso coloca os membros da OPEP em primeiro plano, mas trata-se de uma opção que envolve globalmente o Terceiro Mundo, pois anula, de facto, o caminho das negociações entre consumidores e produtores. Se já havia pouco a esperar dos instrumentos de discussão Norte-Sul criados no seio das Nações Unidas, agora essas vias parecem mais estreitas e obscuras.

Revelador de tal tendência foi o caminho percorrido pelo denominado Informe Brandt, que propôs a discussão dos problemas económicos mundiais em reuniões onde participem as nações subdesenvolvidas, assim como a transferência de fundos para os países não produtores de petróleo do Terceiro Mundo. Foi dado um despacho com a seguinte frase: «Acolhemos com interesse a informação da Comissão Brandt e estudaremos cuidadosamente as suas recomendações», o que significa claramente, em linguagem diplomática, enviá-la para arquivo. Ao contrário, prestigia-se a função das instituições de dependência económica: os bancos privados e o Fundo Monetário Internacional.

Esta política comum aprovada pelos sete grandes, reflecte e projecta diversos acordos entre eles.

Um desses acordos decide a cessação das pesquisas de petróleo no Médio Oriente e que se dê preferência a outras áreas, em particular à Austrália e à Ásia. E, efectivamente, apesar das estimativas de que 36% das reservas mundiais de hidrocarbonantes se encontram no Médio Oriente, em 1979 foram efectuados investimentos que somam 4,1% dos investimentos totais na exploração do petróleo e do gás, enquanto que 62% foram aplicados na Ásia e na África. No entanto, dezoito das maiores companhias petrolíferas do mundo, das quais dezasseis são norte-

americanas, monopolizaram 74% das autorizações de exploração fora dos Estados Unidos.

Em Veneza, outorgou-se ao carvão a prioridade como fonte substitutiva de energia, cuja produção será duplicada nos próximos anos. Para isso, deverá ser investida a assustadora soma de 900 biliões de dólares.

Acontece que as maiores reservas mundiais de carvão se encontram nos Estados Unidos, que poderia manter-se como exportador durante os próximos 200 anos, segundo as avaliações existentes. E, além disso, as companhias petrolíferas norte-americanas apossaram-se das mais ricas concessões fora do seu território, particularmente na América Latina e na Austrália.

Desse modo, está em jogo um grande projecto cuja aplicação visa assegurar para as multinacionais — que são de origem norte-americana na sua grande maioria — o controlo das fontes de energia nas próximas décadas.

Uma das consequências deste projecto, será uma maior dependência energética dos países europeus aos Estados Unidos. Assim, dentro de uma Europa carente de energia e pobre em matérias-primas, existem sectores relutantes em verem-se arrastados pelos Estados Unidos, e sensíveis a negociações globais sobre matérias-primas, incluindo os hidrocarbonantes.

Enquanto os países da OPEP se vêm perante uma ameaça de envergadura, os países progressistas da Organização estão a favor em aprofundar a solidariedade para com os restantes países do Terceiro Mundo, e apresentar uma frente única e compacta para equilibrar as relações Norte-Sul. Mas são neutralizados, no entanto, pelos países conservadores e pró-ocidentais, com a monarquia saudita à frente.

Se essa atitude não for modificada, pode-se prever que a OPEP terá de se resignar a ver triunfar o programa de Veneza. A única maneira de superá-lo é a tentativa de um acordo comum entre as partes, para que seja imposta a revisão das relações entre consumidores e produtores, no quadro de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Só se houver uma união nesse sentido entre os países do Terceiro Mundo e os países desenvolvidos, em contradição com a intenção norte-americana, essa estratégia poderá ser evitada. □

JORGE AMADO



SEARA VERMELHA

TUDO O SERTÃO DOS BEATOS, DOS BANDIDOS RURAIS, DO CANGAÇO, DA DOR E DA ESPERANÇA. LIVRO INESQUECÍVEL QUE TEM COMOVIDO MILHÕES DE LEITORES EM TODO O MUNDO.

OS SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE



I OS ÁSPEROS TEMPOS



II AGONIA DA NOITE

SUBTERRÂNEOS DA LIBERDADE, A FAMOSA TRILOGIA ATÉ HÁ POUCO TEMPO SÓ CONHECIDA EM PORTUGAL POR LEITURAS CLANDESTINAS. PELA MAGIA DA PENA DE JORGE AMADO UMA OBRA IMORREDOURA: A LUTA DO POVO PELOS IDEAIS DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE.

III A LUZ NO TÚNEL



À VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

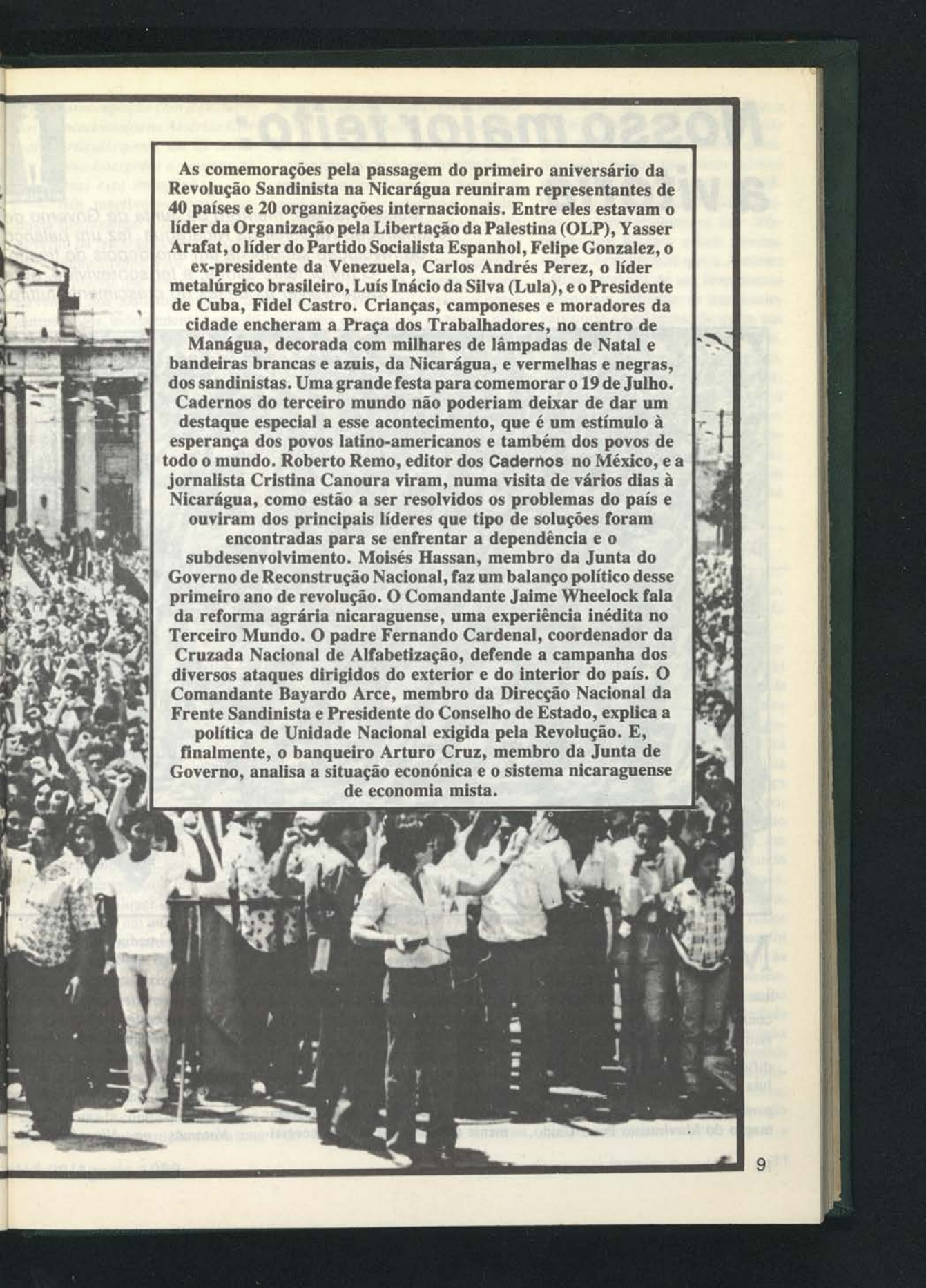


Uma edição
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

NICARÁGUA

Revolução ano I





As comemorações pela passagem do primeiro aniversário da Revolução Sandinista na Nicarágua reuniram representantes de 40 países e 20 organizações internacionais. Entre eles estavam o líder da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, o líder do Partido Socialista Espanhol, Felipe Gonzalez, o ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, o líder metalúrgico brasileiro, Luís Inácio da Silva (Lula), e o Presidente de Cuba, Fidel Castro. Crianças, camponeses e moradores da cidade encheram a Praça dos Trabalhadores, no centro de Manágua, decorada com milhares de lâmpadas de Natal e bandeiras brancas e azuis, da Nicarágua, e vermelhas e negras, dos sandinistas. Uma grande festa para comemorar o 19 de Julho. Cadernos do terceiro mundo não poderiam deixar de dar um destaque especial a esse acontecimento, que é um estímulo à esperança dos povos latino-americanos e também dos povos de todo o mundo. Roberto Remo, editor dos Cadernos no México, e a jornalista Cristina Canoura viram, numa visita de vários dias à Nicarágua, como estão a ser resolvidos os problemas do país e ouviram dos principais líderes que tipo de soluções foram encontradas para se enfrentar a dependência e o subdesenvolvimento. Moisés Hassan, membro da Junta do Governo de Reconstrução Nacional, faz um balanço político desse primeiro ano de revolução. O Comandante Jaime Wheelock fala da reforma agrária nicaraguense, uma experiência inédita no Terceiro Mundo. O padre Fernando Cardenal, coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização, defende a campanha dos diversos ataques dirigidos do exterior e do interior do país. O Comandante Bayardo Arce, membro da Direcção Nacional da Frente Sandinista e Presidente do Conselho de Estado, explica a política de Unidade Nacional exigida pela Revolução. E, finalmente, o banqueiro Arturo Cruz, membro da Junta de Governo, analisa a situação económica e o sistema nicaraguense de economia mista.

Nosso maior feito: a vitória



Moisés Hassan, membro da Junta de Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua, faz um balanço da revolução sandinista um ano depois do triunfo

O maior feito, afirma, é ter sobrevivido, para desenvolver as bases do crescimento futuro



MOISÉS Hassan não veste o uniforme verde-oliva dos comandantes sandinistas, mas a sua participação na insurreição contra a tirania de Somoza não foi, por isso, menos destacada. A ele coube a difícil responsabilidade de organizar a luta clandestina de Manágua. A sua participação foi decisiva para a formação do Movimento Povo Unido,

que concretizou a unidade da Frente Sandinista com os partidos de esquerda, sindicatos, estudantes e outras organizações de massa. Na divisão de tarefas da junta, cabe-lhe a responsabilidade dos serviços (energia eléctrica, água potável, transporte, construção, comunicações, etc.) bem como a área social (saúde, previdência, etc.) directamente relacionados com as necessi-

dades mais imediatas do povo.

O balanço político que realizou nesta entrevista concedida aos *cadernos do terceiro mundo* contém, além da autoridade da posição que ocupa, na primeira linha de responsabilidade do governo, o interesse que resulta do seu conhecimento directo dos problemas e aspirações populares.

Notamos na Nicarágua um

grande preocupação com a evolução dos acontecimentos na América Central, particularmente em El Salvador. Como interpreta o governo nicaraguense essa situação?

— Nós mantivemos como premissa fundamental o facto de que o governo da Nicarágua deve manter-se completamente fora de toda a política oficial que pressuponha intervenção nos assuntos internos de outros países, independentemente do tipo do governo, das suas convergências ou divergências conosco. Alguns poderão pensar que permanecemos impávidos diante dos dramas que vivem povos como o de El Salvador, mas isso não é verdade. A principal contribuição que a revolução nicaraguense pode dar aos processos de outros países, é consolidar-se, assentar firmemente as suas bases. Intervir, neste momento, em El Salvador ou noutros pontos sensíveis, afectaria a nossa própria consolidação e, por conseguinte, não traria nenhuma vantagem ao movimento revolucionário da área. A única ajuda é o nosso apoio moral. E, nesse sentido, já expressámos claramente a nossa simpatia pelas lutas revolucionárias.

Também foi dito em muitas declarações oficiais que a Nicarágua consideraria uma intervenção estrangeira em El Salvador como uma agressão ao seu próprio território. Acreditam realmente nessa possibilidade?

— Achamos que essa possibilidade de intervenção é realmente remota. Mas qualquer intervenção em El Salvador ou em qualquer parte da América Latina mereceria o nosso repúdio, o repúdio de todos os governos da área e, seguramente, de todos os povos. Pensamos também que seria uma manobra demasiadamente arriscada, já que teria apenas a aprovação dos sectores mais reaccionários dos Estados Unidos e de países da América Latina. Seria uma arma apontada contra quem a usasse. Não vemos a intervenção como uma

possibilidade imediata. De qualquer modo, a situação salvadorenha atinge-nos através da propaganda dos inimigos da nossa revolução. E também materialmente, já que temos aqui um fluxo de refugiados salvadorenhos que sentem ser este o único lugar onde ninguém vai atentar contra as suas vidas. Procuram a protecção do povo e do governo nicaraguenses. Esse fluxo agrava a nossa situação económica: já temos dificuldades em suportar a nossa própria carga e uma carga adicional de milhares de pessoas em busca de ajuda, protecção e segurança complica as coisas.

Defender os interesses latino-americanos

Em entrevista concedida à nossa revista, o comandante Daniel Ortega defendeu a necessidade de se criar uma frente latino-americana de governos, movimentos e partidos, com um conteúdo anti-imperialista, que estimularia a democratização da América Latina.

Na actual situação de tensão, ainda acreditam que essa idéia seja viável?

— Nas primeiras semanas ou meses depois do triunfo da nossa revolução, as condições eram as ideais para que se conseguisse a estruturação de uma frente de países latino-americanos para defender a região face ao imperialismo norte-americano. A formação de um bloco de países na XVII Assembleia da Organização dos Estados Americanos, que enfrentou os Estados Unidos pela primeira vez na sua história, ao recusar apoio à *guardia* somozista e também à intervenção militar na Nicarágua, parecia possibilitar um movimento desse tipo. Quando fomos convidados para assistir, no fim do ano passado, à Conferência de Partidos da América Latina, em Oaxaca, convocada pelo Partido Revolucionário Institucional do México, exprimimos a nossa

opinião de que ali poderia surgir o embrião dessa frente. Ainda que não possamos ser tão optimistas, continuamos a pensar num bloco político que defenda os interesses da América Latina perante os Estados Unidos, independentemente das diferenças que possam existir internamente. Acreditamos que a América Latina necessita de um instrumento coeso para enfrentar as transnacionais norte-americanas, de quem nos devemos defender neste momento. Embora isso já tenha sido sugerido, não temos nada a temer dos soviéticos e dos cubanos. Aos cubanos só devemos agradecimentos pela generosidade para conosco. E aos soviéticos, que nunca puseram os pés na Nicarágua, que nunca causaram nenhum dano à Nicarágua, não há porque temê-los.

Um parto difícil

Passando aos temas internos, qual é o balanço do primeiro ano da revolução nicaraguense?

— Quando se faz um balanço daquilo que se passou, perdemo-nos às vezes, entre as árvores, deixando de ver o bosque. Se uma criança nasce em condições difíceis e um ano depois perguntamos à sua mãe qual foi o seu maior feito, sem perder de vista as poucas coisas que uma criança possa ter aprendido nesse tempo, talvez a mãe diga que o maior feito do seu filho tenha sido nascer e, em segundo lugar, que tenha conseguido sobreviver, que, em doze meses, tenha criado as bases para se desenvolver e tornar-se adulto. O maior feito da revolução nicaraguense foi ter conseguido sobreviver sob as condições difíceis em que se desenvolveu e ter assentado as bases que lhe permitirão construir uma sociedade nova. A nível interno, a Nicarágua pode respirar, depois de muitos anos, um clima de paz, de tranquilidade e estabilidade social e política: pela primeira vez, as pessoas não andam aterrorizadas pelas ruas e a

imensa maioria dos nicaraguenses sente-se em liberdade. Isso ainda se torna mais importante se nos lembrarmos do terror que se vive em El Salvador, na Guatemala e noutros países. Outro aspecto fundamental é a confiança e o apoio da maioria dos nicaraguenses para a criação desse clima do qual se beneficia. Se, internamente, o grande feito foi ter sobrevivido, a nível internacional, pela primeira vez na sua história, a Nicarágua é uma nação: deixou de ser um simples apêndice do imperialismo norte-americano, que obedecia às instruções dadas por um embaixador. Convertemo-nos numa nação que anuncia claramente o seu propósito de criar uma sociedade absolutamente livre, independente, soberana e autodeterminada. Incorporámo-nos no Movimento dos Países Não-Alinhados. Actuámos nos foros internacionais em função dos interesses da Nicarágua e disso se deriva o respeito que merecemos. Há alguns anos sofríamos humilhação quando algum latino-americano nos perguntava se éramos «da terra de Somoza». E tínhamos que engolir isso com amargura, porque desgraçadamente era verdade. Hoje, ser nicaraguense é motivo de orgulho. Estando no México em 1926, Sandino sofreu esse tipo de humilhação quando um trabalhador mexicano lhe disse que os nicaraguenses vendiam a sua pátria, porque toleravam a invasão ianque. E isso impulsionou Sandino a abandonar o trabalho que tinha na *Huasteca Petroleum* e vir para a Nicarágua lutar contra os norte-americanos.

Esta é a visão de conjunto. O resto são detalhes: a recuperação dos bens usurpados pela família Somoza, por exemplo, postos sob a tutela do Estado para que produzam para o povo. Sobre a base desses bens criámos a Corporação Comercial do Povo e estamos a levar a cabo uma reforma agrária que, acreditamos, será um exemplo. Entre outros feitos, podemos assinalar a completa reorgani-



Moisés Hassan, de óculos, é contra formalidades: na rua também discute os problemas do país

zação do Estado, com a criação de novas estruturas no aparelho administrativo. Também surgiu uma série de outros níveis de organização, em especial o Exército Popular Sandinista, que é pequeno, porque o país não pode suportar a carga de um exército de grandes efectivos, mas é um exército bem equipado tecnicamente, o mais sofisticado e profissional possível. E é um exército popular, não um exército repressivo.

Ser sandinista é ser nicaraguense

O grupo de Alfonso Robelo e o jornal La Prensa criticam o exército por ser chamado sandinista, por ser definido como uma organização político-militar, por não obedecer ao Estado, mas a um partido.

— Claro, esse é o ponto de vista dos inimigos da nossa revolução, alienados da realidade nicaraguense. Ser sandinista significa ser verdadeiro nicaraguense e, para nós, ser nicaraguense significa ser sandinista. Se esses senhores perguntassem o que pensam os membros do Exército Sandinista sobre o nome do seu exército, provavelmente constatariam que o próprio exército da Nicarágua se opõe a que lhe tirem o nome de Exército Popular Sandinista. Afinal, foi com esse nome que

eles se formaram, lutando na Nicarágua contra o somozismo.

E passa-se a mesma coisa em relação às Milícias Populares Sandinistas...

— Sim, porque tendo um exército pequeno, um povo como o nosso, que está a fazer uma revolução, pode ter que enfrentar inimigos muito fortes. E um exército pode até ser muito forte, mas tem que ter o apoio do povo, isso é vital. Mas um povo não pode lutar desorganizadamente. A essa necessidade respondem as Milícias Sandinistas, que são efectivamente o povo armado, treinado e pronto para levantar-se como um só homem e ir combater, se for o caso. Coisa que esperamos não aconteça.

Uma central operária única

Durante a luta contra Somoza o seu papel foi de grande destaque na organização do movimento popular. Gostaríamos que aprofundasse o problema das organizações de massa e, em particular, a divisão das forças sindicais nas várias centrais.

— Os trabalhadores nicaraguenses podem-se expressar com toda a liberdade, sem temor da repressão. Criou-se a Central Sandinista de Trabalhadores e aspiramos agrupar todos os trabalhadores numa única

central. O somozismo preferia que houvesse duzentas centrais operárias, para que nenhuma tivesse realmente força. Nós não temos ainda essa força mas é ela que nos deve impulsionar. Aspiramos realmente a ter uma única central sindical, mas no caminho surge uma série de forças que se opõem, e procuram impedir a sua concretização. Existe na Nicarágua a chamada CUS, Confederação de Unificação Sindical, organização cujos dirigentes recebem dinheiro da embaixada norte-americana e são filiados na AFLCIO dos Estados Unidos, sendo, obviamente, incentivada pelos sectores mais reaccionários. Também há a Central de Trabalhadores da Nicarágua (CTN), outro instrumento da direita, que obedece ao CLAT, que tenta impedir que a central única se consolide. Há outras organizações que se encontram na extrema-esquerda, cujos propósitos, segundo dizem, é ser a vanguarda da revolução nicaraguense. Para eles a Frente Sandinista foi a vanguarda até certo ponto, mas já não o é. Foi o que aprenderam nos seus manuais, aquilo que conseguiram aprender.

Mas há também reivindicações justas, greves que triunfaram nos últimos tempos. Esses movimentos sindicais ameaçam a aliança de classes que é a base deste período?

— Em alguma medida poderia existir essa ameaça. As greves que existiram foram fomentadas por centrais da extrema-esquerda. Nós não acreditamos que seja essa a maneira de resolver os problemas. Ninguém poderá negar que na Nicarágua, depois da revolução, foram assinados mais contratos colectivos entre empresas e trabalhadores do que nos últimos dez anos do somozismo. Estamos resolvendo os problemas através do Ministério do Trabalho, sem necessidade de se chegar às greves. As greves que existiram, foram deflagradas prematuramente e sem que tivessem sido cumpridos os requisitos prévios, numa política da extrema-esquerda para desestabilizar e desprestigiar o Governo e a Frente Sandinista. Há casos, é verdade, de greves espontâneas. Mas essas não nos preocupam: imediatamente dialogamos com os trabalha-

dores, fazendo com que vejam que a sua atitude não é a mais apropriada e eles entendem. O Governo e a Frente Sandinista não são brandos. Procuramos sempre convencer e persuadir, mas quando vemos que há má intenção, temos que utilizar, a força. Assim, foram presos dirigentes da Frente Operária, do Partido Comunista e do CAUS. Mas não se trata de repressão, eles já estão livres e foram libertados muito antes de cumprirem as penas. Procuramos integrá-los no processo e impedi-los de conspirarem.

Como reagem os trabalhadores aos sacrifícios que lhes são pedidos?

— Apesar das limitações que vêm de tantos anos de ignorância e de repressão, os trabalhadores, na sua imensa maioria, compreenderam o processo e aceitaram a carga desta revolução. A nossa aliança com a classe operária é sólida.

Os camponeses e a revolução

E os camponeses?

— Os pequenos agricultores tiveram algum medo no princípio: eles são muito apegados à terra e os inimigos da revolução diziam-lhes que iríamos tomá-la. Também alguns companheiros cometeram erros, crendo que a revolução era aquilo que tinham dentro das suas cabeças, contrariando, sem querer, as próprias linhas políticas da revolução. Mas, em geral, neste ano, vimos que esses temores foram desaparecendo. Demos ao pequeno agricultor todas as facilidades possíveis, o Banco de Desenvolvimento deu-lhes bastante dinheiro e creio que o campesinato correspondeu a isso, compreendendo que não estamos a atentar contra a sua pequena parcela de terra. O proletariado agrícola, por sua vez, teve, num primeiro momento uma reacção que não correspondia à realidade, muitos pensaram que se fizera a revolução para que eles não mais trabalhassem: «As forças repressivas foram-se embora, isto agora é do povo, então já não vamos trabalhar. Ou vamos trabalhar só umas três ou quatro horas, em vez de oito». Isso aconteceu em diferentes sectores, produzindo, num primeiro momento, uma certa descon-

tinuidade na produção. Através da Associação dos Trabalhadores do Campo fizemos um trabalho de esclarecimento político, para fazê-los ver que é exactamente agora que devemos produzir mais do que antes. Que, agora, tudo o que vamos produzir, em todo o país, será para as classes camponesa e operária. E os resultados foram alentadores, porque, apesar de ainda termos alguns problemas, o campesinato e o proletariado agrícola já entraram no ritmo. Claro que o operário tem mais acesso à educação e à formação política, assim, a sua resposta foi mais rápida do que a dos camponeses, que é um sector nitidamente mais atrasado. Porém, através dessa importantíssima organização, que é a Associação dos Trabalhadores do Campo, eles conduzem-se, cada vez mais, de acordo com os postulados e linhas da revolução.

Um enorme esforço educativo

E esse esforço educativo atinge todos os sectores sociais?

— Sim, temos a Juventude Sandinista «19 de Julho», a Associação de Mulheres Nicaraguenses «Luísa Espinosa», e a Associação de Crianças Sandinistas «Luís Alfonso Velásquez». Conseguimos semelhante grau de organização, a nível de Estado e de organizações populares é outro dos feitos da revolução. Temos, por exemplo, uma Polícia Nacional Sandinista, cuja formação foi um trabalho duro, porque, aqui na Nicarágua, até a polícia de trânsito era somozista, pertencia ao exército repressivo de Somoza. Assim, tivemos que criar toda uma estrutura a partir de companheiros do exército.

Fale-nos de outras conquistas...

— Duas conquistas fundamentais foram o controlo estatal da economia e a nacionalização dos bancos privados, que estavam nas mãos da burguesia financeira, traidora, que era o sector mais retrógrado. Nacionalizámos o comércio externo e os recursos naturais, como a madeira e a pesca, que eram explorados por empresas estrangeiras, fugitivos cubanos e por Somoza e os seus sócios norte-americanos. Criámos a Corporação Florestal do Povo, que

explorará a madeira e a sua comercialização.

Liberdade, mas não para conspirar

Gostaria que respondesse à pergunta feita pelo jornal «La Prensa» em recente editorial. Até quando vai durar a liberdade na Nicarágua?

— Essa pergunta reflecte uma posição política bastante clara. Enquanto a maioria esmagadora dos nicaraguenses desfruta pela primeira vez da liberdade e sem que haja nenhuma razão para temermos o fim dela, esses senhores fazem uma pergunta que lança a suspeita no panorama nicaraguense. Claro que aqui há liberdade, garantida pelo Governo da Nicarágua e pela Frente Sandinista de Libertação Nacional. Mas talvez a liberdade a que se referem não seja a mesma liberdade conquistada pelo povo da Nicarágua. Talvez eles pensem na liberdade que um dia lhes foi permitida: de ter jornais, estações de rádio, de lançar toda a espécie de calúnias contra a revolução, confundindo a liberdade de expressão com a liberdade de caluniar. Talvez eles temam perder

essa liberdade. Mas a liberdade de caluniar, de conspirar contra a revolução, essa não existe. O povo nicaraguense quer libertar-se do analfabetismo e das condições sub-humanas em que vivia, agora que se libertou politicamente. É por essas liberdades que estamos a lutar. E também lutamos para que não haja liberdade de se atacar a revolução. Se eles temem por essa liberdade, os seus temores não são infundados.

Justamente por isso, a renúncia do engenheiro Robelo, não põe em crise o sistema pluralista característico do início da revolução sandinista?

— Eu creio que não. Neste país, já não há liberdade para explorar, subornar, não pagar impostos. Mas algumas empresas, alguns empresários ainda não entenderam isso. A maioria, porém, compreendeu que aqui há liberdade para proceder com honestidade e respeito por todos.

O esquema pluralista será mantido sobre a base dos sectores empresariais que aí estão presentes, integrados na revolução. A prova disso é que a Junta de Governo foi reintegrada por novos membros depois da renúncia dos anteriores, que conti-

nuam a manter uma representação pluralista dentro do governo. Não tememos os pequenos sectores oportunistas e dissidentes.

Quais são os passos e as metas concretas para o segundo ano de governo?

— Neste momento estão a ser preparados os planos para 1981. A meta é alcançar, no campo da produção, os níveis que tínhamos em 1977, antes da revolução. A partir daí poderemos iniciar a nossa arrancada para levar o país a graus de desenvolvimento muito superiores aos existentes durante o somozismo. Mas não quero terminar sem me referir às realizações fundamentais que conseguimos no campo da educação e da saúde. Na educação há duas coisas muito importantes a assinalar: em primeiro lugar, a educação é gratuita; em segundo lugar, a grande cruzada de alfabetização, que incorpora na vida política e económica, grandes sectores antes completamente marginalizados (900 mil analfabetos que não existiam para o somozismo). A cruzada de alfabetização põe em movimento forças sociais que antes estavam completamente adormecidas. E estas forças





o problema habitacional é muito sério: actualmente existe uma carência de 300 mil casas para enfrentar a procura

os sociais consistem não apenas nos camponeses que estão a ser alfabetizados, mas também nos alfabetizadores, que pela primeira vez estão a conhecer a realidade da Nicarágua, muito diferente daquela que lhes haviam ensinado.

Por isso, os sectores reaccionários chamam à campanha de alfabetização, campanha de domesticação, para justificar de alguma maneira o que só tem uma justificação: o medo que lhes inspiram essas forças sociais que se põem em movimento. O medo que sentem dos camponeses que, antes, exploravam nas suas fazendas; o medo que lhes provocam os seus próprios filhos, que em plena juventude estão a conhecer a realidade da Nicarágua e querem fazer algo para mudá-la.

Quantos são esses alfabetizados?

— Temos 80 mil jovens nicaraguenses, entre os 14 e os 20 anos nessa tarefa.

Saúde e habitação

No campo da saúde enfrentamos uma enorme quantidade de problemas herdados do somozismo. Criámos o sistema único de Saúde, procurando juntar uma série de peças

que existiam: 19 Juntas Locais de Assistência Social, a Junta Nacional de Assistência Social, o Seguro Social e o Ministério da Saúde. Claro que é uma tarefa monumental, unir todas essas peças soltas numa só, ao mesmo tempo que aumentamos a assistência que antes servia apenas a alguns sectores relativamente afortunados. Isto é um pouco ambicioso e tivemos algumas dificuldades, sobretudo da parte de alguns companheiros já privilegiados, que viram diluir-se um pouco a atenção que tinham. Já prestamos assistência médica a uma centena de milhar de nicaraguenses, que antes não podiam desfrutar dos serviços de Saúde. Estamos a construir uma rede de saúde: iniciamos a construção de cinco grandes hospitais, perto de cem postos de saúde e várias dezenas de centros de saúde, de tal maneira que cubram todo o país.

E quanto à habitação?

— Dentro do campo da habitação, baixámos consideravelmente o seu custo, ainda que o problema seja assustador: necessitamos de 300 mil habitações, somente para responder às necessidades actuais, além das 12 mil necessárias a cada ano que passa, pelo crescimento da população. Estamos a tentar resolver esse pro-

blema usando o trabalho dos moradores e empregando material local segundo estilo e desenhos locais, que permitam baixar os custos. E, usando este sistema, conseguimos baixá-los a menos de metade do que custava uma moradia destinada à classe média sob Somoza.

Sabemos que o próximo ponto da sua agenda é uma entrevista com o embaixador da Argélia, que acaba de apresentar as suas credenciais. Qual é o estado das relações da Nicarágua com os países árabes e com os países do Terceiro Mundo em geral?

— Mantemos excelentes relações com a Argélia, Iraque, Líbia e com a OLP, com quem temos trocado notas diplomáticas. No final deste ano ou início do próximo, enviaremos uma missão de alto nível aos países árabes, a quase todos, menos àqueles que, por uma razão ou por outra, estejam afastados da nossa perspectiva sobre a política internacional.

Dentro do Terceiro Mundo, ao qual pertencemos, acreditamos que a esperança do seu desenvolvimento se baseia num trabalho conjunto. Nós somamos esforços para que o Terceiro Mundo alcance as possibilidades de progresso que até agora lhe foram negadas. □

Unidade nacional e poder popular



O Comandante Bayardo Arce explica a política de Unidade Nacional da Frente Sandinista que abre caminho para a constituição de um poder popular. Pela primeira vez surge a possibilidade de eleições verdadeiramente livres no país.



O Conselho de Estado nicaraguense é um organismo democrático *sui generis* que tenta conciliar um pluripartidarismo político — as mais diversas correntes de opinião — com a irreversível realidade de uma mudança de poder para uma vanguarda política revolucionária que conduz os destinos do país. Bayardo Arce, comandante da Revolução, membro da Direcção Nacional da Frente Sandinista e presidente do Conselho de Estado analisa, numa detalhada

entrevista concedida aos **cadernos do terceiro mundo**, esta nova instituição no país.

Em que contexto político se situa o Conselho de Estado e que atribuições tem no processo democrático do país?

O Conselho de Estado é um organismo *sui generis* da nossa revolução, porque responde às particularidades do nosso processo. Esta revolução foi realmente uma guerra popular. A participação veio de todos os sectores políticos e sociais do

nosso país. Logo, temos de levar em conta esta situação política concreta. Por outro lado, nós estávamos numa situação sumamente crítica no momento do triunfo, devido à crise estrutural que vivia a Nicarágua, facto objectivo que determinou o impulso da nossa luta revolucionária. Esse quadro demonstrou-nos que seríamos capazes de vencer através de todos os sectores que participaram na luta contra a ditadura que nós poderíamos alcançar o objectivo da reconstrução do país.

Há um ano, o factor de unidade et

a luta contra a ditadura e dentro dele existiam distintos matizes. Agora, a unidade é de outra natureza, é a unidade para tirar a nação do subdesenvolvimento. Unidade essa, que tem como seus protagonistas os trabalhadores, os operários e os camponeses, que devem ser os principais beneficiários desse esforço nacional.

Mas o Conselho de Estado inclui partidos, tanto de esquerda como de direita, que talvez não estejam totalmente de acordo com isso.

— Exactamente. Hoje a situação é muito especial. Ninguém se atreve a dizer que não está com a revolução. Pelo contrário, toda a gente apoia os nossos objectivos de transformações das relações económicas e sociais. Então, forças que antes nunca se identificaram com um projecto popular, que nunca lutaram sistematicamente por ele, colocam-se agora do nosso lado e isso dá-lhes um espaço necessário para poderem participar nos esforços pela reconstrução nacional.

O Conselho de Estado é o instrumento institucional da revolução para realizar essa política de unidade nacional. Há uma vanguarda, reconhecida por todos os sectores, que leva adiante o projecto revolucionário através da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, onde há hegemonia sandinista e participação de outros sectores patrióticos. Através do Conselho de Estado damos participação a todos os restantes sectores da nação para que contribuam com as suas idéias, críticas etc.

Uma espécie de Poder Legislativo...

— O Conselho de Estado é uma instituição coadjuvante neste esforço da Junta. Não é outro poder, nem está demarcado numa estrutura de poderes autónomos entre si. O Conselho de Estado é o instrumento institucional da política de unidade nacional é um foro de diálogo aberto a todos. Concebemos o Conselho de Estado como uma instância onde

qualquer um pode expressar os seus interesses e pontos de vista, não a partir de posições políticas, mas a partir da sua posição na produção, nas relações económicas, nas relações sociais e políticas do país. Temos no Conselho 29 organizações, que representam empresários, sindicatos, operários, camponeses. Participam também partidos políticos, organizações comunais, de jovens, de mulheres, a Igreja, universidades, grupos indígenas etc. Assim, garantimos a possibilidade de todos os sectores fundamentais do país expressarem os seus interesses, os seus pontos de vista. Cria-se uma consciência nacional dos problemas nacionais pela via da representação.

Para a Frente Sandinista, o Conselho de Estado é também uma escola de poder popular, um embrião de poder popular. Pela primeira vez na Nicarágua, os operários, os camponeses, os artesãos, os índios, os jovens e as mulheres têm acesso directo a uma gestão de governo. Pela primeira vez podem participar nas decisões fundamentais do país.

As organizações de massa que estão integradas na Frente Sandinista tomam iniciativas próprias ou limitam-se a obedecer às instruções da vanguarda?

— Tomam iniciativas próprias. Algumas delas são discutidas com a Frente, outras não. Na sessão de hoje, por exemplo, há um projecto das organizações sindicais que a FSLN não considera apropriado. Trata-se de reformar o código de trabalho, que existe desde 1944. A FSLN acha que estas reformas necessitam de um estudo mais profundo e não só no aspecto que eles propõem.

Desenvolver a iniciativa das massas

As discussões são públicas?

— Sim, são públicas.

São frequentes as discussões entre a Frente e as organizações de massas?

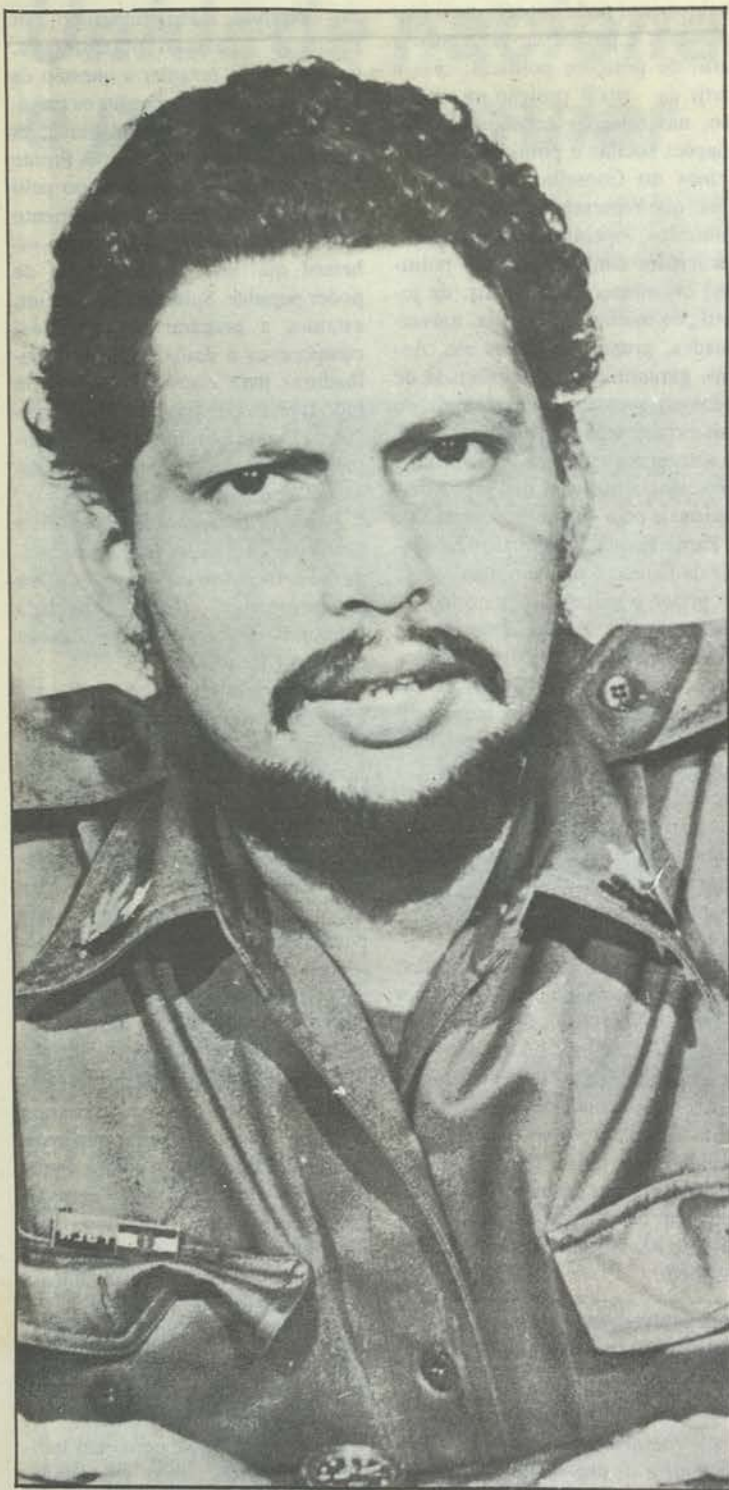
— Normal. Há algum tempo, por iniciativa dessas organizações, começou-se a levantar a questão da saúde na Nicarágua, porque os trabalhadores estavam descontentes com o Sistema Único de Saúde. A Frente Sandinista interessou-se muito pelo caso. Gostamos do desenvolvimento da iniciativa das massas, porque sabemos que isso é uma escola de poder popular. Sabemos que, assim, estamos a preparar os operários, camponeses e demais forças trabalhadoras para exercer o poder. Se tudo tivesse que passar pela aprovação da Frente Sandinista estaria limitada a capacidade criativa das massas. E isso não nos interessa.

Poucos dias depois de instalado, o Conselho de Estado teve a sua primeira crise, com a renúncia do seu vice-presidente, José Francisco Cardenal. Isso afectou de alguma forma o Conselho?

— Não, não afectou. Acreditamos que tenha sido uma Manobra do imperialismo, dos sectores norte-americanos mais reaccionários, que estão interessados em criar complicações ao nosso processo revolucionário. Esses sectores tentaram exercer pressões por todos os meios. Mas não conseguiram nada. De que nos podiam acusar? Aqui não houve «paredões» e nem se pode argumentar que colocámos em risco a paz da América Central ou do «mundo livre».

Detectaram as debilidades de Robelo e com a sua renúncia quiseram convertê-lo num elemento que justificasse um movimento contra o processo. Da mesma forma se aproveitaram deste outro indivíduo, José Francisco Cardenal, um empresário da construção civil, que levámos à vice-presidência do Conselho de Estado através da política de unidade nacional. Imediatamente o tiraram do país e o levaram a fazer uma série de declarações no exterior.

Robelo revelou-se como um indivíduo que dizia coisas sem fundamento, uma série de falsidades. E o



Bayardo Arce, comandante da revolução: «aquí não houve perdón»

seu partido, o Movimento Democrático Nicaraguense, teve que vir ao Conselho de Estado, apesar de ter jurado que nunca viria até ele. E muitos outros partidos reaccionários fizeram o mesmo: o Partido Social Cristão, o Partido Conservador.

E os empresários?

— O sector empresarial também se quis aproveitar. Soubemos que, nas reuniões que tiveram, disseram que não iriam integrar-se no Conselho de Estado e que estavam somente preocupados com a produção. Mas nós decidimos chamá-los e falámos claro. E eles foram dos primeiros a integrarem-se no Conselho de Estado.

A nova democracia

E como se tomam as decisões?

— Por maioria. Há uma maioria sandinista, já que dos 47 representantes, 24 estão identificados com a Frente.

Vocês pensam em estender no futuro essas formas de participação para um poder popular de maior projecção?

— Sem dúvida. Se nós afirmamos que esta é uma escola de poder popular é porque pensamos que as perspectivas futuras são as de que a classe trabalhadora, os camponeses, os demais sectores de trabalhadores do nosso país se vão compenetrar das realidades sociais e económicas e serão capazes de dirigir o seu próprio destino, o seu próprio processo.

Através de eleições?

— Apesar de não termos ainda fixado uma data, vamos fazer primeiro eleições municipais para 157 municípios. Esta eleição não será como as anteriores, quando Somoza escolhia os prefeitos. Agora, terá que ser um cidadão, um trabalhador do município.

E depois?

— Já decidimos fazer uma assembleia constituinte.

Há um ano, a vitória

Nas trincheiras...



nas barricadas...



na selva...



ou na cidade...



a juventude esteve sempre presente na luta de libertação



Reforma Agrária, um projecto agro-industrial



O problema não é dividir as terras e sim transformar os camponeses em trabalhadores agro-industriais. O processo não passa pela utilização intensiva da mão-de-obra: utiliza a mecanização. Uma experiência pioneira no Terceiro Mundo analisada detalhadamente pelo seu idealizador, Jaime Wheelock



O Comandante Jaime Wheelock, um teórico, com um excelente relacionamento com os camponeses

DIZER que um dirigente político é jovem não é nenhuma novidade na Nicarágua, onde a idade média da Direcção Nacional não chega aos trinta anos. Mas o comandante Jaime Wheelock é o mais jovem entre eles, com os seus vinte e cinco anos incompletos. E a sua responsabilidade é uma das maiores: dirigir a Reforma Agrária, no posto de ministro do Desenvolvimento Agro-Pecuário, num país essencialmente agro-exportador.

Na extensa entrevista que concedeu aos cadernos do terceiro mundo, Wheelock — que bem antes do triunfo já era bastante conhecido no exterior pelas obras teóricas, económicas e políticas — aprofundou temas sobre a estratégia do desenvolvimento revolucionário na Nicarágua, que abre novos caminhos, de acordo com as condições locais, muito diferentes das «receitas» que os especialistas internacionais recomendam para o Terceiro Mundo.

— Comandante Wheelock, o que

já foi feito em matéria de reforma agrária num ano de revolução?

— Em matéria de reforma agrária actuámos em diversas direcções. Primeiro, organizámos de forma social todas as propriedades confiscadas a Somoza. Isso significa que as verbas geradas nessas unidades de produção passaram, realmente, a apoiar a reconstrução nacional e as necessidades dos trabalhadores, que dessa maneira se livraram da exploração, passando a ser aqueles que, do ponto de vista administrativo e so-

cial, detêm os meios de produção.

Isso significou um enorme esforço de organização e transformação social. Do ponto de vista administrativo e económico, pusemos sob administração estatal mais de um milhão de hectares das melhores terras que havia no país, distribuídas por duas mil unidades de produção. Essas unidades foram organizadas em 170 complexos, conciliando as diversas utilizações. Há complexos de café, complexos de algodão e complexos mistos, onde há gado e cultivo. Esses complexos, distribuídos por todos os departamentos (*estados, províncias*), foram, por sua vez, organizados em 27 empresas agrícolas, de café, de algodão, de agricultura mista, etc.

Reabilitar as fontes de trabalho

— *A experiência de muitas reformas agrárias no mundo mostra uma diminuição da produção nas primeiras etapas. Isso aconteceu na Nicarágua?*

— Não. Nós recebemos uma economia agrícola severamente golpeada pela guerra. Houve perdas de infra-estrutura, roubo de máquinas agrícolas em grandes dimensões, uma situação financeira extremamente deteriorada (grandes dívidas aos bancos) e, no caso do gado, uma situação desastrosa. O que temos feito é um trabalho profundo de reabilitação. Conseguimos produzir entre 80% e 90% do produzido em 1978. E mesmo mais, em alguns casos. No algodão, por exemplo, nunca se trabalhou tão bem como neste ano, apesar de se ter plantado somente um sexto do que normalmente se produzia no país. No caso do tabaco, não havia nada e os somozistas e os *gusanos* cubanos diziam que aqui jamais se voltaria a produzir tabaco.

Em poucos meses, apesar do roubo de 22 milhões de *córdobas* em equipamento (2,2 milhões de *dólares*, aproximadamente), levados

pelos somozistas, apesar de terem queimado as plantações e as instalações, conseguimos aumentar o plantio em 90%. Alguns cubanos regressaram e estão a produzir tabaco em regime privado. E afirmam que nunca, na história da Nicarágua, viram um tabaco de tão excelente qualidade. Isso é importante.

Em termos gerais, não houve aqui o problema de queda de produção, porque também não houve a disputa destrutiva entre os grupos sociais, mas a luta de todo um povo contra a ditadura militar.

Os sindicatos opinam

— *Como se organizam esses trabalhadores, agora trabalhadores do Estado, para a participação na gestão e nos lucros das novas empresas?*

— Eles têm os seus sindicatos. Os sindicatos têm uma estrutura diferente dos sindicatos anteriores. Uma das suas responsabilidades é a produção, o estímulo e a participação no controlo da administração. Claro que há uma certa lentidão, falta de experiência. Nós encontramos um trabalhador muito atrasado, e fez-se um grande esforço de organização, capacitação e participação. Há experiências novas, de assembleias de produção, de avaliação dos resultados. Nas herdades e engenhos açucareiros, por exemplo, temos feito assembleias de análise da safra de todo o ano. Aí, diante de todos os trabalhadores, dizemos: «Nós começámos com isto, semeámos tanto, produzimos tanto, reabilitámos tanto, ganhámos isto e ganhámos isso. Isso é o que sobrou, o que pensam vocês que devemos fazer com esse dinheiro?» «Aumentem o salário», dizem rapidamente. E aí começamos a discussão: «Temos que investir para aumentar a área de cultivo e para que não haja tantos trabalhadores desocupados». Uma parte deles será incluída em certos tipos de trabalhos sazonais, para que a maior parte

dos trabalhadores desocupados sejam recolhidos pelo mesmo centro de trabalho. «Temos que investir na habitação, na produção de alimentos básicos, em oficinas.» Isso significa, enfim, que estamos a gastar parte do excedente para resolver o problema do trabalho.

Mas isso vai-nos trazer outro problema: o problema da acumulação, o problema do desenvolvimento económico. Porque o desenvolvimento é a acumulação. Estamos a tratar de resolver os problemas da economia de um país pobre, atrasado, dependente, subdesenvolvido; tentando curar as suas feridas com dinheiro que estamos a perder sob o ponto de vista de acumulação, do desenvolvimento. Mas isso é inevitável.

Cooperativização

— *Estivemos ontem numa assembleia do Engenho Germán Pomares, onde era explicado aos trabalhadores a necessidade de se exportar mais, para que fossem criados os dólares necessários às importações. Mas grande parte dessas compras é de alimentos. Há algum plano para que se consiga a auto-suficiência alimentar?*

— Bem, a Nicarágua não tem esse problema. Aqui existem duas economias, uma de exportação, muito moderna, e outra de consumo interno, muito atrasada, camponesa. Atrasada, mas ampla. E, se não tivemos alimentos suficientes neste ano, foi porque a guerra coincidiu com os ciclos do cultivo, praticamente com os dois ciclos de cultivo. Começámos a insurreição em Maio e terminámos em Julho, justamente quando se faz a primeira colheita e se prepara a segunda. Não havia sementes, porque elas foram todas comidas. Fomos procurar sementes no México, na Oceânia, em todos os lugares, e as que conseguimos não eram as adequadas. Ou então em vez de milho, conseguíamos sorgo. Um desastre em termos de alimentos bá-

sicos. Tivemos que importar muito. Mas, neste ano, creio que puderam ver no campo o grau de actividade, de iniciativa e também de optimismo.

Essa é a outra direcção do nosso trabalho: o universo do camponês sem terra e do pequeno produtor. Temos um instituto ligado ao Instituto Nacional da Reforma Agrária, que se chama **Procampo**. No **Procampo** temos trabalho para fazer com que o pequeno agricultor produza. Se não tem terras, nós damos-lhe terra e financiamento, isto é, um tratamento intensivo. Mas, além disso, há um programa de cooperativização do pequeno agricultor, que é novo, com poucos meses de aplicação. Nos primeiros meses deste ano começámos a organizar o campesinato e já organizámos mais de mil e quatrocentos grupos cooperativos.

De integração voluntária...

— Sim, totalmente voluntária. Há dois tipos de cooperativas: uma, onde os camponeses ocupam a terra e se forma uma cooperativa de crédito e serviços, e outra, onde o Estado administra as terras que os trabalha-

dores, então, trabalham colectivamente, que são as comunas.

Proceder com cautela

— *De onde retira o Estado as terras que administra?*

— Daquilo que confiscámos ou das terras do próprio Estado. Em algumas situações os camponeses ocuparam as terras espontaneamente. Mas foram poucas. Nesse caso, nós, ou compramos e indemnizamos os proprietários, ou damos outras em troca.

— *Foram confiscadas terras de Somoza e dos seus parentes e amigos. Qual é a situação dos latifúndios que não pertenciam aos somozistas?*

— Estão aí. Mas não são muitos, talvez uns trezentos, dos quais uma minoria pode ser considerada boa do ponto de vista da sua produtividade. Os outros serão atingidos porque enfrentaremos um novo problema nos próximos meses, com a lei da propriedade ociosa, mal explorada.

Será essa uma lei de reforma agrária geral, que regule todo o processo?

— Reforma agrária há desde o

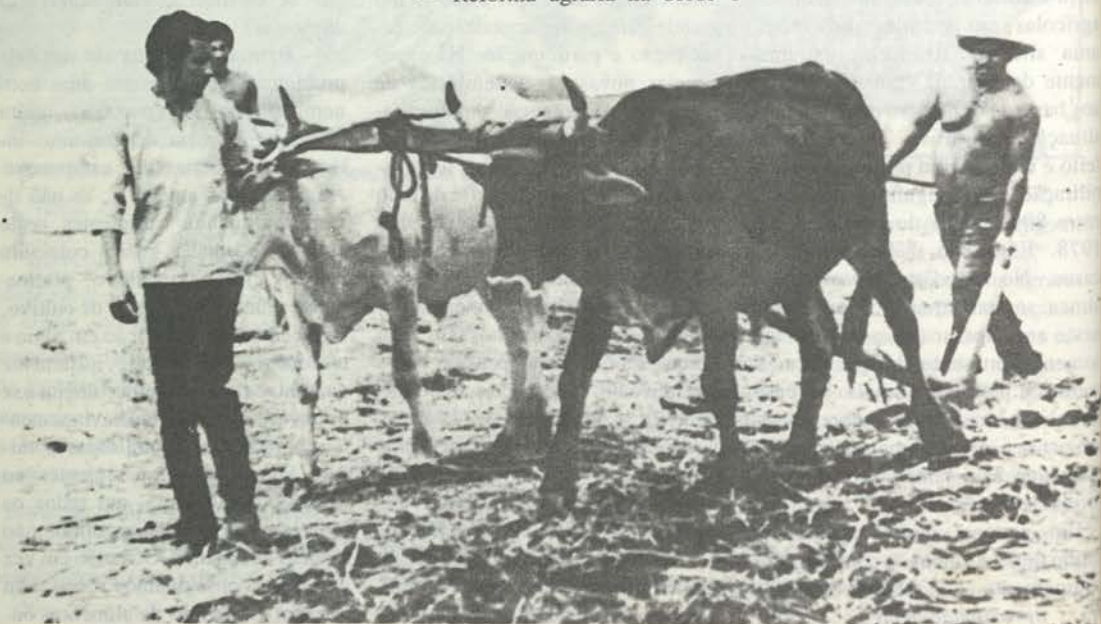
princípio, há decretos. Este será mais um. Se juntarmos tudo isso temos uma concepção de reforma agrária, que está a resolver o problema de uma forma científica, num processo onde a habilidade táctica e estratégica.

— *E isso porquê?*

— Nós sabíamos que em toda a reforma agrária há problemas, situações de carácter social que se sobrepõem às considerações económicas, obrigam a sacrificar o lado económico pelo social. Isso pode ser correcto, mas nós optámos por um procedimento muito cauteloso. Os conflitos são feitos e passamos de imediato a analisar se eram dez, quinze ou vinte por cento da produção nacional. Cada um diz uma coisa. Mas quando se compara aquilo que se semeia na Nicarágua, vemos que o INRA tem é bastante: é dominante em algumas áreas, como na do tabaco, do açúcar e do arroz.

O problema não é a terra

— *Aqui torna-se realidade a palavra de ordem «a terra para quem trabalha»?*



— O problema camponês na Nicarágua é muito complexo. Temos um camponês indígena, que diz que tem títulos reais, dados pelos ingleses, ao mesmo tempo que temos uma migração para a costa atlântica de camponeses, a quem chamam «espanhóis». Metem-se num terreno mais do que extenso, onde o problema não é a terra, mas o homem. Que pode fazer um homem nessa selva emaranhada onde não há esperança? O que tem que ser promovido aí é o desenvolvimento económico, a infra-estrutura, as estradas, os centros de abastecimento e distribuição, a energia eléctrica.

E ainda há os conflitos entre os «indígenas» e os «espanhóis». Se decretássemos que a terra é de quem a trabalha, teríamos de imediato um enorme problema na costa atlântica, em Monimbó, onde há camponeses que são artesãos, que têm o seu pedaço de terra, mas que não a trabalham: encarregam outros de fazê-lo. Estaríamos, nesse caso, a beneficiar um «pequeno» em prejuízo de outro. E este é o caso do meeiro: se lhe disséssemos que é o dono da terra que arrenda, o que lhe aconteceria sem os bois ou as sementes beneficiadas ou ainda a carroça, do actual dono, para transportar a colheita?

São várias economias em decomposição: a sociedade indígena (com diferentes graus de desenvolvimento das suas forças de produção) cuja dissolução e desenvolvimento das culturas de agro-exportação produziram outro tipo de camponês, sem terra, assalariado, e a propriedade latifundiária, que tira as terras dos camponeses e os empurra para o colonato em terras estatais do Atlântico. Nós estamos a tratar o problema como se fosse filigrana, com uma paciência franciscana. O que temos é a vontade política e o poder.

De camponês a trabalhador agrícola

Como pode então a Associação de Trabalhadores do Campo (ATC),

que é uma central única, atender a realidades tão distintas e, às vezes, contraditórias?

— A ATC é uma organização que agrupa sindicatos de trabalhadores assalariados e associações de camponeses, cuja forma é a cooperativa, a nível económico. Eles estão a começar como nós, porque antes não havia nenhuma organização no campo. E têm as suas prioridades: começaram pelos trabalhadores agrícolas das grandes unidades de produção e depois com os camponeses. E, um pouco na prática, desenvolvem-se enquanto avançam. A ATC era um pequeno grupo de companheiros e muitos deles morreram durante a guerra, especialmente os dirigentes. Agora, são mais de 100 mil associados, entre trabalhadores agrícolas e camponeses.

Nas cooperativa conseguimos agrupar 35 mil produtores, dos 100 mil que existem hoje na Nicarágua. Desses 100 mil, 70% são camponeses pobres e em poucos meses a ATC organizou a metade. Estamos a resolver o problema camponês pela associação de pequenos proprietários.

O desenvolvimento das culturas de agro-exportação gerou o problema do trabalhador «de safra», que só tem emprego durante dois ou três meses por ano. Como resolver isso?

— Com plantações anuais, de banana, madeira, onde o trabalho é permanente. Ao mesmo tempo que se organiza essa massa desgarrada de camponeses com culturas diferentes, simplificando e organizando a sua vida, cria-se um eixo de desenvolvimento. Para que se possa desenvolver a costa atlântica, temos que ver isso como desenvolvimento económico. Há camponeses na zona de Matagalpa que apenas necessitam de uma estrada para produzir. Actualmente só trabalham em grupos de três, porque, se produzissem em dez, o que iriam fazer com a produção? Onde distribuí-la? O que limita a

distribuição é a infra-estrutura atrasada. Vamos fazer a reforma agrária com estradas.

Então vão faltar braços para as safras de algodão e café...

— Não. Você não me entendeu. Eu falava da costa atlântica, onde estamos submetidos a uma intensa decomposição social. Os nicaraguenses da selva vivem dispersos, nas margens dos grandes rios, isolados, na base da cultura de subsistência. Temos que juntá-los, mas como? Num projecto de grandes bases.

Mas qual será, então, a solução para os trabalhadores sem terra da zona do Pacífico, que têm trabalho apenas alguns meses no ano, na época das safras?

— Há três alternativas e a solução derivará possivelmente de uma combinação das três. Primeira, a irrigação: as safras são sazonais porque dependem das chuvas. Porém, temos essa grande reserva natural, que é o lago da Nicarágua, e, se por algum processo, conseguirmos levar essa água até às terras da costa, resolvemos o problema. Essa é a primeira alternativa. A segunda é uma combinação da produção sazonal e outro tipo de produção, por exemplo, uma herdade avícola ou uma agricultura de cereais básicos. A terceira alternativa está na capacidade do sistema em integrar trabalhadores nas áreas de desenvolvimento. Estamos, por exemplo, a construir casas. Durante o período das secas temos de criar trabalho: melhoria de estradas, construção civil, etc. Temos é que organizar essa série de actividades.

Nas cooperativas, nós pedimos aos companheiros que assinem uma cláusula comprometendo-se a participar na colheita. Porque o verdadeiro problema não será o desemprego, mas sim a falta de braços suficientes para a agricultura de exportação caso dermos terra e ocupação a todos. Temos dois milhões e

meio de habitantes, com setecentos mil trabalhadores, dos quais a metade está no campo. E esses trezentos e cinquenta mil são homens que a agricultura de exportação necessita. Neste momento estamos a providenciar cem máquinas de colher algodão, prevendo que a força de trabalho será insuficiente para a colheita.

Perdemos milhares de trabalhadores na guerra, já que tivemos de criar um novo exército com milhares de homens que provavelmente eram cortadores de café ou de algodão. E muitos cortadores, que foram transformados em guardas de Somoza, estão agora presos ou mortos, ou ainda no exterior.

Desenvolver a agro-indústria

Quer dizer, uma posição diferente da defendida para o Terceiro Mundo: a utilização de mão-de-obra intensiva com investimentos de pouco capital. Na Nicarágua propõe-se um desenvolvimento agro-industrial baseado na mecanização...

— Correcto. Desenvolvimento agro-industrial. A nossa idéia é que uma plantação de algodão poderá amanhã transformar-se numa fábrica têxtil. O problema é de acumulação: de onde vamos tirar os recursos, quando temos que resolver, ao mesmo tempo, problemas de educação, saúde e habitação? Os nossos excedentes têm que resolver esses problemas. Temos, então, de trabalhar com capitais externos, com ajuda exterior. Sem esses recursos estaremos muito mal.

Somos inimigos de todas aquelas variantes um tanto estúpidas, como as tecnologias chamadas «apropriadas». Isso é simplesmente dizer aos subdesenvolvidos: «Vocês ficarão assim para sempre». Não aceitamos isso e procuraremos organizar uma economia desenvolvida. A reforma agrária é fazer com que um hectare em vez de produzir apenas milho,

produza vinte mil dólares. O importante é que as forças de produção se empenhem ao máximo. Estamos a trabalhar neste momento contra as correntes internacionais, porque o Banco Internacional de Desenvolvimento, o Banco Mundial e as agências de desenvolvimento de outros países pensam de modo diferente. Quando procuramos financiamentos, dizem-nos não e não. «Não ajudamos camponeses pobres. Podemos financiar-vos para que lhes dêem uma parte». Não queremos isso. Queremos quarenta milhões de dólares para investirmos numa grande plantação, num grande projecto.

Acreditamos que, mais tarde, todos os países se convencerão de que nós temos razão. Temos que produzir alimentos, isso é estratégico para o chamado Terceiro Mundo. Tão estratégico como o petróleo. Mas temos que o produzir em grande escala, com métodos industriais, sabendo industrializar os nossos próprios produtos. E estamos, historicamente, qualitativamente condenados. Porquê? Porque o nosso desenvolvimento nos converteu num país que apenas produz alimentos para os países que dominam os meios de produção.

Três revoluções

Com um ano de trabalho a revolução não produziu, então, benefícios concretos para a maioria...?

— Bem, o primeiro benefício é a liberdade, sair da opressão. A Nicarágua nunca foi um País livre. Nunca. Isso até ao 19 de Julho. Pela primeira vez, os nicaraguenses adquirem consciência do seu país. Derubámos três ditaduras: a ditadura do imperialismo, a ditadura das classes reaccionárias e exploradoras e a ditadura da opressão, exercida pela família Somoza e um conjunto de lumpens militares. Mas a pior de todas era a ditadura do imperialismo: a ditadura somozista não era mais do

que a sua expressão na Nicarágua.

Isso nos dá a possibilidade de levar adiante três movimentos revolucionários: a libertação nacional, democracia e o progresso social. São três as revoluções que aqui fazemos com uma só vontade política. Quem tomou o poder foi o povo, que o Frente Sandinista conduz. Se isso não é uma vitória, o que mais pode sê-lo? Todo o resto é secundário. Nacionalizar os bancos significou dar uma machadada na oligarquia financeira porque, aqui, o capitalismo estava estruturado em três blocos: Banco Nicaraguense, Banco de América e Somoza. E os três se foram. Só ficaram as marionetes, uma burguesia desarticulada. E o Estado é o eixo económico, impondo as taxas de créditos e os impostos, que julga correctos, controlando o comércio externo. Isto significa que o Estado detém o controlo do processo de acumulação e reprodução, coisa que muitos dos intelectuais que não andam por aí não sabem, porque imaginam que só há uma via para a revolução. Não fazemos aqui o que os bolcheviques fizeram em 1917: não estamos perdidos e nem somos uns perdulários.

Poder popular significa que são os revolucionários que têm a hegemonia, que a burguesia já não tem o poder. Neste país subdesenvolvido, atrasado, dependente e atacado pelo imperialismo, a burguesia, como classe, demonstrou ser absolutamente incapaz de resolver os problemas nacionais: o progresso social, a independência e a democracia.

Resta o povo...

— Isso significa que o poder é do povo, dos trabalhadores, dos camponeses, dos revolucionários. E não estou a falar em termos de classe. Refiro-me mesmo ao povo humilde, dirigido por uma vanguarda que é a Frente Sandinista. Isso quer dizer poder popular. O poder do povo, a democracia. A democracia. Quer dizer o poder do povo. □

Aprender a ler: um sonho camponês



REVISTA
NACIONAL
ANUÁRIO

O coordenador da Cruzada Nacional de Alfabetização, padre Fernando Cardeal, explica o sentido libertador e não doutrinário da campanha.

O método de ensino e a grande participação popular. A ajuda externa e os problemas internos.

Fernando Cardenal pede que o tratemos por *companheiro* em vez de *padre*. Mas, talvez, a qualificação mais adequada seja *comandante*. Isso porque este sacerdote jesuíta é hoje, sem dúvida, o comandante de um enorme exército sem armas, de alunos e professores, que trava a batalha pela «insurreição cultural». Nesta entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo, Cardenal extravasa o seu enorme entusiasmo por essa grande mobilização de vontades, que é a Cruzada e defende-a dos diversos ataques dirigidos tanto do exterior como do interior do país.



— É frequente ouvir-se no exterior a acusação de que a Cruzada Nacional de Alfabetização é eminentemente política. Qual a sua opinião?

— Segundo me contava o comandante Modesto (Henry Ruiz), actual ministro do Planeamento, a promessa que mais facilmente abria as portas do camponês a colaborar com a guerrilha não era construir-lhe uma casa, mas ensiná-lo a ler. Era esse o seu maior sonho.

Por isso, 15 dias após a vitória, os comandantes perguntavam ao ministro da Educação: quando começa a campanha de alfabetização? Essa

campanha tem uma origem política porque é um compromisso da revolução. É um acto de justiça dos comandantes que, logo após a vitória, já materializavam a promessa feita ao camponês.

Assim, fizemos um projecto que não é um simples e mecânico conhecer das letras, porque isso não nos interessa e, principalmente, não nos serve. Aqueles que andam dizendo ou disseram por aí que a educação deve ser apolítica, são os que dão uma educação totalmente política.

Há pouco tempo, veio um perito da Índia e perguntou-me porque é

que a nossa cartilha não começava pela palavra *água*. «Paulo Freire não estaria muito de acordo que os senhores comessem pela palavra *revolução*», disse-nos. «Vê-se que o senhor não conhece Paulo Freire nem tem falado com ele ultimamente», respondi-lhe. «Ele viu o material da cartilha e pareceu-lhe muito bem que começássemos com a palavra *Revolução*, que, além de tudo, contém 4 das cinco vogais. Aqui, na Nicarágua, não existe o problema da água: é um país de lagos e vulcões. Pretender que começemos pela palavra *água*, como uma coisa apolítica

tica, é defender um projecto político muito claro: o de enganar o povo e esconder-lhe os seus problemas».

Falar de todas essas coisas que estão nas nuvens, como está a água, de tudo aquilo que não significa nenhum problema na sua vida, é totalmente contrário ao que o próprio Paulo Freire pretende, quer dizer, ele propõe que se parta de palavras que estejam carregadas de vida. E como a nossa vida, nestes momentos, está carregada de palavras como revolução, exploração, imperialismo, libertação, liberdade, Frente Sandinista, são essas as palavras com que eles vão aprender a ler.

Então, se alguém perguntar se é uma educação política, eu digo que sim, que é política. É uma educação política mas libertadora. Não é doutrinação. Nós não estamos a impor nenhuma ideologia. Estamos a libertá-los para que eles, livremente, participem depois. Estamos num processo de democratização do país e não pode haver democracia sem a participação das massas.

O primeiro passo para poder participar é saber ler e escrever. Por isso, é um projecto político, porque vai fazendo com que aprendam a ler ao mesmo tempo que aprendem a sua dignidade, a sua história, a sua realidade, que vejam o seu destino e o escolham livremente.

Aqui existiram fazendas de gado onde as vacas eram atendidas por um veterinário quando pariam, enquanto a camponesa dava à luz, às vezes no rio, cortando com as unhas o cordão umbilical. Se ensinarmos a essa camponesa que ela é mais importante que a vaca, então sim, estaremos doutrinando; mas nós vamos dizer-lhe isso enquanto aprende a ler e a escrever.

Vamos ensinar ao camponês que ele é digno, que é um homem livre, que o destino deste país custou 50 mil mortos mas que agora ninguém nos vai dizer o que faremos: nós é que vamos decidir. E quando dizemos nós, dizemos *todos eles*; todos

os que nunca falaram neste país, agora podem falar e vão poder falar porque agora vão poder ler e escrever.

Portanto, é uma educação libertadora, consciencializadora, politizadora. E democrática. Para nós, a democracia profunda e autêntica, é aquela na qual o povo participa e o seu poder está precisamente nessa participação.

Há aqui gente que diz — como o engenheiro Robelo, do Movimento Democrático Nicaraguense — que nós estamos a domesticar. Nos tempos de Somoza e nos anos anteriores, naqueles em que, aí sim, havia uma educação domesticadora, alienante, pró-imperialista, estranha às nossas terras, eles nunca se queixaram de que essa educação domesticasse.

Mas quando se ensina o camponês a ler, então gritam logo aos quatro ventos, porque isso vai contra os seus interesses. Eles querem que o camponês continue ignorante, porque, como dizia uma camponesa, aquele que não sabe ler é como um cego. E a um cego, levam-no para qualquer lado e ao camponês levaram-no a qualquer lado, à exploração.

Se alguém vir a cartilha, poderá observar que nem mesmo há termos que possam identificar uma ideologia concreta. O que há é a vida e a história desse povo nas palavras que estão aprendendo.

Que o povo eduque o povo

E como é que os senhores pensaram em prolongar o esforço da Cruzada Nacional de Alfabetização até uma etapa posterior da educação de adultos?

— Nós vamos fazer com que essa campanha não seja um mero acontecimento como se se tratasse de fogos de artifício que estoiram e se acabam. Existem dois projectos. Um é o de incrementar o número de escolas primárias porque, de contrário, dentro de alguns anos teremos que fazer

outra campanha de alfabetização aumentar também o número de professores primários, para cortar o analfabetismo pela raiz.

O outro projecto é a educação de adultos, onde já se começou a trabalhar em duas etapas: do final da cruzada até Dezembro, e daí em diante faremos com que todos os que acabem de aprender a ler, aprofundem sua técnica. A partir de 81, será implantada a educação de adultos com todas as suas ramificações, através das organizações de massas, em colaboração com os ministérios: a ATU (Associação de Trabalhadores do Campo), a Central Sandinista de Trabalhadores, etc.

Vai-se criar um vice-ministério de Educação de Adultos. O nosso desejo e interesse é chegarmos ao máximo. Esse projecto é, sem dúvida, muito grande, muito maior que o da Cruzada. Não só vamos ter como alunos aqueles que acabam de aprender a ler, mas também os que aprenderam a ler nos últimos vinte anos, terminaram os 1.º, 2.º ou 3.º anos e agora querem continuar a estudar.

A grande maioria dos quadros docentes formou-se durante o somo zismo. De que maneira poderão os senhores assegurar o compromisso de uma campanha de alfabetização com a formação de quadros a nível técnico?

— A solução para todos os nossos problemas foi mostrada pela revolução sandinista: a participação popular. Foi o povo que solucionou o problema da ditadura. Com uma vanguarda, claro, mas foi, essencialmente, o povo. Nós auxiliámos as organizações de massas e dissemos-lhes: é necessário fazer uma cruzada. E o povo organizado está a fazer a Cruzada.

A Cruzada não é feita nos escritórios. Nós ajudamo-los a fazer a cartilha, conseguirem dinheiro, comprar botas, capotes para a chuva, remédios. Oferecemos serviços para que isso seja possível; o ensino, ofe



Fernando Cardenal, responsável pela Cruzada Nacional de Alfabetização

recem-no os jovens, os trabalhadores no campo, os professores.

Com a educação de adultos, pensamos fazer o mesmo. O povo educa o povo. Assim, surgirão professores populares, camponeses que terminaram os 3.º, 4.º e 5.º anos primários e que se capacitarão através de seminários para ajudar os que acabam de aprender a ler. Que aquele que souber um pouquinho, ensine o que sabe menos.

Não vamos esperar que as nossas Escolas Normais formem 5 mil professores para começar. Vamos começar já. Acreditamos que dos brigadistas sairão muitas vocações de

professores. Já estamos a ver isso. Eles são realmente talentosos. Nunca tinham descoberto a beleza que é ensinar e estão a fazê-lo.

E esperamos que, na volta, continuem com a mesma mística revolucionária para que ofereçam horas diárias e semanais ao ensino. Não devemos esquecer que a grande maioria deles está a cursar o ensino médio ou universitário, que não lhes ocupa todo o dia. Vamos fazer também com que os professores primários se transformem em professores de adultos, que sirvam para ambas as coisas. Estamos a estudar, da mesma forma, a possibilidade de implantar

escolas radiofónicas.

Existem zonas no nosso país onde é impossível abrir escolas porque os camponeses estão a uma ou duas horas de distância entre eles. Agora, podemos dar-nos ao luxo de ter um brigadista vivendo por lá mas mesmo assim não se pode fazer uma escola. Recorremos também às organizações de massas, que procuram informar-nos das necessidades e, ao mesmo tempo, das possibilidades de alfabetizadores populares que existam em cada uma delas. Também não excluimos o apoio dos professores internacionalistas.

Preferimos o Che» e não o «Cha» *

Qual é, exactamente, a ajuda internacional que a Cruzada recebe?

— A Cruzada tem, a trabalhar directamente em educação, 50 professores espanhóis, cerca de 50 costa-riquenhos, um grupo de 50 da República Dominicana, e, aí, vem a pergunta obrigatória: «e quantos cubanos?» Não é? A Imprensa manipulou a cifra de 1200 professores cubanos e, às vezes, elevou-a para 2 mil ou 3 mil.

Para a Nicarágua, vieram, no mês de Novembro do ano passado, 1200 professores cubanos. O ano lectivo tinha começado em Setembro, como é hábito; e eles vieram, no intercâmbio de projectos de governo a governo, para ocupar os locais mais distantes do país onde não havia escola primária. Eles não vieram para a Cruzada, que começou em 24 de Março. Neste instante, os professores cubanos estão a terminar o seu curso e a partir para Cuba a fim de passarem as suas férias, para regressarem em Agosto e começarem, juntamente com os professores nicaraguenses, um novo período escolar. Dizer que existem 1200 professores cubanos na alfabetização é uma manipulação inteiramente mal intencionada da verdade. O que não quer

dizer que, ao mesmo tempo que ensinavam as crianças, não ensinassem também os adultos. Mas eles não estão dentro da estrutura da Cruzada.

Eu, pessoalmente, quando estive em Cuba, em Setembro, pedi auxiliares porque considero que é o único país na América Latina que teve uma experiência vitoriosa em alfabetização. Mesmo que nós estudemos, através de revistas e análises da Unesco e de outras instituições, diversas experiências, a única que nos podia servir — porque triunfou — era a cubana.

Nos nossos escritórios, temos 3 ou 4 auxiliares cubanos. Pedimos à Unesco um auxiliar internacional e ela mandou-nos um cubano da categoria de Raul Ferrer, vice-ministro de Educação, que foi, além disso, vice-coordenador da campanha de alfabetização no seu país. Temos, também, nos departamentos, 12 ou 13 auxiliares. Eu gostaria que hou-

vesse um em cada departamento. Mas não foi possível. E é essa a realidade da presença cubana na área da educação.

Eles nunca nos disseram «Vocês têm que fazer tal coisa». Sempre disseram: «Nós fizemos tal coisa».

Neste escritório ninguém me disse o que é que tenho de fazer. Tenho estado muito próximo de Raul Ferrer. E os que o conhecem no mundo sabem da humildade, da simplicidade e do amor que esse homem pôs e põe tanto aqui como noutros projectos.

Num jornal de um país centro-americano, de uma forma mal intencionada, fotografaram uma página da cartilha onde se introduzia a sílaba *che*. Na frase dessa página, nós pusemos: «Che, guerrilheiro heróico». Nesse jornal, disseram que os nicaraguenses estavam a aprender a ler numa cartilha que era uma ho-

menagem total ao Che. É a única pessoa nomeada que não é nicaraguense. Podíamos também ter posto «Cha». Mas, na Nicarágua, tem muito mais simpatia pelo Che que pelo «Cha». Podíamos também ter posto *chu* ou *chi*, mas quisemos pelo Che, porque temos por ele um grande carinho.

A Cruzada triunfará

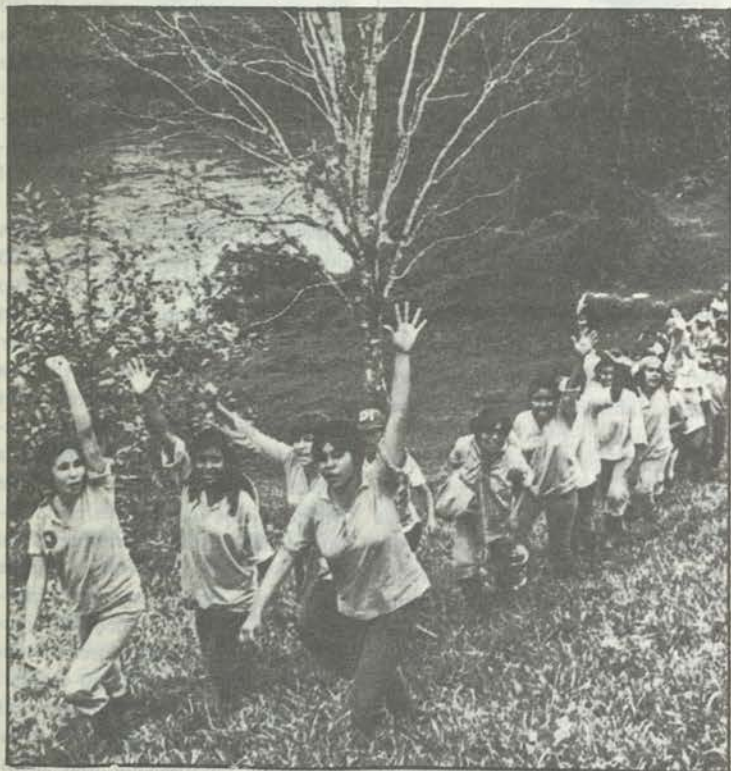
É comum, em muitos países latino-americanos, a presença, em comunidades camponesas, de organizações missionárias na tarefa de pseudo-alfabetização. Qual é a incidência das mesmas aqui na Nicarágua?

— Bom, na Nicarágua também existem. Havia uma que usava o método todo conhecido como Alfalit para o ensino da *lecto-escrita*. Mas como lhes disse, isso não nos serve. É um genérico que pode servir para qualquer país, mas não para nós. De qualquer forma, eles colocaram-se ao serviço da Cruzada e aceitaram as nossas indicações; inclusive a instigação a que pertencem ajudou-nos economicamente.

Mas também houve outras seitas protestantes que não só estavam a utilizar métodos absolutamente não científicos, absurdos e alienantes, como também quiseram prejudicar ou boicotar a Cruzada jogando com actividades de culto na própria honra da alfabetização.

De 9 a 11 de Junho realizou-se o Primeiro Congresso da Alfabetização, chamado de «Georgino Anacleto Rivera», em homenagem ao primeiro mártir da Cruzada. Qual o balanço que os senhores fazem desse Congresso?

— Esse Congresso fez-se, primeiro, a nível dos 141 municípios com representação de todos os que estão alfabetizando: auxiliares técnicos, brigadistas, camponeses, organizações de massas. Posteriormente, ampliou-se aos departamentos (estados) para finalmente culmi-



«Punho erguido, livro aberto», a palavra de ordem dos alfabetizadores que percorre o país



As milícias operárias de alfabetização fazem o juramento para o duro mas dignificante trabalho que terão de enfrentar por todo o país

...uar a nível nacional, aqui em Maná-
Dua, com 700 delegados. Não foi,
-ortanto, um congresso de cúpula.
... A avaliação foi sumamente posi-
-stiva. Como disse o comandante Car-
-nos Carrión, representante da Direc-
-ão Nacional da FSLN na Cruzada:
...A Cruzada já triunfou, a Cruzada
...n vai triunfar e a Cruzada triunfará
...nreversivelmente». Creio que é essa
...te síntese da avaliação.
...ca. O povo que fez a façanha de der-
-ombar a ditadura, sem dinheiro, quase
...sem armas, com instrumentos muitas
...vezes caseiros, mas com uma força e
...uma mística extraordinárias, esse
...mesmo povo está a fazer a alfabeti-
-zação, com uma crise económica pa-
...vrosa, com problemas de trans-
...porte, com o Inverno que deixou
...essas zonas sem comunicações.
... Assim mesmo, está-se a fazer.
...Percorremos a metade do caminho
...o calendário que tínhamos traçado
... desde o começo, para saber em que
...nição deveríamos estar em cada data,
...por coincidência. Estavam, nesse momento,
...ora lição 9 ou 10. Portanto, se, na
...metade da Cruzada, se está na lição

indicada, podemos esperar que até
ao final, consigamos continuar com
o mesmo ritmo tendo em conta que as
dez primeiras são as mais difíceis.
Analisou-se uma grande quanti-
dade de problemas para os quais
foram procuradas as soluções possí-
veis através de três comissões: uma
técnica pedagógica; outra onde se
analisou a organização, a parte polí-
tica e a participação das organiza-
ções de massas; e outra de apoio
logístico. Nessas três comissões, a
mecânica de trabalho foi o levanta-
mento de problemas e, paralela-
mente, a procura de soluções para
eles. Na maioria das vezes, as solu-
ções levantadas superavam a quanti-
dade de problemas.
*E quais eram os problemas mais
frequentemente?*
— Eu diria que os mais graves são
os que herdámos do somozismo:
falta de transportes, enormes zonas
incomunicáveis por causa do In-
verno, uma precária ou inexistente
infra-estrutura de saúde, agravada
pela falta de médicos e de enfermei-
ras na maior parte do país.

*Houve muitas deserções a nível
dos brigadistas?*
— A percentagem foi de 4,6% no
primeiro mês, o que nada é na situa-
ção de dureza de vida em que a
grande maioria deles vive. Muitos
dos que voltaram foi por motivo de
saúde; e muitos, também, regressa-
ram de novo ao trabalho.
*Qual tem sido a grande lição de
todo esse esforço?*
— Neste tipo de projecto, a fé no
povo e o facto de desenvolver esse
projecto juntamente com ele, é fun-
damental. Com um povo que fez uma
revolução tudo é possível. A Cru-
zada é um imenso conjunto de pro-
blemas mas avança; e ninguém a
detém.
E a outra grande lição é que cada
país tem que encontrar o seu próprio
caminho. Cuba fez uma proeza gi-
gantesca com a sua revolução e a sua
alfabetização. Nós também encon-
trámos o nosso caminho, as nossas
formas, os nossos métodos, com a
nossa gente e com os nossos meios.
□
* Xa, referindo-se ao ex-monarca iraniano.

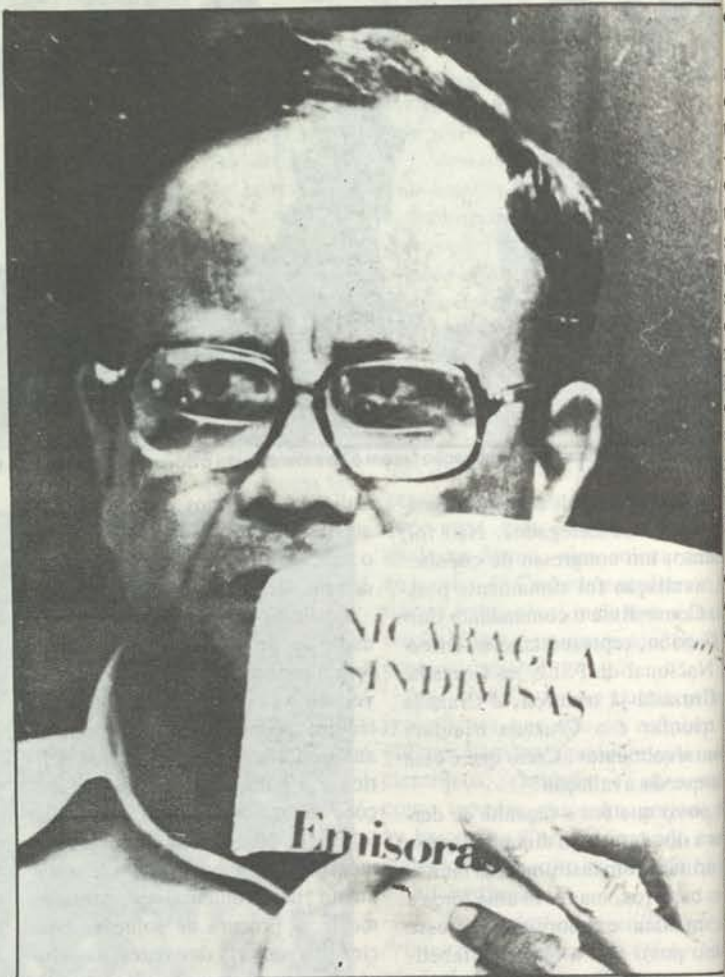
Um banqueiro na revolução

Arturo Cruz, membro da Junta de Governo, analisa a situação económica do país um ano depois da vitória e explica o sistema nicaraguense de economia mista. Como funciona a economia numa «revolução muito especial».

A revolução tem algumas peculiaridades na Nicarágua: os Estados Unidos são a principal fonte de ajuda externa, o mercado negro de dólares é tolerado e um banqueiro está à frente dos assuntos financeiros. É Arturo Cruz, integrado em Maio na Junta do Governo em consequência da renúncia de Alfonso Robelo e Violeta Barrios de Chamorro.

«Não é necessário ser marxista-leninista para estar com a revolução», comentou Cruz aos cadernos do terceiro mundo. «Mas também não sou antimarxista», acrescentou, ao falar da sua militância anti-somozista, que começou nas fileiras do Partido Conservador e culminou com a sua integração no Grupo dos Doze.

Arturo Cruz era gerente do Banco da América (sem relação com o Bank of America). Com o triunfo da revolução, conta ele, muitos empresários aproximaram-se de si para lhe perguntarem quando sairia do país. «Enquanto você ficar, nós ficaremos», foi a conclusão deles quando souberam que Cruz não só ficava como passaria, além disso, a presidir ao Banco Central da Nicarágua.



Arturo Cruz

A sua nomeação para se integrar na Junta foi recebida com aprovação pela Igreja, pelo Cosep e pela burguesia progressista da Nicarágua, «porque sabem que não sou marionete de ninguém nem me prestaria a um jogo desse tipo». A Frente Sandinista, por seu lado, confia no seu carácter e no seu desdém por interesses políticos espúrios. Cruz começou

a entrevista analisando a marcha económica nicaraguense.

Qual o balanço que a Junta poderia fazer deste primeiro ano de governo quanto à reconstrução e andamento geral da economia?

—Foi um ano de estabelecimento das bases de um programa de médio prazo. Capitalizamos as experiências para termos melhores cri



rios para o nosso programa 1981-1983, um plano trienal. De 19 de Julho de 1979 até hoje, a revolução deu os passos que eram indispensáveis para que o sistema económico do nosso país se renovasse, sistema esse que até então era uma simples economia agro-exportadora.

Num primeiro estágio, nacionalizou-se o sistema financeiro. Dessa forma, não só se garantiam os depósitos, mas mantinham-se também o crédito externo da Nicarágua e estabelecia-se um novo sistema de intermediação para que os sectores que antes tinham sido substituídos pelos serviços bancários fossem cobertos daí em diante. Além disso, a nacionalização do sistema financeiro e a sua reorganização permitem-nos dirigir com mais eficácia os recursos da economia aos sectores que o governo revolucionário tem interesse em fortalecer e ter o fluxo financeiro necessário para impulsionar as suas grandes metas.

Disseram que nacionalizar bancos que estavam, de facto, na bancarrota não representou nenhum benefício para a economia nicaraguense.

— Isso é um erro. Em primeiro lugar tínhamos que garantir a poupança dos depositantes. De contrário, isso teria significado, no final, a morte do sistema financeiro. Por outro lado, pelo facto de os bancos estarem endividados, os credores externos melhoraram a sua posição, pois passaram a tratar com o Estado e não com os accionistas, que se encontravam em situação precária.

Além das propriedades de Somoza, que outros sectores foram nacionalizados?

— O sector do comércio externo, pois isso permitiu-nos garantir um preço mais equitativo para os produtores ao eliminar certos intermediários e ter um melhor fluxo de divisas, melhor captação e, também, melhorar a recolha de impostos.

Outra medida importantíssima foi a nacionalização de certos recursos

naturais como o ouro e a prata. Além disso, a elaboração de um plano de desenvolvimento teve muita importância porque estabeleceu os parâmetros, os objectivos até onde queremos ir. Esse programa estabelece novos padrões de consumo e, por consequência, novos padrões de produção. E como resultado de tudo isso, existe algo fundamentalíssimo; fechámos o ano com a definição de qual o sistema económico que vamos ter: um sistema de economia mista.

Redistribuir a riqueza

Esse termo é aplicado em muitos países que, na prática, apresentam situações muito diferentes. Que quer dizer «economia mista» na Nicarágua?

— Existe um sector público forte. Forte tanto na contribuição que tem no Produto Interno Bruto como no controlo dos meios de produção e, logicamente, na direcção (gerência) da economia. Mas, paralelo à Área de Propriedade do Povo — como chamamos a esse sector público — está o sector privado. E o segundo está subordinado ao primeiro.

Isso não significa, de modo algum, a supressão ou a emasculação desse sector privado. Naturalmente, também não se trata da acumulação de riqueza em poucas mãos. Isso já é coisa do passado. Mas é perfeitamente clara para nós a necessidade de darmos os incentivos necessários aos produtores: sem produtores não há produção. Nalguns casos a produção económica está maioritariamente nos sectores privados, como algodão, café, gado. Claro que também ficou para trás, para sempre, um sistema subjugante como o antigo, que era totalmente inadequado. De agora em diante, a gente vai ter que pagar impostos na medida em que o fisco o exija para fazer uma verdadeira redistribuição da riqueza, para levar por diante obras sociais.

Mas também compreendemos claramente que não podemos meter-nos

em projectos de dimensão social de grande envergadura se não tivermos capacidade para os fazer. Há alguns passos que são necessários e como parte da revolução são inadiáveis, mas têm o seu custo financeiro.

Quais?

— Um deles é a Cruzada de Alfabetização, outro é o sistema único de saúde e, logicamente, o outro é a reforma agrária.

Sinais positivos

O «Programa de Reactivação Económica em Benefício do Povo» propõe, para 1980, um plano de investimentos no qual o sector público, participa com 3 737 milhões de córdobas (moeda nicaraguense) e o privado com, apenas, 470 milhões. A distribuição das responsabilidades não parece muito equitativa.

— Acontece que o programa de reactivação não necessita de um grande esforço, de um novo investimento durante 1980 e 1981. A tarefa primordial é restabelecer o nível da produção e reparar os danos da guerra. Os investimentos públicos destinam-se à reposição e ampliação da infra-estrutura social. Textualmente o programa diz que «em vista do reduzido investimento privado previsível o investimento público predominará na formação do capital nacional em 1980 antecipando-se, assim, o papel futuro do Estado como eixo da acumulação na economia».

Essas cifras de investimento tão contrastantes, são então meramente conjunturais. Não reflectem a estrutura da produção em termos dos sectores privado e público. O estado assumiu tudo o que era de Somoza e isso mudou a composição da contribuição ao PIB. Em geral, o sector privado contribui agora com 49 ou 50% para o Produto Interno Bruto; praticamente, a metade.

Esses investimentos previstos estão a ser cumpridos?

— Não. Afinal, as projecções são

projeções. Em primeiro lugar, o primeiro semestre de 1980 é o mais difícil, o mais inapropriado para medir resultados. Neste primeiro semestre estamos a consolidar aquilo que foi feito em 1979. Então, o que estamos a fazer é completar o ciclo anterior. O resultado do ano, quem o vai dar é o segundo semestre, embora, claro, o ano seja o somatório dos dois.

— Por pouco não atingimos as nossas metas, tanto na produção como no investimento. Alguns projectos de investimento não se cumpriram, mas há sinais muito positivos: em termos de grãos básicos, vamos obter resultados muito bons; em algodão, não vamos chegar aos 170 mil alqueires semeados que tínhamos fixado como meta, mas alcançaremos os 150 mil, mais de três quartas partes da área normal; a colheita de café vai ser excelente, pelas condições do clima. O mais importante, porém, para mim é que, como consequência do diálogo do governo com o sector privado, há um clima de confiança. Existe a vontade política dos dirigentes da revolução de tornar realidade o sistema de economia mista e, dos produtores, de fazerem um esforço de produção.

Os sandinistas actuaram com cordialidade

Em que medida os problemas políticos derivados da renúncia de Robelo e as mudanças na Junta afectaram a economia?

— Eu creio que a economia foi muito pouco afectada. Claro está que a retirada de Alfonso colocava uma grande interrogação: se o pluralismo político, anunciado pela vanguarda da revolução, continuaria. Mas isso confirmou-se. Muitas vezes, as reivindicações do sector privado não são do tipo económico mas, sim, do tipo político. Muitas vezes, os empresários são mais porta-vozes ideológicos que sindicais.

Na medida em que se confirmou

que aqui há uma vontade política por parte da vanguarda da revolução de manter um sistema pluralista, os ânimos acalmaram-se. Isso não quer dizer que o MDN não vá continuar com a sua posição. Claro que sim.

A renúncia de Alfonso gerou uma enorme incerteza. Colocou-se a seguinte interrogação: O que é que vai acontecer aqui? Creio que a Frente Sandinista actuou com muita cordialidade ao manter o seu rumo. Houve, apenas, uma paragem no caminho para se olhar a bússola. E, como resultado, foi revogada a lei de emergência, que limitava os direitos dos cidadãos, e foi aprovada uma lei que estabelece o recurso de amparo, que permite apelação.

Aqui não há nenhum milagre

O plano de reactivação também se propõe reduzir a inflação que no ano passado foi de 60%...

—... e mantê-la entre 20 e 23%. Existem estatísticas mas, sinceramente, não quero opinar com base nas estatísticas. Temos tido certos problemas na distribuição. E estivemos a importar para suprir as deficiências da produção doméstica. Tem havido uma certa monopolização, não por má intenção mas por preocupação. E um consumismo tremendo. O consumo de cigarros, de cerveja, de refrigerantes, de rum, tem aumentado de maneira nunca vista...

Talvez festejando o triunfo...

— Talvez. O aumento tem sido enorme. Os fabricantes de refrigerantes e de rum nunca tinham vendido tanto. Agora, segundo os dados do primeiro semestre de 1980, de acordo com a inflação anual, estaríamos abaixo de 10%. Mas prefiro não opinar sobre isso. É claro que a inflação mundial, a alta dos preços do petróleo, nos afecta muito.

Se conseguirem baixar a inflação de 60 para 20%, muitos ministros de finanças virão pedir-lhe a receita...

— Bom, não é nenhum milagre.

Acontece que os 60% de inflação foi produto da guerra. Estamos a voltar ao que é normal para a Nicarágua. Uma inflação de 20% estaria de acordo com a marcha da economia mundial.

Primeiro, era viver...

Quais serão as modificações que esperam introduzir no modelo agro-exportador tradicional?

— Não são modificações de grande envergadura. Vamos continuar a impulsionar ao máximo as exportações. Temos que fazê-lo para fechar a brecha externa. Mas vamos agora ter mais cuidado para que não ocorram os desatinos do passado, quando todas as melhores terras do ocidente foram tomadas para a cultura do algodão, depreciando-se o cultivo de abacate, das laranjas, marginalizando-se totalmente o pequeno produtor de grãos básicos. É necessária uma maior racionalização. Além disso, o camponês não estava inserido nesse processo. Era um elemento explorado e agora o que se quer é que tenha uma participação positiva. É essa a grande diferença. Os benefícios dessa economia agro-exportadora só enriqueciam um poucos e agora terá que haver uma distribuição mais equitativa desses benefícios. Então, nesse sentido, sim, há uma mudança.

E também há mudanças na medida em que vamos ser muito austeros nas importações. Antes da revolução, a ideia era exportar para gerar os dólares que permitissem as importações sumptuosas desses reduzidos grupos. Mas, com relação aos meios de produção, há muito pouca diferença entre o que se deverá produzir e quais os mercados. É muito pouco o que se poderá inovar nisso.

Mas estão previstas modificações importantes, a médio prazo, na etapa que dá sequência ao plano de reactivação, no plano trienal.

— Correcto. Vai ser dada uma ênfase maior à agro-indústria. O que

acontece é que, durante 1979 e nesta primeira metade de 1980, temos actuado como bombeiros: dedicamos-nos a apagar fogos. O importante era reactivar o país, sem se ter em conta como. O importante, em Julho de 1979, era que os bancos abrissem, que os arados funcionassem... viver, portanto. Mas começou imediatamente um processo de estudo. A coisa tornava-se mais difícil já que não se tratava apenas de reactivar a economia mas também de impulsionar as transformações sociais de uma verdadeira revolução.

O mercado «paralelo»

Para quem acaba de chegar à Nicarágua, chama a atenção a existência pública e sem nenhuma repressão de um mercado negro...

— *Vamos chamá-lo de paralelo... paralelo de dólares, onde se tro-*

cam por 17 córdobas, enquanto o oficial paga 10 córdobas por dólar. Como se explica essa situação?

— Efectivamente, essa taxaçaõ dupla, está de alguma maneira, a desacreditar a nossa taxa oficial. Mesmo assim a extensão desse mercado não é alarmante. Talvez seja menos de 10% da procura total de divisas.

A medida que o faria desaparecer seria possuímos nós uma tal disponibilidade de divisas que as houvesse para todos ao câmbio oficial. E logicamente, num governo revolucionário, esse «para todos» de nenhuma forma poderia incluir transferências de capital, digamos, de um criador de gado ou um produtor de café que tentasse mandar para o exterior o produto de suas colheitas. Mas uma remessa normal, por exemplo, a familiares no exterior, a estudantes, gastos em viagens de estudo ou de

negócios ou mesmo de passeio, não teria nenhuma objecção.

Então, o que estamos a fazer? Estamos a ampliar, na medida do possível, a lista oficial de prioridades. Desde Janeiro deste ano, já se podem comprar dólares a preço oficial para estudantes no estrangeiro, para gastos médicos e, assim, continuaremos a ampliar a lista.

Como ingressam os dólares no mercado paralelo?

— São os chamados «ingressos invisíveis» que nos interessa captar. Por isso temos que ser tolerantes. Por exemplo, quem tem investimentos fora, recebe dólares e vende-os a um preço maior que o oficial, tendo uma receita maior para aplicar no seu capital de trabalho. Ao mesmo tempo, isso supre de divisas as necessidades legítimas: remessas a estudantes que não estejam no nível universitário, remessas a alguns familiares, importações de algumas coisas não cobertas pelas listas oficiais. Mas, logicamente, sempre fica a porta aberta para que esse produtor de café por exemplo, no momento em que tem grande liquidez, faça uma grande pressão no mercado, se compra quarenta, cinquenta ou sessenta mil dólares para os colocar fora do país.

A soma de tudo isso leva-nos à conclusão de que não queremos nada de drástico. Iremos tomando medidas graduais como a de ampliar as listas, e possivelmente incentivar a poupança interna em títulos e valores por exemplo, dos excessos de liquidez dos produtores na hora da colheita.

Se não formos tolerantes será criada, psicologicamente, uma certa incerteza. O pessoal do Conselho Superior da Empresa Privada e os organismos que o formam têm-me dito, repetidamente, que os preocuparia bastante o desaparecimento do mercado paralelo. Mas é lógico que isso crie confusão. Esta revolução é muito especial.



Depois da vitória, a alegria pelo fim de uma ordem económica e social injusta. Alegria expressa mesmo nas «barbas» da imagem do ditador

Anos de recuperação

Que balanço fazem da ajuda externa neste ano?

— Nós sempre insistimos em que o que cabe aqui é um enorme esforço interno. E a ajuda externa deve ser complementar a esse esforço. Ou melhor, acontece que nós não tivemos ainda a organização necessária para desembolsar a ajuda que nos deram, que é substancial. Mas temos melhorado muito; já se vai articulando uma mecânica para fazer uso desses recursos. Deve-se ter em conta que o ano passado, este ano e, possivelmente, o próximo são anos de recuperação. Daí em diante, entraremos num processo de crescimento. A ajuda internacional tem sido muito boa, tanto de governos como de organismos internacionais.

Qual tem sido a principal fonte de ajuda?

— Os Estados Unidos. Tanto directa como indirectamente, através de organismos internacionais, dos quais são o principal contribuinte e, onde, em muitos casos, têm o poder de veto. Potencialmente a maior fonte de financiamento que temos é o mercado norte-americano.

O banco particular?

— É essa a realidade. Claro que nós queremos ter uma variedade de janelas onde recorrer para podermos ter autonomia, liberdade. *

Como concebe o seu papel político na Junta do Governo?

— Sempre quis acreditar que não sou político. Já militei, sim, em política. Fui membro do Partido Conservador da Nicarágua e do Grupo dos Doze, aliado à Frente Sandinista; mas não como político, e sim como algo que considere como uma acção cívica uma atitude cívica nos mo-

mentos em que o meu país necessita disso. Eu considero-me um funcionário bancário e trabalhei sempre na actividade privada. Pela primeira vez, agora, assumi cargos públicos.

Neste momento trato de ser útil ao meu país na medida da minha modesta capacidade mas basicamente como funcionário embora compreenda que essa posição tem certas implicações políticas. Digamos que a minha presença constitui uma corroboração da vontade política da revolução em manter o pluralismo.

Isso não significa que eu não tenha uma concepção revolucionária; não tenho nenhuma divergência séria com a Frente Sandinista em relação aos objectivos fundamentais da revolução. Sou, certamente, menos radical mas, basicamente, todos queremos as mesmas coisas: uma sociedade mais justa, mais decente, um país livre.

Quer saber algo mais sobre
as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?

farol das ilhas - r. mãe d'água, 13-2.º-f - 1200 lisboa - telefone 36 66 13



leia e assine o semanário

NOTÍCIAS DO SUL

Largo Severim Faria, 9 — Apartado 63 — Telef. 24899 — 7001 ÉVORA CODEX

BOLÍVIA

Um golpe
a la Pinochet

O golpismo militar impediu a sangue e fogo que a esquerda assumisse o poder através do voto, mas a resistência popular foi grande e o repúdio internacional ainda maior.

Pablo Piacentini

A 17 de Julho, interrompeu-se na Bolívia, através de um sangrento golpe, o processo de democratização. Esse país do planalto ficou assim, de maneira brutal, alinhado com as ditaduras que, no Cone Sul da América e inspiradas na «doutrina de segurança nacional», impedem todas as forças de participação popular na vida nacional. Eleições, vida sindical, organização política e liberdade de expressão, tudo isso foi posto na ilegalidade e sob uma única lei: a repressão.

Mesmo assim — até ao fechar desta edição — depois de se ter instalado no Palácio Quemado como presidente, o general Luís Garcia Meza reconhece que dois factores dificultam a estabilidade do seu governo: a resistência popular e o isolamento internacional.

O principal factor é, logicamente, o interno. Sabe-se que, conscientes de que o povo organizado estava preparado para resistir, os conspiradores tomaram as precauções necessárias para sufocar a sua mobilização. A técnica do golpe assim o demonstra.

O movimento militar começou através da guarnição de Trinidad,

afastada da capital e sem importância de maior, coordenada com o plano do próprio general García Meza, que não se definiu de imediato. Logo após o conhecimento do manifesto da guarnição insubordinada, comandos militares e paramilitares lançaram-se contra os meios sindicais e políticos de todo o país, principalmente a sede da Confederação Operária Boliviana (COB), em La Paz, onde foi capturada toda a direcção da organização.

Simultaneamente, foram aprisionados importantes dirigentes políticos da área popular, como Marcelo

Quiroga Santa Cruz, o líder do Partido Socialista Boliviano, que no mesmo dia da sua prisão, 19 de Julho, foi assassinado nas instalações do Estado Maior do Exército. Somente depois disso García Meza se manifestou e derrubou o governo constitucional de Lydia Gueiler.

Com excepção de Hernán Siles Zuazo, vencedor das eleições de 20 de Junho e virtual presidente eleito, pode-se dizer que quase todos os dirigentes políticos bolivianos foram silenciados por estarem presos ou exilados. Siles Zuazo, mantendo um hábito já rotineiro, entrou na clan-



destinidade e, a partir daí, passou a emitir valentes exortações à resistência. Mas a acefalia da primeira linha das organizações populares, assim como a censura total, somente quebrada pelas estações de rádio dos mineiros, foi o maior obstáculo à organização da luta.

Apesar das condições totalmente adversas nos primeiros dias do golpe, a greve foi total nas fábricas, no comércio e nas minas, e os trabalhadores, em particular os camponeses, bloquearam as estradas para impedir o deslocamento das tropas. As forças armadas aumentaram implacavelmente a repressão com o emprego de todos os meios disponíveis, neutralizando a acção dos resistentes. Somente uma semana depois do golpe, é que os militares conseguiram silenciar as cinco estações que compunham a «Cadeia da Solidariedade», emissoras mineiras que concitavam o povo à resistência.

A greve dos mineiros

Mas mesmo nessa fase, os mineiros prosseguiram na sua greve, assim como uma boa parte dos operários têxteis e agrícolas, mesmo sob constantes ameaças e acções directas dos militares que tentavam forçá-los a trabalhar. O aparente início da normalização que desde o dia 25 era anunciado em La Paz, com a abertura do comércio e o funcionamento dos transportes, era relativo. A imprensa estrangeira recolhia testemunhos de que os operários eram levados a trabalhar pela força.

Nesse momento — ainda que dispondo de informações fragmentadas — podia-se fazer o seguinte balanço: os golpistas tiveram que fazer grandes esforços e pôr em prática uma enorme e dura repressão para ter o controlo territorial — objectivo conseguido em todo o país — mas não conseguiam ser aceites pela população, embora isso não permita prognosticar que a violência fascista não consiga finalmente impor-se. Isso

Quiroga Santa Cruz: a morte de um líder



Marcelo Quiroga Santa Cruz, fundador e líder do Partido Socialista Boliviano, era um dos mais importantes intelectuais do seu país. Como político, projectou-se firmemente no panorama nacional na última eleição, a segunda em que o seu jovem partido fundado em 1970 pôde participar e onde se afirmou como o quarto mais votado, com 10% dos eleitores.

Quiroga Santa Cruz não foi somente o criador do partido que mais cresceu no acidentado processo boliviano, embora em tão curto espaço de tempo de existência.

Deu também uma importante contribuição para a defesa dos recursos minerais bolivianos quando foi ministro do Petróleo e Minas do governo nacionalista do general Alfredo Ovando Candia: nacionalizou o petróleo e expulsou a empresa que detinha o monopólio da sua exploração, a Gulf Oil.

Perseguido pela ditadura de Banzer como o fora antes pela de Renè Barrientos, Quiroga exilou-se no Chile, na Argentina, e no México, mas viveu grande parte desse exílio na Bolívia, na clandestinidade, onde foi um implacável guerreiro contra o comprometimento e a corrupção que grassava na cúpula militar, convertida em governo da extrema direita.

Como parlamentar, efectuou a mais severa e documentada incriminação de Hugo Banzer e dos seus cúmplices, que temiam esse orador lúcido, sério e incontestável e que sabiam que enquanto ele estivesse vivo continuaria a denunciar os seus crimes. Por essa razão Quiroga foi ameaçado publicamente e apontado como inimigo «número um» pelos militares fascistas.

Uma semana antes do golpe, o então comandante-geral do Exército, general Garcia Meza, afirmou publicamente a respeito de Quiroga: «hei-de pô-lo no seu lugar». Recebeu do líder político a seguinte resposta: «Estou disposto a defender a minha honra em qualquer lugar» — desafio que foi temporariamente esquecido pelo general.

No dia do golpe, o líder socialista estava no seu gabinete na Central Operária Boliviana (COB), junto dos trabalhadores. Foi retirado dali por um comando fascista e assassinado, segundo uma testemunha ocular que, obviamente, preferiu ficar incógnito.

Os **cadernos do terceiro mundo**, que foram honrados pela colaboração e incentivo de Marcelo Quiroga Santa Cruz, prestam a esse eminente pensador e militante latino-americano a sua sentida homenagem de admiração pela sua vida e de dor pela sua morte.

pode também significar que o golpe teve um custo social muito alto. Embora não haja dados precisos, o novo regime deverá enfrentar uma resistência passiva, expressa de diferentes maneiras, que obstruirá a estabilização do regime.

Ficou no ar a pergunta de como teria sido articulado o golpe na Bolívia, pois na mobilização ocorrida no ano anterior contra o golpe do coronel Alberto Natush, a oficialidade poderia ter-se dividido, como resposta à greve geral decretada e à agitação social. Um sector de oficiais democráticos manifestou-se a favor da continuidade do processo eleitoral e paralisou a acção golpista, evitando a ameaça da guerra civil. Se essa divisão se verificasse mais uma vez, teria García Meza condições para tomar o poder? Concretamente: porque é que os oficiais democráticos não se manifestaram desta vez, de forma visível?

Na verdade, não existem ainda dados suficientes que permitam a formulação de uma resposta coerente e este silêncio dos dissidentes revela que o golpe foi muito bem preparado.

A vitória da esquerda

As eleições de Junho deram os seguintes resultados: a direita representada pelo general Banzer e pela Acção Democrática teve 18%, o centro-direita de Paz Estenssoro, 19%, Siles Zuazo teve um claro triunfo com 38%, e a esquerda radical de Quiroga Santa Cruz colheu 10% dos votos. Isso pode sugerir que uma esquerda com a metade do eleitorado e em plena ascensão tenha feito com que oficiais indecisos se colocassem ao lado dos golpistas, neutralizando assim os oficiais democráticos, já que a esquerda eleita estava decidida a apurar os crimes e a corrupção de um numeroso grupo de militares durante a ditadura de Banzer.

A reacção externa fez-se sentir

com um vigor possivelmente muitas vezes superior àquele que esperava García Meza. Há poucos precedentes de que, nove dias depois de estar no exercício efectivo do poder, um governo não tenha sido reconhecido por nenhum país, nem mesmo pelo governo que estava por detrás do golpe, no caso, o argentino. Virtualmente, todos os governos que haviam feito empréstimos à Bolívia suspenderam-nos por tempo indeterminado. A Organização dos Estados Americanos (OEA), por ampla maioria — 16 votos a favor, 3 contra e 4 abstenções — condenou «o golpe militar por haver impedido a subida ao poder do governo democraticamente eleito pela população».

O repúdio internacional ao golpe ficou ainda mais patente pelo facto dos Estados Unidos terem cessado a ajuda militar e económica e retirado a sua missão militar, embora seja um facto mais do que conhecido serem eles que treinam e formam esses militares que saem às ruas de armas na mão cada vez que um governo moderadamente progressista ascende ao poder na Bolívia. Os primeiros reconhecimento do novo regime (Argentina, Paraguai, Formosa e Brasil) e as dificuldades económicas futuras tornam difícil a García Meza cumprir uma das suas promessas: «não haverá mais aventuras eleitorais na Bolívia».

A cúpula golpista lançou-se nesta aventura contando com as garantias do governo argentino do general Videla, que lhe daria o apoio económico e militar necessário para enfrentar as dificuldades internacionais iniciais. No entanto, o governo argentino encontra-se também numa situação económica difícil e tudo indica que pouco poderá fazer contra as represálias aplicadas aos assaltantes do Palácio Quemado por governos democráticos. Isso não impede que García Meza afirme que o seu governo não tem prazo de duração, que é como o de Pinochet e que poderá durar vinte anos. □

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a
ÁFRICA EDITORA
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 - ALGÉS
1495 Lisboa

BOLÍVIA

Cresce a resistência

Com as comunicações para o exterior bloqueadas, sabe-se que, na Bolívia, a Junta Militar tenta sufocar com o terror e violência as intenções do povo de permanecer livre.

Renato Andrade



Apesar da repressão, que se destacou em dificultar — ou impedir — a acção dos jornalistas e fotógrafos, o nosso correspondente em La Paz conseguiu-nos fazer chegar as suas «apressadas notas», como ele próprio as define. Renato Andrade solicita-nos que, a partir da nossa publicação, e em todas as instâncias possíveis, seja divulgada a necessidade de as Nações Unidas, sob a protecção do Alto Comissariado para os refugiados, instalar locais que dêem garantias aqueles que procuram asilo nas embaixadas. «De contrário, as embaixadas em particular, e de modo geral, todo o país, acabarão por se converter numa grande armadilha», diz Andrade, que afirma saber de boa fonte: o governo não tem intenções de fornecer salvo-condutos aos asilados, na esperança de que as pressões que estão a suportar nestes primeiros momentos diminuam com o decorrer do tempo, enquanto se consolidam no poder.

As sedes das embaixadas do México e da Venezuela, bem como o Arcebispo, estão cheias, e viram-se obrigadas a alugar novas instalações para abrigar os que lhes solicitam asilo.

Nas notas que publicamos a seguir, Renato Andrade mostra a resistência popular, os planos do general Meza e a reacção do Pacto Andino. Acreditamos que através delas o leitor poderá sentir como era vista a situação em La Paz nos primeiros dias do golpe.

É lugar comum comentar-se, na Bolívia, o facto de o general García Meza, homem forte do exército desde o início do governo de Lydia Gueiler, ao planear seu próprio golpe ter minimizado qualquer consideração relacionada à situação política internacional como um obstáculo ao seu projecto.

Não há dúvidas de que García Meza e seus comandados guiavam-se — e guiam-se — pelo êxito do seu «amigo», o general Augusto Pinochet. Segundo o general boliviano, o seu governo não tem planos, mas uma tarefa: «a limpeza de todo o vestígio comunista». E para isso propõe para a sua gestão nada menos do que um período inicial de 20 anos, com o qual aspira iniciar o século XXI ainda no Palácio Quemado.

Talvez existam pessoas que se sintam inclinadas a menosprezar as presunções do general-presidente e nisso poderiam não estar muito equivocadas. É bom lembrar, no entanto, que por detrás das suas declarações, os militares bolivianos não só se apoiam nos grupos paramilitares argentinos, como também na própria instituição militar e na exígua militância da Falange Socialista Boliviana que de socialista nada tem,

sendo uma projecção retardatária do falangismo franquista espanhol. Já se sabe, e de muito boa fonte, que Victor Paz Estenssoro — o único político detido domiciliariamente e que não optou pela clandestinidade — e o ex-ministro dos negócios estrangeiros do governo da senhora Lydia Gueiler, Júlio Garret, tiveram importantes reuniões com o alto comando golpista. Assim sendo, uma vez efectuada a «limpeza comunista», não pode ser posta de lado a possibilidade de uma participação directa e indirecta do MNR no governo, o que o tornaria perfeitamente aceitável aos olhos do Departamento de Estado norte-americano.

Divergências militares

Outro factor que deve ser levado em conta na avaliação das perspectivas políticas da ditadura é a situação interna do próprio exército boliviano. É evidente que para as finalidades iniciais de eliminação dos adversários, a ajuda dos grupos paramilitares argentinos foi muito útil, mas para governar e estabilizar o país, as condições são obviamente outras. Afirmamos isso porque as forças armadas da Bolívia estão muito longe de ostentar a solidez, a

marcialidade e a disciplina das suas irmãs da Argentina e do Chile. Durante a repressão nos centros mineiros, o exército para manter a disciplina foi obrigado a fuzilar oficiais. Outros estão sob prisão domiciliar e um amplo sector actua apenas por disciplina, pois não concorda com a política do alto comando de García Meza.

Apesar do novo regime afirmar que a Bolívia está diante de uma «democracia inédita», renovadora, em pouco tempo ficará demonstrado que a base política operacional dos golpistas apoia-se em figuras bastante conhecidas da Falange Socialista Boliviana, em caciques oportunistas que se autoproclamam «camponeses» e na mesma cúpula de militares e funcionários corruptos e desgastados utilizados inúmeras vezes pelo general Banzer. O próprio Banzer mantém-se na expectativa, avalizado pelo apoio de mais de 16 por cento do eleitorado.

Ao mesmo tempo, é necessário esperar os efeitos políticos da formação do governo na clandestinidade chefiado por Siles Zuazo, líder da União Democrática Popular (*ver caixa*). Além disso, o regime de García Meza nasceu com o estigma indelével do assassinato do líder do Partido Socialista Boliviano, Marcelo Quiroga Santa Cruz, que teve um grande impacto, não só entre as massas populares, mas também em muitas faixas da pequena burguesia. Acrescente-se a isso todo o tipo de agressões, torturas, roubos em grande escala, violações, na maioria das vezes, atingindo a gente comum do povo, operários e camponeses, que reagiram à prepotência de García Meza e do seu grupo.

Apesar do ministro da Informação da Junta Militar ter declarado que actualmente está sendo levada a cabo uma «ofensiva geral para desbaratar os vestígios da subversão extrema», teme-se, na realidade, que esse plano repressivo continue ainda por muito tempo.

A caça continua

O facto de se falar de «ofensiva repressiva final» quando só em La Paz já existem mais de 1500 presos — cujas condições de detenção são desconhecidas, apesar das informações filtradas indicarem serem essas condições as piores que se possa imaginar —, mostra claramente que o golpe do general Meza tem características diferentes dos anteriores: na Bolívia estão sendo simultaneamente aplicados os métodos de Pinochet e da AAA argentina, com uma componente própria que incorpora os militantes da Falange Socialista Boliviana — inspirada na Falange franquista. Ela conquistou na recente consulta ao eleitorado apenas 1,5 por cento dos votos.

Segundo os meios jornalísticos, os detidos em La Paz estão alojados em locais utilizados com a mesma finalidade na época da ditadura do general Banzer (Chonchocorro, Regimento Bolívar, de Viacha e Achocalla).

Através de informações de fontes eclesiásticas, calcula-se em mais de 500 o número de trabalhadores mineiros mortos em confrontos registados nos primeiros oito dias do regime militar. Conforme foi informado pelas transmissões da «Cadeia Mineira da Rádio da Fraternidade», integrada por oito emissoras sindicais, os mineiros dos diversos distritos organizaram a protecção dos seus acampamentos utilizando todos os tipos de recursos para conter o exército. Houve casos, como o registado com o regimento sediado em Uncia — o principal centro urbano próximo das famosas minas de estanho de Catavi e Século XX —, onde a prática persuasiva dos mineiros conseguiu que a oficialidade fizesse um pacto com os trabalhadores. Alguns desses oficiais depois de substituídos por reforços vindos de Santa Cruz, foram presos e transferidos para Cochabamba, onde alguns acabaram por ser fuzilados.



Lydia Gueller: rumo ao exílio

Mercenários argentinos

Quanto à participação da AAA argentina (Aliança Anticomunista Argentina), constatou-se que o que se passou não foi uma simples imitação das suas técnicas. O aparelho repressivo que funciona hoje na Bolívia conta com dezenas — alguns calculam esse número em 500 — de mercenários de nacionalidade argentina, contratados especialmente ao abrigo de um convénio de «assessoria de informação militar» e comandados por três oficiais superiores das forças armadas da Argentina. Este contingente de mercenários realiza não só acções directas nos comandos paramilitares — utilizando ambulâncias — como também integra os grupos de interrogadores que participam activamente nas sessões de tortura. Tudo isso foi denunciado por detidos já libertados.

Até agora foram infrutíferas as diligências realizadas pelo corpo diplomático para que os presos recebessem visitas. Diante do pedido de viajar até aos distritos mineiros, o

ministro do Interior facilitou-lhe apenas uma observação aérea pela região, o que foi, obviamente, recusado pelos diplomatas.

Soube-se ainda de fontes seguras que, à semelhança dos recursos usados nas primeiras semanas do golpe de Pinochet, estão a ser, utilizados também na Bolívia estádios de futebol como centros de reclusão. O estádio do Clube Bolívar, localizado no bairro popular de Tembladerani, e o Estádio Olímpico do bairro residencial de Miraflores, em La Paz, guardam centenas de presos, que esperam transferência para campos de concentração.

Através de círculos oficiais, comenta-se que a Junta estima em 2500 o número mínimo de detenções necessárias. Noite após noite — também à luz do sol — os comandos paramilitares realizam as suas excursões punitivas, detendo gente e liderando verdadeiros saques nos domicílios visitados. A caça às bruxas não terminará tão cedo. Isto, evidentemente, torna mais extremado o isolamento do regime no interior e no exterior, mas a ditadura parece não se importar muito com isso.

A resistência popular

Alguns dias depois do golpe militar, apesar das autoridades terem afirmado que garantiriam a liberdade de imprensa, as emissoras de rádio particulares permanecem silenciosas.

À falta de outros elementos para juízos mais concretos, deduz-se que a paralização das rádios deve-se essencialmente a focos de resistência popular que ainda persistem. Pode-se, é claro, também pensar — como manifestaram os porta-vozes oficiais da ditadura —, que existe o temor da função «agitadora» dos jornalistas. É evidente a fobia contra os profissionais da informação, já que muitos estão presos e sendo torturados, inclusive o ex-secretário de Imprensa da Presidência, Oscar Peña Franco.

A maioria está na clandestinidade. somente uns poucos repórteres, redactores e correspondentes da imprensa internacional conseguem trabalhar em La Paz.

Pela sua condição de país onde existe uma grande maioria de analfabetos e onde mais de 40 por cento da população fala línguas nativas (principalmente o *quéchua* e o *aymará*), as estações de rádio bolivianas exercem uma função excepcional para a divulgação da informação. Por essa razão, desde o primeiro momento em que os militares assaltaram a sede da Central Operária e o palácio do governo, naquele trágico meio-dia do dia 17 de Julho, todas as transmissões radiofônicas foram interrompidas e os emissores violentamente selados.

No caso particular da Rádio Fides, a emissora dos jesuítas, e da Rádio Continental, da Federação de Operários de La Paz, os equipamentos foram inutilizados e os jornalistas brutalmente agredidos e roubados o seu dinheiro bem como os seus objectos pessoais. Dessa maneira, os golpistas — e nisso vê-se claramente a participação dos assessores do serviço secreto militar da Argentina — utilizaram a experiência do fracassado golpe de Natusch Busch no passado mês de Novembro. Naquela

oportunidade, a imprensa escrita, e sobretudo a imprensa falada, tiveram um excepcional e decisivo papel em unir e estimular a luta pela defesa da democracia.

Uma função vital

Nos primeiros dias que se sucederam ao golpe, caídas as emissoras da capital, a cadeia de emissoras sindicais dos acampamentos mineiros teve a função de unir, através de centenas de quilómetros de distância, as lutas dos mineiros do sul, centro e norte do país. Foi assim que, durante uma semana, as estações de rádio mineiras enfrentaram sérios problemas, sofrendo danos motivados por bombardeamentos aéreos (em Colquiri) e pela acção da infantaria, enquanto a cadeia de Rádio Mineira sintonizada por centenas de milhares de bolivianos estabelecia contactos com o exterior.

O papel das crianças

A cadeia de emissoras mineiras coordenou toda a actividade de resistência ao golpe e foi um centro de organização na contenção das tropas militares. As transmissões simultâneas em espanhol, *quéchua* e *aymará*

serviu também para convocar os camponeses, que acorreram aos milhares, para colaborar na defesa dos acampamentos mineiros. Durante todo o dia os locutores transmitiram as palavras de ordem dos diversos sectores e ordenaram o funcionamento da resistência com a maciça participação das donas de casa, estudantes e milhares de crianças.

Todas as informações vindas do planalto e das minas falam de uma imensa participação das crianças. Houve lugares, sedes de importantes instalações militares, em que as crianças cumpriam diversas funções, informando sobre os movimentos das tropas, sobre as conversas de militares em bares e cantinas e participando em missões definidas pelos comités de defesa da democracia que puderam funcionar.

A pé, mas com dinamite

Um dos episódios mais destacados do plano da luta semi-espontânea do povo aconteceu nas proximidades do povoado mineiro de Corocoro, relativamente perto de La Paz e à margem do caminho de ferro para Arica. Em Viacha, importante centro ferroviário e sede de vários acampamentos militares, soube-se que um destacamento de tanques iria, dentro de pouco tempo, calar a voz emissora de Corocoro. Foi então que diversos camponeses, a pé, e conhecedores das vias de acesso, conseguiram chegar antes dos veículos militares. Imediatamente organizou-se a resistência. A população mineira, os camponeses, dezenas de mulheres e crianças cavaram fossos de quatro metros num desvio do caminho montanhoso e colocaram-se em pontos à beira da estrada munidos de bananas de dinamite. Quando os tanques e a tropa de apoio atingiram o local previsto, foram atacados e tiveram muitos dos seus carros incendiados. Nessa acção, morreram muitos soldados e vários sobreviventes conseguiram fugir, mas os oficiais respon-



O centro mineiro Siglo XX, alvo de violenta repressão por parte das tropas às ordens de García Meza.

sáveis pela operação foram feitos reféns. Essa situação, segundo nos garantem os nossos informadores, mantinha-se até há poucos dias.

Acções como essa multiplicaram-se com a destruição de pontes rodoviárias, obstrução de estradas, etc., em todo o território nacional, o que explica a suspensão dos serviços de comboio para a Argentina e para o Chile, via Arica-La Paz.

A resistência popular que persiste através das greves dos mineiros e dos estudantes de Potosi — abala perigosamente a frágil e aparente unidade das forças armadas comandadas por García Meza. As últimas transmissões da Cadeia da Rádio Mineira foram dedicadas precisamente em fazer apelos às tropas e à oficialidade para que se pusessem ao serviço da defesa do povo trabalhador.

O Pacto Andino

Nos meios diplomáticos ligados ao Pacto Andino especula-se, e com bases justificadas, se o golpe militar boliviano não teria, como um dos seus vários objectivos, desenvolver uma ofensiva política contra as novas características políticas que têm sido tomadas pelo bloco de países do Acordo de Cartágena (Pacto Andino).

Com efeito, dez anos depois da assinatura do maior acordo de integração desta região, procurou-se ostensivamente que, através dos ministros de relações externas andinos, o Pacto tivesse um papel relevante no plano da política internacional dos países americanos.

O Pacto teve uma actuação decisiva no caso da Nicarágua, quando frustrou, na reunião extraordinária da OEA (Organização dos Estados Americanos) as intenções intervencionistas dos Estados Unidos. Se bem que tenha sido da diplomacia mexicana a iniciativa de levantar a questão, a acção dos países andinos



Simon Reyes, dirigente mineiro da Central Operária Boliviana (COB) barbaramente torturado após o golpe de García Meza. A sua vida corre perigo.

foi decisiva para o fracasso intervencionista dos norte-americanos.

Segundo as nossas fontes, quem estaria a fazer o papel de ponta-de-lança para o fracasso desses propósitos seria hoje o general Videla, mas também participam dessa perspectiva os regimes do Chile e do Brasil. Isto é, ambos gostariam de ter o Pacto Andino sob o seu controlo, o que também convém aos interesses do Pentágono.

Apoiando essa hipótese temos, por um lado, o incentivo à saída da Bolívia do Pacto Andino feito pelo matutino de La Paz, *El Diálogo*, principal suporte jornalístico dos golpistas. Essa mesma posição é também reforçada pela televisão estatal, onde foi feito um ataque claro e directo ao embaixador da Venezuela em La Paz, Pedro Luis Echeverría, que é visto como o principal responsável pela pressão diplomática do Pacto Andino.

Por outro lado, dentro desse mesmo quadro, há o caso da prisão do ex-ministro da Integração de Lydia Gueiler, Fernando Salazar Paredes, homem estreitamente vinculado aos meios burocráticos da ONU e do próprio Pacto. Quando o co-

mando paramilitar tomou no dia 17 o palácio do governo, Paredes foi isolado do resto dos ministros lá presentes, juntamente com o secretário de Imprensa, o jornalista Oscar Peña que foi brutalmente agredido. Na sua prisão no Estado Maior, entre outras coisas, foi humilhado tendo que caminhar descalço todo o tempo. Esse comportamento em relação a Paredes, além de qualquer outra explicação circunstancial, pode ser atribuído à atitude abertamente hostil que tem o actual regime contra os interesses e concepções do Pacto Andino.

Mesmo assim, o próprio embaixador venezuelano Echeverría encarregou-se de difundir, de maneira semioficial, entre os meios de informação o seu temor de que a qualquer momento um comando paramilitar ocupe violentamente as instalações da sua embaixada, onde estão assilados muitos dirigentes políticos.

Porta-vozes oficiais da Junta Militar afirmaram que «desta vez não haverá exilados...» E por essa razão estaria a ser organizado um sistema prisional bastante amplo — inclusive com novos campos de concentração como na localidade de Ravelo, na região do Chaco e fazendo limite com o Paraguai — ou então adoptam-se a eliminação física dos prisioneiros, ou ainda, ignoram-se os pedidos de salvo-condutos feitos pelas representações diplomáticas. A condenação da OEA e o reconhecimento dos países andinos seriam o pretexto que justificariam tal atitude. Outra forma de se desfazerem dos prisioneiros seria enviá-los para o Paraguai, Chile, Argentina ou Uruguai...

Até onde os actuais homens fortes da Bolívia, nas suas actuais atitudes supõem que poderão manter o isolamento do país? Sabe-se que, em princípio, os ideólogos e os executores do golpe nem se preocupam nem se interessam em analisar tais perspectivas, cegos pela sua fobia anticomunista.



Coca boliviana, o móbil para o golpe

A quartelada dos cocadólares

A «conexão boliviana» no tráfico de cocaína estava a ponto de ser desbaratada pelo governo eleito de Siles Zuazo. Um motivo de peso (bilhões de pesos) para que o golpe fosse desencadeado

(*) Gregório Selser



Entre a região boliviana dos Yunga, mais conhecida como Beni, e a de El Pando, mais ao norte, até à região amazônica da Colômbia, não há acidente geográfico digno de menção e que atrapalhe os aviões que cortam o céu logo em ambas as direcções. O que existe são as espessas selvas do Acre e da Amazônia brasileira e peruana.

Uma olhadela no mapa permite compreender porque existem laços estreitos entre os traficantes de cocaína da Colômbia e da Bolívia e como está livre de obstáculos físicos o tráfico de droga mais importante do hemisfério ocidental.

É claro que nem todos esses milhares de hectares se destinam ao cultivo da coca, mas, sem dúvida, é utilizada uma grande parte desta área para essa actividade. O consumo de coca já era comum desde a época da conquista pelos indígenas dos territórios que hoje são ocupados pela Bolívia, Peru e Equador. As folhas

de coca mascadas permanentemente terminam por formar uma bola, que entre outras coisas provoca o adormecimento das paredes do estômago.

O «mascar» sempre foi coisa de índios e somente como snobismo passou a ser praticado pela burguesia mestiça ou branca. A coca não cresce no planalto mas sim nas encostas andinas.

A pasta de cocaína é adquirida por intermediários, na sua maior parte radicados em Santa Cruz de La

Sierra, cidade que, entre outras coisas, desfruta da proximidade do Paraguai. A máfia de Santa Cruz controla o tráfico da droga em pasta que, via Paraguai, segue para a Argentina e Brasil. No entanto, o seu negócio mais rendoso é o tráfico para os Estados Unidos, com escala na Colômbia.

Centenas de aeroportos improvisados, cuja localização é tão variável como os caprichos dos rios e das selvas responsáveis por encobri-los permitem a escala de pequenos e rápidos aviões que transportam a pasta até à Colômbia regressando,

(*) Jornalista e escritor argentino, membro da equipe permanente de cadernos do terceiro mundo

muitas vezes, com frigoríficos, televisões, cigarros ou uísque de contrabando. Algumas vezes os aviões perdem-se na imensidão da selva, mas não importa muito; ainda que provoque desgosto, os seus carregamentos chegam ao destino e dão tanto lucro que compensam essas perdas.

Droga e Contrabando

Às vezes ocorre também que polícias ou inspectores alfandegários que não foram recrutados pela máfia se mostrem sumamente exigentes e efectuem a apreensão da «mercadoria». Rapidamente aparecem comandos das Forças Armadas, que através de diversos pretextos, ou mesmo sem pretexto algum, sequestram o material apreendido e, silenciosamente, fazem com que a pasta siga o seu fluxo original. Com certa frequência circulam na Bolívia notícias de lutas entre polícias da alfândega e grupos familiares: são pequenas batalhas pela recuperação da pasta.

Obtém-se um quilo de sulfato de cocaína de quatro cargas de coca, isto é, oito tambores, por seis mil pesos bolivianos, o equivalente a 300 dólares. O quilo de sulfato é comercializado no mercado clandestino boliviano para a exportação a quatro mil dólares. Já refinado como cloridrato de cocaína, o preço dobra: 8 mil dólares. Nenhum outro tipo de colheita é tão rentável: enquanto 21 mil bananas, por exemplo, têm um custo de 45 dólares, a carga de coca em dois tambores atinge os 75 dólares.

Na Bolívia, as cifras são manejas em virtude da grande receita destes «cocadólares», que superam o orçamento anual da Nação: essa receita ultrapassa a quantia de 1 bilião de dólares. No entanto, tais transacções seriam impossíveis de serem concretizadas sem a tolerância e a cumplicidade das forças de segurança do Estado.



Aqui, em plena selva e por conta de generais e coronéis, se inicia o grande tráfico da droga.

O problema é tratado por «El Diálogo», o jornal mais reaccionário da Bolívia, num editorial do dia 20 de Junho, que fala do contrabando sem relacioná-lo à droga — apesar de serem tão inseparáveis como é o oxigénio da água. «Nenhum governo levou a sério o problema, deixando uma séria suspeita sobre as origens e a forma de manutenção do contrabando», indignava-se a publicação.

Arquivos incendiados

No mesmo dia do seu mal-humorado editorial, «El Diálogo» publicava também detalhes do fracassado «putsch» do dia 18 de Junho em Santa Cruz, que teve êxito graças ao Comandante do VI Divisão do Exército, que de tão ocupado que estava resolvendo palavras cruzadas no seu gabinete, não escutou os disparos das espingardas e das metralhadoras dos mafiosos da Falange Socialista Boliviana (FSB), nem tomou conhecimento da invasão da Prefeitura local por um grupo dessa mesma organização. O comandante tão pouco foi incomodado pelos ataques ao Tribunal Eleitoral, à Federação de

Operários e a outros edifícios públicos e privados da cidade. Houve apenas uma leve menção a «sinais de violência»: vidros, portas e janelas quebradas pelos falangistas, que durante muitas horas foram os donos da cidade sem que o exército ou a polícia intervissem. Foi o próprio povo da cidade, os seus estudantes e operários, que reagiram e obrigaram os «putschistas» a fugir. Foi, uma vez mais, um ensaio insurreccional característico da FSB de combinação com a guarnição local.

Quando se fez o balanço dos danos e prejuízos, comprovou-se que dos arquivos do município e da Prefeitura haviam sido retirados todos os registos e pastas referentes à actividade dos produtores e contrabandistas de pasta de cocaína de Santa Cruz de La Sierra. O material que os banzeristas, falangistas ou simplesmente gangsters não puderam levar foi incendiado ali mesmo.

O «putsch» realizou-se com o objectivo de destruir os arquivos que prejudicavam os negócios dos «cocadólares» e, também, contribuiu para a desestabilização do governo de Lydia Gueiler.

Cumplicidade do G-2

A tomada de Santa Cruz, assim como todas as bombas, assassinatos, cortes de emissoras e sequestros não teriam sido possíveis sem a cumplicidade velada e o apadrinhamento do chefe da G-2, ou serviços secretos militares, o coronel Luis Arce Gómez, hoje ministro do Interior do gabinete de García Meza. As bombas, as armas e as instruções para os sequestros e assassinatos — entre eles, o do sacerdote e jornalista Luis Espinal, cujo semanário «Aqui» era o meio de difusão mais crítico da prática de contrabando e do tráfico de droga — foram provenientes do gabinete do coronel Arce, um especialista e sádico torturador, que chefiou, no mês de Dezembro passado, a célebre operação de roubo dos arquivos secretos do Ministério do Interior, onde estava concentrada toda a informação concernente à repressão operária, camponesa, estudantil e política.

Na época desta «operação», o então ministro Selum Vaca Díez protestou contra a arbitrariedade cometida pelo órgão militar, que desse modo queria evitar que o poder civil — o regime de Lydia Gueiler — tivesse acesso a esse material e pudesse revelar até onde as forças armadas estavam envolvidas e a intervir na contra-espionagem e na repressão.

O clima de desestabilização complementava-se com a falta de abastecimento provocada, actos terroristas e ameaças verbais em que se alternavam o general García Meza e os chefes da armada e da força aérea. Estavam conscientes de que sem a imposição de uma suposta fraude eleitoral, ou sem essa mesma fraude, impor-se-ia a vitória de Hernán Siles Zuazo. E por isso tentaram assassiná-lo por duas vezes. A vitória irrefutável e limpa do homem que venceu pelas armas o exército profissional em 1952, era para esse

exército corrompido o mais insultante dos desafios.

Também não foi por casualidade que entre as primeiras vítimas do golpe de 17 de Junho figurasse o líder socialista Marcelo Quiroga de Santa Cruz, o opositor que mais sabia dos negócios sujos e das traições à pátria de muitos militares. Aquilo que já provara contra Banzer fora apenas uma amostra. Se o povo chegasse ao poder pela via legal e constitucional, Marcelo Quiroga traria a público muitas outras informações.

Da clandestinidade, Hernán Siles Zuazo confirmou que os «cocadólares» foram um dos motivos determinantes da quartelada da máfia militar contra o governo democrático. A mesma denúncia foi feita no exterior pelo vice-presidente eleito Jaime Paz Zamora, que pôde comprovar pessoalmente como os traficantes de droga e os militares — que nesses assuntos estão no mesmo partido — não vacilaram em sabotar, em Julho passado, o avião em que viajaria.

Contra os Estados Unidos

O próprio Governo norte-americano terminou por acusar oficialmente os golpistas bolivianos de cumplicidade no tráfico de narcóticos.

Fê-lo depois do ministro do Interior Luis Arce Gómez ter declarado à imprensa boliviana que «a responsabilidade integral do problema de tráfico de estupefacientes e da crescente saída da droga recairá sobre o presidente Carter, já que neste momento, ao haver suprimido a ajuda, será o único responsável pelo aumento do consumo de cocaína nos Estados Unidos. Sem essa ajuda, a Junta terá que reorganizar o Gabinete de Narcóticos, já que não há meios para mantê-la na posição que tinha».

O anúncio de Arce aos Estados Unidos bate todos os recordes de desfaçatez e cinismo. Ameaçar essa nação com um dilúvio de pasta de cocaína como represália pela suspensão da ajuda militar dá a medida exacta da dimensão moral dos assaltantes do poder na Bolívia. Como pode alguém imaginar que com uma ajuda norte-americana de três milhões de dólares a máfia militar pudesse resistir a um bombardeio de mil milhões de cocadólares anuais?

Muito pelo contrário, precisamente porque o tráfico de narcóticos seria combatido a fundo pelo governo constitucional de Siles Zuazo, a máfia dos Banzer, García Meza e Arce Gómez fez a sua quartelada preventiva: a quartelada dos cocadólares... □



Coca, um «negócio» altamente rendoso que o golpe «a la pinochet» de Garcí Meza veio perpetuar.



General Hugo Banzer



General García Meza



General Juan Pereda Asbun

Os militares e o tráfico de cocaína

General Hugo Banzer Suárez, ex-ditador da Bolívia. Opera através do seu genro, Luis Fernando Valle e do seu sobrinho, Guillermo «Willy» Banzer Abastoflor, já com ficha de traficante de narcóticos nos Estados Unidos.

General Juan Pereda Asbun, ex-ditador da Bolívia. É também cocainómano. Opera, entre outros, através de um seu parente, Jorge Nemez Chávez.

General Luis García Meza, actual ditador da Bolívia, escolhido para garantir maior operatividade no tráfico de narcóticos, nos departamentos de Beni e Santa Cruz.

Coronel Luis Arce Gómez, actual ministro do Interior. É responsável por uma empresa de ensino de pilotagem aérea que serve de fachada para o transporte de droga.

Coronel Saul Becerra, acusado publicamente de ser traficante de droga e contrabandista de armas pelo informador da polícia de Santa Cruz, Ricardo García.

Coronel Mário Oxa Bustos, ex-presidente da Câmara de La Paz. Acusado de ter feito grandes negociações através do aparelho do Estado, contrabando, tráfico de droga e estelionato contra o clube desportivo *The Strongest*.

General aviador Waldo Bernal Pereira, comandante da Força Aérea. A sua função é fundamental para facilitar a operacionalidade dos aviões e avionetas que, às centenas, transportam contrabando e pasta de cocaína.

Coronel Norberto «Bubi» Salomón, adido militar na embaixada boliviana da Venezuela, proprietário de uma companhia de aviões dedicada ao contrabando e ao tráfico de narcóticos.

Coronel Francisco Monroy, comandante da guarnição de El Beni, base fundamental para o tráfico de narcóticos.

Coronel Arturo Dória Medina, comandante do Regimento Tarapacá, viciado em drogas e álcool.

Capitão Rudy Landívar, comandante da «ocupação» de Santa Cruz, quando roubou os arquivos onde figuravam nomes da rede de traficantes e a localização das fábricas de pasta de cocaína, bem como de campos de aterragem clandestinos.

Além destes, estão directamente vinculados o coronel Rafael Loayza, um dos chefes da repressão; o coronel da polícia Guido Benavidez, inculcado com Rudy Landívar nos assassinatos de Luis Espinal Marcelo Quiroga de Santa Cruz; o coronel Carlos Mena Burgos, ex-chefe dos serviços secretos sob a ditadura de Banzer e, actualmente, um dos chefes dos grupos militares que participam na repressão disfarçada de civis; os coronéis Rolando Canido, Walter Saleme e Otto López; os majores Rolando Landívar e Daniel Clavijo, e o capitão Carlos Fernández, ex-ministro dos Assuntos Camponeses e da Agricultura.

O continuísmo de Belaúnde

O novo governo e o prosseguimento do programa traçado por Morales Bermúdez.

A união da ala progressista do Partido Aprista com a esquerda.

A questão da devolução dos jornais aos seus antigos proprietários, o sequestro dos montoneros argentinos - a perspectiva de um governo marcado pela instabilidade política



Rafael Roncagliolo*

Os resultados das eleições peruanas foram marcados por duas constatações básicas: a fantástica votação recebida por Fernando Belaúnde Terry, hoje o presidente eleito, e a descida da votação da esquerda. No primeiro ficou clara uma guinada de 180 graus na política peruana, principalmente porque foi Belaúnde o presidente deposto pelos militares no dia 3 de Outubro de 1968. No segundo caso, atribuiu-se a derrota da esquerda peruana à sua divisão, concorrendo com nada menos do que cinco candidatos.

Belaúnde-Bordaberry

A impressão, que actualmente circula nos meios políticos peruanos, já não é mais a de um Belaúnde símbolo do antimilitarismo, mas a de um

presidente fraco, mas suficientemente esperto para converter-se, caso necessite, numa reedição peruana do Bordaberry uruguaio. A sua vitória esmagadora não pode ser entendida senão em virtude de uma auréola de mártir dos militares, consagrada ante uma opinião pública cada dia mais farta dos actuais governantes.

Antes mesmo de tomar posse, Belaúnde já começou a demonstrar que a sua ascensão ao poder não significa interrupção alguma nas linhas de governos instauradas por Morales Bermúdez. Na realidade, todas as suas declarações demonstram uma continuidade militar-civil que tem como única novidade a utilização da via Belaúnde e não da via APRA.

Inclusive, ao aceitar nomear militares reformados para os ministérios

da defesa, Belaúnde deixou claro que não está disposto a criar um apoio militar próprio, não fazendo nenhuma modificação no *staff* governamental, nem impondo condições. Está claro que este continuísmo refere-se à chamada «segunda fase» do governo militar, isto é, ao período restaurador de Morales Bermúdez. Mais ainda: tal continuísmo está a ser conduzido pelo esforço conjunto daqueles que estão interessados no completo desmantelamento das reformas iniciadas na época de Velasco Alvarado.

Curiosamente, os grandes problemas da política peruana continuam a ser as reformas do regime nacionalista que derrubou Belaúnde. Assim, as principais tarefas anunciadas pelo novo governo são as mesmas que Morales deixou in-

* Roncagliolo integra a equipe editorial de cadernos do terceiro mundo na área andina

completas: devolução dos jornais aos seus antigos donos, desestruturação das comunidades operárias (regime de participação dos trabalhadores na propriedade, usufruto e gestão das empresas), desactivação das empresas de propriedade social, de nacionalização da política internacional (que deve voltar ao controlo do Departamento de Estado), submissão ao FMI e ao investimento estrangeiro, diminuição permanente dos salários reais, etc.

A Apra e a esquerda

Apesar da grande derrota de Maio, o Partido Aprista Peruano optou por defender com mais ênfase as plataformas de esquerda que lançou durante a campanha do seu candidato presidencial, Armando Villanueva Del Campo. A posição de Villanueva contrasta cada vez mais com o tom conservador e quase pró-belaundista da ala direita do seu partido, encabeçada pelo deputado Andrés Townsend. As divergências são tão grandes que se acredita na possibilidade de uma cisão — no mesmo estilo da Acção Democrática na Venezuela. Surpreendentemente, a ala de Townsend acaba de ganhar as eleições dentro da Central de Trabalhadores do Peru (CTP), organização sindical que apoia a APRA.

A ala de Villanueva, que mantém um controlo férreo sobre o aparelho partidário, insiste nos seus antecedentes marxistas e declara-se decidida a manter vínculos maiores com a esquerda. A partir dessa manifestação, alguns dos dirigentes esquerdistas mais importantes — Javier Diez Caneço, o deputado de esquerda mais votado — aceitaram abertamente a possibilidade de ser iniciado um tempo de acordos e entendimentos concretos com a APRA. Na realidade, existem pontos comuns entre eles, podendo-se citar pelo menos três actuais: o das impugnações ante o Tribunal Nacional Eleitoral, o da oposição conjunta (nas ruas) à devo-

lução dos jornais e o da solidariedade com os cidadãos argentinos sequestrados.

Morales-Videla

O caso dos argentinos sequestrados converteu-se no mais espinhoso problema tanto para o governo que saiu como para o que entrou. Esses acontecimentos — que têm antecedentes nacionais no sequestro de Carlos Alberto Maguid, em 1977, e antecedentes internacionais em operações semelhantes do exército argentino no Uruguai, México, Brasil e outros países — tiveram uma repercussão extremamente negativa entre a população peruana na conjuntura democrática actual.

Com um número cada vez maior de testemunhas vão-se construindo coerentemente os fios e os detalhes de uma história macabra: três montoneros argentinos foram sequestrados em Lima através de uma operação militar com a participação directa de oficiais argentinos. Mais grave ainda foi o caso do cidadão argentino, Frederico Frías, perseguido a tiro e detido violentamente por um agente argentino nas ruas de Miraflores e levado para um posto policial. Sob o controlo da Guarda Civil peruana, que o transferiu para a delegacia local, o argentino desaparece sem deixar pista alguma e sem que as autoridades peruanas saibam responder pelo seu paradeiro.

O comunicado oficial, que tardiamente divulgou a captura dos três primeiros argentinos, afirmava que eles tinham sido entregues às autoridades civis de imigração bolivianas. A pronta indagação de parlamentares peruanos e bolivianos em La Paz, juntamente com a intervenção oficial de funcionários das Nações Unidas, levaram à dramática conclusão de que os sequestrados não se encontravam na Bolívia.

Comprovada, assim, a existência de uma verdadeira «internacional do terror», constituída por serviços re-

pressivos que actuam acima dos seus próprios governos, a opinião pública peruana reagiu (apesar do costumeiro silêncio da imprensa oficial) com profunda indignação. Parlamentares apristas e esquerdistas assinaram documentos conjuntos exigindo um pronunciamento do evasivo presidente eleito e levando o caso ao Congresso. O governo boliviano também exigiu uma explicação das autoridades peruanas.

O problema dos jornais

O sequestro dos montoneros está a provocar uma união maior entre a esquerda e a APRA, ao mesmo tempo que coloca Belaúnde numa evidente cumplicidade com o regime de Morales Bermúdez. Além disso, a decisão de Belaúnde de devolver os jornais aos seus antigos proprietários, «a oligarquia da imprensa», já provocou uma manifestação dos jornalistas, com o apoio de todo o movimento sindical e dos partidos do centro e da esquerda.

Se Belaúnde submeter esta decisão ao Congresso haverá uma verdadeira batalha parlamentar, criando um impasse entre a maioria e o conjunto da oposição. Se preferir entregar a solução ao Poder Judiciário, a resposta dos tribunais dependerá, sem dúvida alguma, da mobilização dos trabalhadores. O problema dos jornais é, na realidade, o centro da luta ideológica e pode ser considerado como uma questão crucial das lutas políticas a longo prazo.

Neste contexto de desencontro político é de prever para o Peru uma fase de muitos conflitos. No coração de todos eles está o movimento sindical que não se mostra disposto a aceitar qualquer trégua. Pelo contrário, numerosos passeantes diante da residência de Belaúnde demonstram que os sindicatos utilizarão os seus direitos democráticos para retomar, com mais força, a luta pelas conquistas largamente esquecidas e postergadas pelo governo militar. □

BRASIL

De João a João, um abismo de ideias

Milhares de pessoas encheram as ruas das principais cidades brasileiras para ver e ouvir Wojtila. A tentativa do governo de identificar os discursos do Papa com as posições políticas assumidas por Figueiredo. O encontro da Igreja brasileira com o povo do seu país.

Herbet Souza



HAVIA diversas expectativas em relação aos efeitos da visita do Papa ao Brasil. De alguma forma, todas as forças sociais esperavam poder interpretar a seu favor as suas palavras e temiam pelo que viesse a ser dito. Mas, nessa expectativa, algumas forças temiam mais que as outras e, de um modo especial, os sectores progressistas da sociedade e da Igreja brasileira.

Os espectáculos das visitas noutras regiões do mundo e, particularmente no México, reforçavam esse temor: o Papa abençoava a todos, criticava os desvios de «esquerda» da Igreja e deixava o *status-quo* dormir tranqüilo.

No Brasil, pouco tempo antes da visita, existia uma tensão visível entre os sectores progressistas da Igreja e o Governo: ao colocarem-se ao lado dos grevistas da região industrial do ABC (São Bernardo, Santo André e São Caetano) em São Paulo, era nítida a intenção do Governo em abrir uma guerra política contra esses sectores. Muitos acreditavam numa nova Questão Religiosa, a exemplo do que havia ocorrido, ainda no Império, com Dom Vital.

Temendo processar criminalmente o Cardeal D. Evaristo Arns, o governador fabricou uma peça de acusação policial, encaminhada para o ministro da Justiça, contra o Bispo D. Claudio Humes, por apoiar e estimular os movimentos grevistas. Ao mesmo tempo, procurava apoiar-se nos sectores mais conservadores da própria Igreja para isolar os mais avançados apostando na divisão da Igreja e no enfraquecimento da unidade, até então mantida, da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB).

Foi nesse contexto que o Governo esperou, confiante, a visita como uma oportunidade de conseguir um grande aliado para a sua estratégia: o Papa.

A Igreja brasileira, por sua vez,

esperava o Papa preparada para a batalha das interpretações na expectativa de presenciar grandes manifestações de massas mas incerta sobre a contagem final dos pontos, tanto em relação ao Governo como em relação às suas próprias divisões internas.

O povo em geral, simplesmente, esperava ver o Papa no Brasil, já que é tão caro vê-lo em Roma. Havia, no entanto, uma importante parcela da Igreja que não esperou que a visita acontecesse para se preparar para ela: as Comunidades de Base.

O que aconteceu?

Depois de 12 dias de viagem, 13 cidades percorridas, dezenas de discursos e das mais notáveis concentrações de massas jamais ocorridas na história brasileira, o Papa deve estar também agora empenhado em entender o que aconteceu consigo e com a sua visita.

O país assistiu a concentrações de um a dois milhões de pessoas em várias cidades. Não seria exagerado dizer que de 15 a 20 milhões saíram às ruas para ver o grande símbolo que passava ou falava. Seguramente, a imagem do Papa foi vista por todos os 110 milhões de brasileiros.

Um fenómeno de tais proporções, segundo alguns observadores, necessita ser interpretado sob diferentes ângulos para se evitar os esquematismos.

Ao lado de quem?

A primeira constatação a fazer-se é que essa visita foi realmente organizada pela Igreja brasileira: não foi uma avalanche papal sobre uma Igreja nacional. Ao contrário, foi a organização de uma Igreja nacional que definiu onde, como e para quem o Papa iria falar e estar. Essa organização reflectiu as diferentes caras da Igreja brasileira, as suas tendências e contradições. Em Brasília, falou para o Estado e para a comunidade,

porém manteve em relação ao Governo uma relação formal, fria e distante. Nesse começo, o Papa deu um recado que se foi tornando claro: estava com a sua Igreja e não com o Estado.

No Rio, falou para um povo indefinido no aterro do Flamengo, para os presos comuns, os favelados(1) que foram cercados por um monstruoso aparato policial), os intelectuais e as freiras. Enfim, falou para a sociedade que a Igreja do Rio define como tal, composta de povo, pobres, religiosos e a elite. Em Minas Gerais, falou para uma multidão que se transformou em Juventude. Falou sobre a Liberdade e ouviu o povo gritar em coro: Liberdade!

Em São Paulo, falou para os operários no estádio do Morumbi mas, ouviu também, um discurso do operário cristão Waldemar Rossi que denunciou a situação de dominação que oprime o povo brasileiro, lembrando o assassinato de vários mártires da luta operária. Falou para uma multidão no campo de Marte sobre um novo santo da Igreja brasileira, o Padre Anchieta.

Em Curitiba, João Paulo II falou para o Brasil dos imigrantes e assumiu a sua defesa de forma clara, no momento exacto em que o governo ameaça milhões de pessoas com o Estatuto do estrangeiro.

No Nordeste falou para camponeses, viu a miséria no Piauí concentrada em 400 mil pessoas que lhe apresentavam uma faixa que dizia: «Papa, o Povo passa fome!» Frente a esse impacto de um povo que lhe falava tão alto, o Papa mudou, depois de dois séculos, o Padre Nosso: «Pai Nosso... o povo passa fome!» Finalmente, ouviu as denúncias de três líderes indígenas no Amazonas em três discursos, frente a frente onde os representantes da maioria dizimada reclamavam o direito de existirem e serem respeitados.

No final do discurso, o Papa perguntou se todas aquelas denúncias estavam escritas.



Finalmente, Wojtila reuniu-se com a CNBB para lhes dizer que haviam realizado um belo trabalho e que os apoiava e abençoava.

Justiça social

A leitura dessa organização da visita revela os diversos compromissos de uma Igreja que se foi pouco a pouco identificando com os oprimidos e distanciando-se dos opressores. Que não só organizou o povo para ouvir o Papa como, também, para falar ao Papa através de discursos, de gestos e de verdadeiros corais populares reivindicando e denunciando.

É essa a diferença entre a visita do Papa ao Brasil e ao México, onde a avalanche papal se abateu sobre uma Igreja que talvez desejasse isso mesmo, um Papa imenso e um povo pequeno. A organização e os actores que foram colocados no cenário da visita também revelam as diversas linhas de acção pastoral existentes na

Igreja brasileira: a todas elas, o Papa abençoou com discursos que podem ser lidos de diferentes maneiras, agradando tanto aos conservadores e moderados, como aos sectores mais progressistas. No balanço final, pareceria que estes últimos estiveram mais presentes, fizeram o povo falar mais alto e forçaram o Papa a escutar mais o clamor dos oprimidos. Foi visível a forma como o Papa foi gradualmente entendendo e escolhendo as palavras que o povo queria escutar e, nessas palavras, colocava a ênfase de um entendido em grandes comícios populares: Justiça social, liberdade, a Igreja dos Pobres.

A segunda constatação importante é que essa relação entre povo, Igreja e Papa foi de tal modo marcante que acabou por excluir da festa um actor importante que desejava estar presente: o poder político, o Governo.

Interrogado sobre o que havia significado a visita do Papa em relação ao governo, um motorista de táxi

de São Paulo resumiu o óbvio: o governo desapareceu!

Segundo um jornalista do Jornal do Brasil, o General Golbery, chefe da casa civil do Presidente Figueiredo e um dos principais estrategistas do governo, teria comentado sobre a visita: «aconteceu o imprevisto!»

As ovelhas gritam ao seu pastor

Isto é, não aconteceu o que o governo havia previsto: a possibilidade de capitalizar a avalanche papal no sentido de neutralizar a Igreja brasileira e particularmente os seus sectores mais avançados. O governo contentar-se-ia com uma reprovação, mesmo indirecta, que pudesse ser dirigida ao Cardeal de São Paulo. O Papa não só não o reprovou como foi abraçado e abraçou um dos operários da Igreja de D. Paulo Evaristo Arns. O imprevisto, também, foi a presença do povo na visita: as «ovelhas» gritaram ao seu pastor... palavras que o Estado não permite que sejam ditas pela rede nacional de televisão: nossos irmãos foram mortos, nossas terras foram tomadas, nós passamos fome, liberdade, justiça!

E como parar essas frases no meio? Como censurar as transmissões directas, como calar milhões de vozes?

Como não estar descontente com este Papa e esta Igreja que se transformaram, voluntariamente ou não, conscientes ou não, em veículos dessas vozes e desses gritos? Outra ausência importante dessa visita, foram as classes patronais, empresariais: a indusriatização do Papa, tão evidente na visita ao México, feita pelos Bancos, grandes empresas, agências de publicidade, não ocorreu no Brasil. Havia povo demais para esses sectores se sentirem à vontade: o Papa não falou para os empresários, para os patrões brasileiros. Não porque se recusasse, porque haveria lugar também para eles nesse discurso tão ecuménico

que os Papas sabem fazer, mas talvez porque esses sectores se sentem tão representados pelo Estado e tão pouco pela Igreja, que ficaram à espera da mediação do Governo, que, afinal, fracassou. Ficaram com o Estado e perderam a oportunidade de disputar as palavras do Papa.

A rigor, se os gestos da visita podem ser lidos mais num sentido popular, as palavras do Papa podem ser lidas de acordo com os ouvidos e interesses de cada um: as frases podem ser destacadas do contexto geral para a direita, para o centro ou para a esquerda. Porém, há quem afirme que mais importantes que as frases são os gestos, mais importante que os gestos foi o povo, mais importante que tudo isso foi a fantástica mobilização de milhões de pessoas em torno de uma Esperança!

A reflexão de um símbolo

João Paulo II tomou finalmente o avião papal e voltou para Roma. Deve estar reflectindo, como todo o mortal, sobre o que aconteceu. Afinal ninguém vive impunemente uma experiência como esta, ninguém escuta um clamor dessa magnitude sem se interrogar sobre a verdade que nasce de milhões de pessoas em diálogo com um Símbolo e, portanto, sobre o verdadeiro sentido de si mesmo como símbolo capaz de mobilizar tanta gente. Nesse sentido, o povo visitou o Papa, invadiu a sua casa, ocupou os seus sentidos e moveu a pedra de Pedro para algum lugar, nalguma direcção.

Em que direcção?

Uma vez, estava o fundador da

Igreja do Papa sentado no meio de uma multidão e foi avisado pelos seus discípulos que o povo tinha fome. Foram recolhidos entre os presentes alguns pães e peixes; Cristo, segundo o Novo Testamento, operou o milagre da multiplicação. No Brasil, era como se o Papa tivesse feito a multiplicação dos gestos, palavras, sentidos e propostas sem dividi-los... A divisão está por fazer e esse é o problema.

De João para João

O governo pretende apropriar-se da festa, dizendo que tudo que o Papa propôs corresponde ao que ele propõe. Para isso, preparará uma publicação, «De João para João», onde pretende demonstrar a identidade

As palavras do Papa

Nos doze dias em que visitou treze cidades, percorrendo 17 mil quilómetros e fazendo cerca de 30 discursos, o Papa João Paulo II falou para praticamente toda a população de 120 milhões de brasileiros. Wojtila deu sempre muita ênfase à justiça social, mas de entre os seus recados, ele incluiu uma grande variedade de assuntos, uma visão global de como a Igreja se coloca em relação aos problemas do mundo. Aqui seleccionamos alguns trechos dos seus discursos que nos pareceram mais expressivos.

«A Igreja não cessa de preconizar as reformas indispensáveis à salvaguarda e à promoção dos valores sem os quais não pode prosperar nenhuma sociedade digna desse nome. (...) Promover tais reformas também é maneira de evitar que elas sejam procuradas sob o impulso de correntes, com base nas quais não se hesita em recorrer à violência e à directa ou indirecta supressão dos direitos e liberdades fundamentais inspiráveis na dignidade do homem.» (Saudação ao Presidente da República, no Palácio do Planalto).

«Pode parecer banal sublinhar que cada país

tem o dever de preservar a sua paz e a sua segurança no seu interior. Mas é preciso, de certa forma, merecer essa paz, garantindo, o bem comum de todos e o respeito aos seus direitos. O bem comum de uma sociedade exige que ela seja justa. Onde falta a justiça, a sociedade está ameaçada desde o seu interior.» (Discurso ao corpo diplomático, na Nunciatura Apostólica).

«Não se constroi uma sociedade que mereça o título de humana desrespeitando e — pior ainda — destruindo a liberdade humana, negando aos indivíduos as liberdades mais fundamentais.» (Homílios na missa aos jovens em Belo Horizonte).

«O homem não pode tornar-se escravo das coisas, das riquezas materiais, do consumismo, dos sistemas económicos ou daquilo que ele mesmo produz. O homem não pode ser feito escravo de ninguém, nem de nada.» (Saudação ao Presidente da República, no Palácio do Planalto).

«Abertos para as dimensões sociais do ho-

entre o João de Deus e o João do Estado.

Os diferentes sectores da Igreja reivindicam pães e peixes para dividir entre operários ou patrões, camponeses ou donos das terras, índios, proprietários ou grandes empresas, entre a democracia ou o autoritarismo, a justiça social ou o respeito à ordem estabelecida.

Os diferentes sectores ou classes sociais querem participar da partilha na esperança de terem agora a parcela a que têm direito, mais os juros das parcelas que lhes foram roubadas no passado.

Uma coisa porém parece certa: não vai ser fácil fazer a divisão dos pães e dos peixes, nem manter a festa da unanimidade num país onde uns poucos têm tudo e a maioria quase nada. Assim, a luta continua, depois

da partida do Símbolo, pela partilha das palavras e gestos do Papa segundo São Evaristo Arns, São Eugenio Scherer, São João Batista Figueiredo, São Operário ou Campônês.

Entre as coisas previsíveis, uma também parece lógica: depois dessa avalanche Papal o Governo deverá repensar a sua tática frente à Igreja. Se antes se apoiava nos sectores conservadores, tentava neutralizar os moderados e atacar os progressistas (inclusive com ameaça de processos com base na Lei de Segurança Nacional), hoje poderá estar a pensar em como ganhar os moderados para neutralizar os progressistas, o que já significa uma mudança importante para quem poucas semanas atrás se preparava para uma guerra santa com a segurança própria de quem vive

isolado nas alturas do Palácio do Planalto.

Essas mudanças são previsíveis, assim como parece também lógico que o conjunto da sociedade brasileira vá procurar as formas de fazer também os seus milagres contra alguns demónios criados pelo regime e contra os quais o Papa foi claro: os fundamentos da política económica posta em prática pelo governo, baseado no lucro e não nas necessidades humanas; os fundamentos da ordem social e política codificados na Lei de Segurança Nacional, que transforma o povo num objecto do Estado, acima de qualquer controlo desses milhões que aclamaram o Papa nas praças e nas ruas do Brasil.

(1) Favelados: de favelas, nome por que são conhecidos os bairros miseráveis que cercam as grandes cidades brasileiras

mem, vocês não escondem a vossa vontade de transformar radicalmente as estruturas que se lhes apresentam injustas na sociedade. Vocês dizem, com razão, que é impossível ser feliz vendo uma multidão de irmãos carentes das mínimas oportunidades de uma existência humana. Vocês dizem, também que é indecente que alguns esbanjem o que falta à mesa dos demais».

«Eu vivi na minha juventude estas mesmas convicções. Essa tremenda e valiosa experiência ensinou-me que a justiça social só é verdadeira se for baseada nos direitos do indivíduo. E que esses direitos só serão realmente reconhecidos se for reconhecida a dimensão transcendente do homem, criado à imagem e semelhança de Deus e destinado a uma vida eterna». (Homilia na missa aos jovens em Belo Horizonte).

«E indispensável vencer a tentação da chamada «sociedade de consumo», da ambição de ter sempre mais, enquanto outros têm sempre menos». (Homilia na missa aos jovens em Belo Horizonte).

«É importante que todos os protagonistas da vida económica tenham a possibilidade efectiva de participar livre e activamente na elaboração e controlo das decisões que lhes dizem respeito,

em todos os níveis. Já o Papa Leão XIII, na «Rerum Novarum», afirmou claramente o direito dos trabalhadores de se reunirem em associações livres com a finalidade de fazerem ouvir a sua voz, de defenderem os seus interesses e contribuirem de maneira responsável para o bem comum, cujas exigências e disciplinas se impõem a todos no âmbito de leis e contratos sempre perfectíveis».

(...) Quantos sofrimentos, quantas angústias e misérias não causa o desemprego! Por isso, a primeira e fundamental preocupação de todos e de cada um, homens do governo, políticos, dirigentes de sindicatos e homens de empresa, deve ser esta: dar trabalho a todos. Esperar a solução do problema crucial do emprego como um resultado mais ou menos automático, de uma ordem e de um desenvolvimento económico, quaisquer que sejam, nos quais o emprego aparece apenas como uma consequência secundária, não é realista, e portanto, não é admissível.

(...) E de justiça que as condições de trabalho sejam as mais dignas possíveis que se aperfeiçoem a previdência social de modo a permitir a todos, na base de uma crescente solidariedade, enfrentar os ricos, os apertos e os encargos sociais.

As palavras do Papa

(...) A sociedade está ameaçada de dentro para fora, quando, no domínio da distribuição dos bens, se confia unicamente nas leis económicas do crescimento e do maior lucro; quando os resultados do progresso tocam apenas marginalmente, ou não tocam em absoluto, as vastas camadas da população; ela existe também quando persiste um abismo profundo entre uma minoria de ricos, de um lado, e a maioria dos que vivem na necessidade e na miséria, de outro lado.

(...) O bem comum da sociedade, que será sempre o novo nome da justiça, não pode ser obtido pela violência, pois a violência destroi o que pretende criar, seja quando procura manter os privilégios de alguns, seja quando tenta impor as transformações necessárias». (Discurso aos trabalhadores no Morumbi, São Paulo).

«Que os poderes públicos deste estado, de mãos dadas com todas as formas vivas no domínio da iniciativa privada, com a ajuda específica da Igreja, dêem por fim aos pobres as possibilidades de escaparem ao círculo da pobreza para ascenderem ao mais ser». (Saudação ao povo, Teresina, Piauí).

«A Igreja não tem a pretensão de intrometer-se na política, não aspira a participar na gestão dos assuntos temporais. A sua contribuição específica será a de fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade (...) É, antes de tudo, um serviço de formação de consciências: proclamar a lei moral e as suas exigências, denunciar os erros e os atentados à lei moral, à dignidade do homem». (Aos «Construtores de uma Sociedade Pluralista», em Salvador, Baía).

«Pai Nosso, o povo passa fome» (Saudação ao povo, em Teresina, ao ler a faixa estendida: «Santo Padre, o povo tem fome»).



«A Igreja dispensa-vos profunda estima, por aquilo que sois e por aquilo que há em vós, como pessoas humanas. (...) Confio aos poderes públicos e outros responsáveis os votos que (...) faço (...): que a vocês, primeiros habitantes desta terra, seja reconhecido o direito de habitá-la, na paz e na serenidade, sem o temor-verdadeiro pesadelo – de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital, que será base não somente para a vossa sobrevivência mas para a preservação da vossa identidade como grupo humano.» (Aos índios, na catedral de Manaus, Amazonas).

«Arrancá-lo do seu torrão, empurrando-o para um êxodo incerto na direcção das grandes metrópoles, ou não assegurar os seus direitos à legítima posse da terra é desrespeitar os seus direitos de homem e de filho de Deus». (Aos emigrantes, na missa em Recife, Pernambuco).

«A Pastoral Social deverá ser autenticamente brasileira, mas nem por isso deixar de ser, ao mesmo tempo universal. Ela deve responder à verdade integral a respeito do mundo contemporâneo, deve ter os olhos abertos para todas as injustiças e todas as violações dos direitos humanos, seja onde for, no domínio dos bens materiais, como dos bens espirituais. Se faltar essa óptica fundamental, ela corre facilmente o risco de tornar-se objecto de manipulações unilaterais». (Aos bispos, em Fortaleza, Ceará).

SARA OCIDENTAL

Frente Polisário: sete anos de luta

Omar Mansour, embaixador da República Árabe Sarauí Democrática acreditado na Argélia e membro do Bureau Político da Frente Polisário, faz para o enviado dos cadernos do terceiro mundo, numa entrevista exclusiva, um balanço militar e diplomático dos sete anos da guerra de libertação

Roberto Bardini *



Caça «F-5» marroquino abatido pelos guerrilheiros sarauís.

A criação da Frente Polisário e a realização da sua primeira acção armada contra o colonialismo espanhol completaram, no dia 20 de Maio, o seu sétimo aniversário. Desde então, pode-se dizer que a luta pela independência do Sara vem conquistando vitória atrás de vitória. A seu ver, quais foram os triunfos mais importantes desde 1973 até hoje?

— No dia 27 de Fevereiro de 1976, o nosso povo proclamou a independência da República Árabe Sa-

rauí Democrática (Rasd). Este reconhecimento em si já é uma vitória, pois representa o resultado de vários anos de resistência contra a ocupação colonial e a negação mais profunda de todo o tipo de agressão e de divisão do nosso território. Outro triunfo importante foi a constituição da administração nacional, ou seja, o estabelecimento das instituições necessárias para garantir a sobrevivência do nosso povo, o bom funcionamento dos campos de refugiados e a continuidade da luta. Nesse sen-

tido, temos evoluído bastante e hoje podemos orgulhar-nos de uma administração moderna — através do povo e dos seus congressos populares — que é um reflexo do que o Estado Sarauí poderá fazer num futuro próximo.

Da resistência à ofensiva

Este sétimo aniversário é uma boa oportunidade para realizar um balanço militar, político e diplomático,

*Correspondência de cadernos do terceiro mundo nas Honduras, enviado especial à África

AVANÇA
a partir, sobretudo, da proclamação da independência da República Árabe Saraui Democrática e da invasão por parte do Marrocos e da Mauritânia...

— No plano militar, nos cinco anos da agressão do Marrocos e da Mauritânia, temos desenvolvido a nossa guerra de libertação em três fases. Na primeira fase, adoptámos uma táctica defensiva com a finalidade de proteger as nossas fronteiras, fazendo também um certo esforço, através do nosso exército, para proteger a população civil, instalando-a em campos seguros.

A segunda fase consistiu no que chamamos a Ofensiva Parcial, limitando-nos a combater, dentro do nosso próprio país, os agressores marroquinos na frente norte e os mauritanos na frente sul. No momento em que conseguimos criar problemas graves para o inimigo, em meados de 1976, partimos para a Ofensiva Militar do Verão ou Ofensiva Popular Generalizada «Mártir El Uali Mustafá Seyid», que ultrapassou as nossas fronteiras e levou a luta até ao território do Marrocos e da Mauritânia. As nossas acções foram coroadas com um grande número de

vitórias até ao triunfo militar definitivo na frente sul e a retirada das forças mauritanas. Por nossa iniciativa, decretámos, no dia 12 de Julho de 1978, o cessar-fogo e, no dia 5 de Agosto, assinámos um acordo de paz entre a Frente Polisário e as autoridades da Mauritânia.

A ofensiva «Houari Boumedienne»

E qual é a situação militar na frente norte, na luta contra o Marrocos?

— Em relação à frente norte, a ofensiva visou a libertação de diversas regiões do nosso país que estavam ocupadas pelas forças marroquinas e que foram obrigadas a adoptar uma posição defensiva. Com isso, partimos para a terceira fase, a Ofensiva «Houari Boumedienne», em honra dessa importante personalidade, que, desde o primeiro momento, adoptou uma posição clara de respeito pelos nossos direitos de sermos independentes. Essa ofensiva também teve resultados positivos, obrigando o inimigo a reduzir a sua ocupação a apenas três cidades. Assim, a Frente Polisario passou a controlar o sul do Marrocos. Dessa

forma, deixámos os agressores isolados, sem possibilidade de fazer deslocamentos, já que a única comunicação entre essas três cidades é por via aérea ou marítima.

A Ofensiva «Houari Boumedienne» prossegue actualmente?

— Sim. E já foi responsável por importantes vitórias até mesmo dentro do território marroquino. O triunfo mais recente foi o da batalha de onze dias em Ouarkiz, um dos golpes mais duros para o regime do Marrocos, pois foram derrotadas as famosas colunas móveis Chud e Zalaka, nas quais o Rei Hassan II havia depositado todas as suas esperanças para ocupar definitivamente o nosso país. Essas colunas eram um corpo de elite de 7 mil homens seleccionados entre os melhores do exército marroquino, dirigidos por altos quadros, onde figuravam generais do Estado Maior, estrategistas formados na Europa, um director da Academia Militar e vários coronéis e comandantes treinados por instrutores franceses, norteamericanos e israelitas, especializados em artilharia e blindados.

O que representou a batalha de Ouarkiz?

“O sangue do prisioneiro não serve”

Uma das coisas que mais chamou a atenção do enviado especial dos **cadernos do terceiro mundo** no campo de prisioneiros marroquinos no Sara, foi o tratamento humanitário e fraternal que a Frente Polisário dá aos seus prisioneiros. Para quem conhece, mais ou menos, a forma como os exércitos — e as forças repressivas em geral — do mundo «ocidental e cristão» tratam os seus prisioneiros, esta modalidade «oriental e islâmica» causará assombro.

Chej Omar Hajra, um jovem militar responsável pelo campo, demonstra um raciocínio simples e surpreendente: «Em combate, nós aniquilamo-los mas quando fazemos prisioneiros

acreditamos que merecem respeito. Porquê? Por várias razões. Em primeiro lugar, porque estão vencidos, desarmados e indefesos. Em segundo lugar, porque lutaram sem saber numa guerra equívoca e por uma causa injusta. E em terceiro lugar, porque afinal de contas somos irmãos muçulmanos. Neste momento, não podemos ter-lhes ódio».

E continua: «Um velho ditado saraui diz que «não devemos matar nem maltratar um prisioneiro porque o seu sangue não serve...» Evidentemente quando estamos em combate, não aplicamos esse provérbio. Ou então, como diz outro ditado árabe: «O valor do teu inimigo honra-te».



Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da F. Polisário, tendo a seu lado o ministro da Defesa da RASD. Atrás, podem-se ver outros elementos do governo e do Conselho da Revolução.

— Nessa batalha, aconteceu um fenómeno curioso: a utilização de armamentos altamente sofisticados das grandes potências. No vale de Ouarkiz recuperámos material bélico fabricado nos Estados Unidos, França, Israel, União Soviética — fornecido pelo Egipto ao Marrocos — e, pela primeira vez no decurso da guerra, armamento fabricado na África do Sul. Assim, essa batalha de posições, que durou onze dias, resultou no maior desastre para as tropas marroquinas e para o Rei Hassan II, que depositava nela todas as suas esperanças: o tirano assegurava que 1980 seria o ano da ocupação total da República Árabe Sarauí Democrática.

A defesa da soberania marítima

Há bastante tempo, a Frente Polisário estendeu o seu raio de acção ao patrulhamento e vigilância das

águas do Atlântico. Qual é a situação nessa área?

— Sempre dentro do plano militar, apesar de não muito divulgado, também demos um importante passo em frente em relação ao controlo das nossas águas territoriais. As unidades da marinha da *Frente Polisário* protegem as águas e as costas da República — elas figuram entre as mais ricas do mundo em recursos pesqueiros — dos saques piratas das frotas estrangeiras... e também de barcos que poderiam transportar armamentos para o inimigo.

Disse que o Egipto fornece armas a Marrocos. Levando em conta a grande conexão existente entre os países do mundo árabe, qual o papel do regime de Anuar Sadat no desenvolvimento dessa guerra?

— Existe uma grande vinculação entre a política marroquina no noroeste africano e a política egípcia no

Médio Oriente. Os acordos de Camp David são uma prova disso: Hassan II foi um dos artífices dos primeiros contactos entre egípcios e israelitas. Antes da assinatura dos tratados, Moshe Dayan visitou Rabat e ali decidiu-se que o Egipto ajudaria o Marrocos na guerra do Sara em troca do apoio de Hassan II à política de Camp David. Dessa forma, tentava-se mostrar ao mundo que o regime de Anuar El Sadat não era o único que adoptava uma política de capitulação ante o sionismo no Médio Oriente. Eles acreditavam que, com o apoio militar dos egípcios e com a ajuda dos israelitas, a balança se inclinaria a favor do Marrocos no Sara. Isso era impossível. Os resultados foram catastróficos para Rabat e o Cairo. Hassan II está cada dia mais só nessa parte do mundo árabe, que é a África do Norte, e Anuar El Sadat também está cada dia mais só na outra parte

do mundo árabe, que é o Médio Oriente.

E que nos pode dizer a respeito de outra importante frente de batalha: a diplomática?

— Paralelamente ao plano militar, também temos lutado no campo diplomático, onde conseguimos vitórias muito importantes. Actualmente, a maioria das organizações internacionais, como as Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana e o Movimento dos Países Não-Alinhados, têm uma posição clara a favor do direito do nosso povo à autodeterminação, reconhecem a representatividade da *Frente Polisário* e condenam a agressão marroquina. Isso é o máximo que esses organismos podem fazer no plano internacional. Ao mesmo tempo, também contamos com o reconhecimento de partidos políticos, agrupamentos populares e organizações sindicais, estudantis e de mulheres de vários países do mundo.

Com todo esse apoio — e sobretudo depois que a Mauritânia saiu do conflito — o regime do Marrocos está bastante isolado no plano internacional. Assim, Hassan II tem somente duas alternativas: ajustar-se ao processo traçado pelas organizações internacionais e negociar com a *Frente Polisario* sobre a forma de aplicar as resoluções das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana ou continuar a guerra — apesar da desmoralização das suas tropas, do desastre económico em que entrou o país e a crise social do seu povo — até que nós o façamos ajoelhar militarmente. Cabe a Marrocos decidir entre uma coisa e outra.

E quanto a novos reconhecimentos?

— O Estado Sarauí está, cada dia, a receber mais reconhecimentos, para um isolamento cada vez maior do Marrocos no campo diplomático. Até ao momento, 39 países reconheceram oficialmente a República Árabe Sarauí Democrática, 90 mantêm relações com a *Frente Polisario*

A 'Operação Quarkziz': quem ocupa quem?

Em fins de 1979, o Rei Hassan II anunciou a *Operação Quarkziz*, através da qual, segundo as suas próprias palavras, «limparia o Sara». Para isso, utilizou o III Regimento das Forças Armadas Reais (FAR) e mais 7 mil homens reunidos em duas forças de elite: as divisões *Ohud* e *Zalaka* (nomes com significado histórico-religioso, ligados à guerra islâmica nos tempos de Maomé e à guerra santa contra os espanhóis, respectivamente).

O objectivo da operação era elevar o moral do exército e utilizar um forte golpe publicitário. As tropas marroquinas estavam equipadas com veículos blindados, tanques e armamento pesado fornecidos pelos Estados Unidos, França, Israel, Egito e África do Sul. Sairam das suas bases com o objectivo de romper o cerco que a *Frente Polisário* havia feito em Zaak e ocupar Buerat, ambas as cidades no sul de Marrocos. No planeamento, direcção e execução da *Operação Quarkziz* participou todo o Estado Maior das Forças Armadas Reais, composto por oficiais da mais alta graduação.

A batalha começou em 1 de Março no vale de Uad Tizert, na região de Quarkziz, e terminou no dia 11 com uma incontestável derrota do exército marroquino, que foi obrigado a retirar em debandada. Foram mortos 2 mil soldados — que foram contados três dias depois por jornalistas estrangeiros — a mesma quantidade foi ferida e foram feitos 137 prisioneiros (entre eles, vários oficiais), recolhidos 39 blindados e centenas de *Land-Rovers*, *GMC* e *Unimogs*. Foi um novo tipo de combate, diferente da guerra feita até ao momento no deserto e demonstrou a evolução militar da *Frente Polisário*, já que no dizer de um dos nossos comandantes, «ficou claro que os nossos soldados vão aonde querem e golpeiam quando e como querem».

No dia 14 de Março, Mohamed Abdelaziz, secretário-geral da *Frente Polisário* e presidente do Conselho da Revolução, deu uma entrevista de imprensa para vários correspondentes estrangeiros no campo de batalha de Uad Tizert, 150 quilómetros dentro do território sul do Marrocos. O dirigente sarauí disse: «A nossa presença aqui não significa que gostemos de guerrear nem o desejo de estar em territórios de outros. Trata-se de uma operação de auto-defesa da soberania do nosso povo». Em seguida afirmou aos jornalistas: «Mas se o Rei Hassan II persistir na sua atitude de intransigência e de ocupação do nosso país..., da próxima vez encontrará a *Frente Polisário* mais ao norte, no interior do território marroquino».

Pouco tempo depois, Musa Sidahamed, responsável por uma patrulha sarauí que acompanhou a equipa de **cadernos do tercelro mundo** numa visita de três dias em território marroquino, fez uma observação muito interessante: «O exército marroquino ocupou o Sara? Vocês estão neste acampamento com fogueiras acesas, comendo, bebendo chá verde e dormindo nas terras de Hassan II. Quem ocupa quem?»

como movimento de libertação e, a nível africano, apenas necessitamos ganhar o voto de três países para podermos ser membros da Organização da Unidade Africana, o que seria o isolamento total do Marrocos neste continente.

Um jogo muito perigoso

Perante isso tudo, qual é a atitude do monarca marroquino?

— Ao ver que militarmente já foi quase derrotado e que politicamente e diplomaticamente não tem muito mais a fazer, Hassan II está a realizar um jogo muito perigoso: tenta converter o que é uma luta de libertação numa guerra internacional. Dando mostras de uma inconsciência total, solicitou aos Estados Unidos e à França a participação directa no conflito. Com isso conseguiria o seu objectivo, pois a entrada dos norte-americanos levará, sem dúvida, à participação de outras forças contrá-

rias aos Estados Unidos. Portanto, converteria a nossa luta pela independência numa guerra entre potências. Nós temos procurado evitar esse objectivo, mas se ele se tornar inevitável seremos os menos afectados já que, em comparação com o Marrocos, não temos muito a perder. E, além disso, o nosso povo está consciencializado, organizado civil e militarmente, com experiência de luta e mobilizado.

De qualquer forma, de uma coisa tenho a certeza: o Marrocos não sairia ileso.

Em meados de Abril, os países membros da Frente da Firmeza — entre eles, Argélia, Líbia, Síria, a República Democrática do Yémen e a Organização de Libertação da Palestina (OLP) — realizaram uma reunião de cúpula em Trípoli, onde reconheceram o Estado Sarauí e pediram aos restantes países árabes que fizessem o mesmo. Qual a importância dessa decisão?

— Esse reconhecimento constitui,

sem dúvida, uma decisão histórica importante, não somente para o povo sarauí mas também para todos os países árabes.

A constituição da *Frente da Firmeza* é uma certa revisão, um certo balanço sobre a situação actual dos povos árabes: o que conseguiram, o que os ameaça e onde querem chegar. De modo que o reconhecimento da nossa república coloca-se no meio de todas essas questões e abre perspectivas não somente para esta região mas também para todo o mundo árabe e a África. Eu atrever-me-ia a dizer que o mesmo acontece na América Latina e na Europa, já que os países membros da *Frente da Firmeza* constituem uma força de peso político, moral e material digna de ser levada em conta. Para concluir, seria interessante destacar algo: em 1975, Hassan II assegurou que, em três meses, estaria bebendo chá verde no Sara. Acreditamos que por esta altura de 1980, esse chá já deve ter esfriado bastante. □

No dia em que o Sara for livre, começará a liberdade de Marrocos

Durante o combate de Ouarkiz, o capitão El Mezouari El Glaoui foi gravemente ferido no pescoço e num braço. Médicos saraúis trataram dele e curaram-no.

Outro oficial marroquino, o capitão Yussi Mohamed, formado na escola militar de Saint Maixent na França, com 20 anos de serviço no exército e chefe de um DIR (Destacamento de Intervenção Rápida) declarou aos cadernos do terceiro mundo:

«A batalha de Ouarkiz marca uma mudança decisiva no desenvolvimento desta guerra, já que temos que reconhecer que as Forças Armadas Reais perderam as suas duas unidades mais selectas e melhor preparadas, as divisões «Ohud» e «Zalaka», com as quais o Rei Hassan II pensava ocupar definitivamente o deserto.»

E frisou: «A forma como a **Frente Polisário** combate e a maneira como trata os seus prisioneiros convenceram-me de que estamos diante de homens valentes e profundamente humanos. Além disso, estão motivados por uma causa justa; o soldado marroquino, ao contrário, carece de motivação: essa é a diferença e por isso creio, de antemão, que o Marrocos perderá esta guerra.»

«Com a crise interna do Marrocos e a guerra do Sara, o Rei Hassan II está arruinado até ao pescoço; sem dúvida, parece estar cego... e pode custar-lhe a cabeça». Essa afirmação é do capitão El Mezouari El Glaoui, do exército marroquino, feito prisioneiro pela **Frente Polisário** depois da batalha de Ouarkiz.

O oficial pertence a uma aristocrática família do Mahgreb e graduou-se na selecta academia militar de Sanhurst, na Grã-Bretanha. No momento em que foi preso, comandava um esquadrão de 14 tanques e 800 homens. Com esses antecedentes, é um tanto estranho ouvi-lo dizer:

«Posso afirmar sinceramente que, na minha prisão, compreendi muitas coisas. Recentemente, um alto oficial do Estado Maior marroquino e um dos homens de confiança do Rei Hassan II declarou à revista 'Paris Match' que eles assumiram a defesa do Ocidente na África. Isso li eu aqui no Sara e entendi qual é o papel do imperialismo na região.»

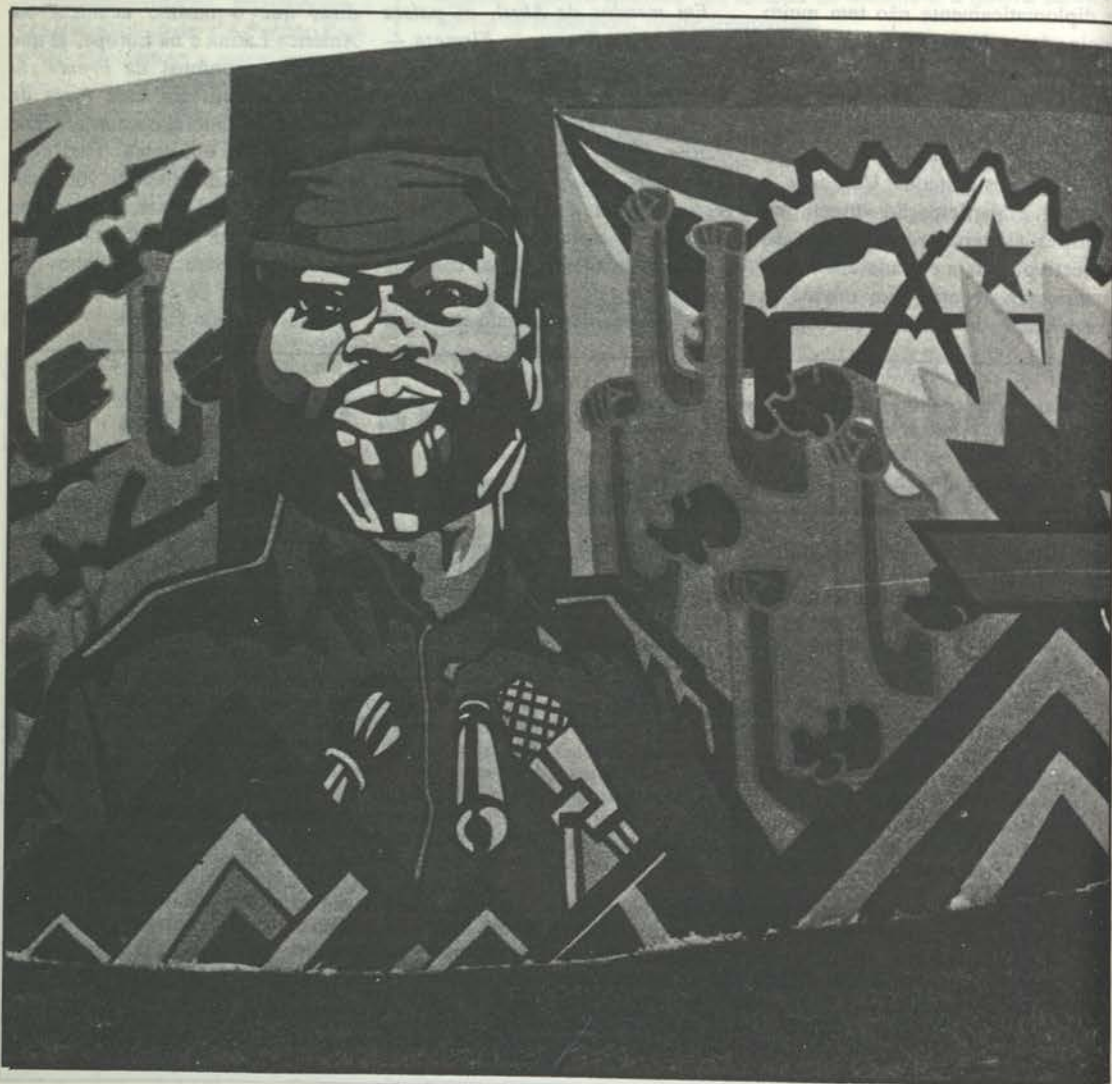
E disse ainda: «Sem dúvida, estou convencido de que pelo menos esta luta servirá para alguma coisa: no dia em que o Sara for completamente livre, os meus compatriotas abrirão os olhos e começará a liberdade do Marrocos.»

MOÇAMBIQUE

Autocrítica da Frelimo

O Comitê Central da Frente de Libertação de Moçambique presta publicamente contas ao povo após a sua sétima Sessão levada a cabo em meados de Julho.

António Makwala



QUALIFICANDO o princípio da «unidade íntima com o Povo» de condição fundamental para não haver «recuos no trabalho de massas e subseqüentes fracassos na economia e organização social», a FRELIMO diz que o «Comité Central faz a sua auto-crítica ao afirmar que descuidou a atenção prioritária que deveria prestar ao reforço do aparelho do Partido. Os membros do Comité Central prestaram mais atenção ao aparelho do Estado do que ao aparelho do Partido». E a resolução acrescenta que «foi uma atitude errada porque é através do reforço do aparelho do Partido e do papel dirigente do Partido que se levam a cabo as tarefas de destruição do aparelho estatal antigo e da edificação do novo Estado socialista... o erro cometido levou ao esvaziamento das estruturas da direcção do Partido, tanto ao nível central como local, a realização do trabalho partidário como tarefa secundária, a não concentração do Partido na tarefa principal, a da batalha económica. Como consequência, esmoreceu o trabalho das células do Partido e, frequentemente, os militantes ficam sem tarefas e não se teve o ímpeto necessário para se ganhar para as fileiras do Partido novos cidadãos patriotas e trabalhadores honestos. A informação do Partido tornou-se rotineira e passou a andar a reboque dos acontecimentos. As questões económicas, sociais e internacionais não são suficientemente discutidas no seio do Partido».

As medidas tomadas

Constatou também o CC da FRELIMO, que a organização se colocou em muitos momentos em plano secundário na ratificação ou correcção posteriores de decisões tomadas pelo Conselho de Ministros ou pelos órgãos centrais do Estado, e classificou esse procedimento de impróprio

de um partido marxista-leninista.

Analisando a ofensiva política e organizadora lançada pessoalmente pelo presidente Samora Machel no princípio deste ano, o CC qualificou-a de forma de «estreitar a unidade constante entre o Partido e o Povo», e definiu a sétima sessão como «parte integrante» da ofensiva.

Nas palavras que seguem transporece o princípio metodológico do abalo interno como forma para revigorar a acção partidária fazendo já parte do património teórico da FRELIMO. «Quando estávamos a cair na rotina, quando já enraizávamos em nós a mentalidade rotineira e a rotina nos conduzia ao abismo, cavando a divisão entre nós, porque cada um só via os problemas do seu sector e cada um começava a ter a sua concepção de desenvolvimento, quando a rotina nos levava a deixar acumular os problemas, quando a rotina nos fazia perder a sensibilidade do detalhe colocando-o em plano secundário, a direcção do nosso Partido desencadeou a ofensiva que obriga a violentar e a romper com o espírito de rotina, elimina as raízes da divisão no nosso seio, cimenta a unidade, criando a visão global dos problemas no nosso Povo».

Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo

E para corrigir a presente situação o Comité Central decidiu tomar medidas específicas. No âmbito da política de quadros foi decidido alfabetizar «prioritariamente» os militantes do Partido e «assegurar-lhes o nível mínimo equivalente ao próximo ano, criar em 1981 a primeira de uma série de «escolas especiais destinadas a elevar os conhecimentos dos militantes já alfabetizados até ao nível equivalente ao da nona classe», e programar o estudo do marxismo-leninismo pelos membros do Co-

mité Central e dos Comités Provinciais do Partido.

Sobre o preenchimento das estruturas da organização, o CC saudou a decisão do Comité Político Permanente com relação a dois dos seus secretários, cooptados para trabalharem em tempo inteiro dentro do Partido. Trata-se de Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo que na remodelação governamental de Abril deste ano deixaram os seus cargos de ministros do Plano e da Informação, respectivamente, para passarem a desempenhar em tempo inteiro as tarefas de secretários do partido para a política económica (Santos) e para o trabalho ideológico (Rebelo).

Na área da política interna, foi essa a primeira indicação pública de que o Partido-FRELIMO estava empenhado em retomar a linha do reforço da acção partidária sobre a do Estado cuja teorização aparece agora na auto-crítica da Sétima Sessão do CC.

Essa política vai agora alargar-se ficando o Comité Político Permanente encarregado de providenciar para que «as tarefas de secretários do Comité Central sejam exercidas em tempo inteiro assim como as tarefas dos chefes de departamentos e seus colaboradores. Paralelamente serão preenchidas as vagas nos Comités Provinciais e Distritais e respectivos secretariados. Uma das condições para que esse passo não fique reduzido a uma medida de carácter meramente administrativo ou orgânico é a de preencher as vagas com os melhores militantes que ao nível central e local dirigem os diversos sectores das actividades do Estado e da sociedade».

No que diz respeito à admissão de novos membros, o CC decidiu «continuar a estruturação do Partido nos locais de trabalho em que ainda não foi levada a cabo, e dinamizar o processo de admissão de novos membros em todos os locais em que o Partido já foi estruturado».

A luta de classes no campo da cultura

Particular atenção foi dada durante a Sétima Sessão à problemática cultural. «A luta ideológica e a luta de classes no campo da cultura», lê-se na resolução final, «assumem uma importância crescente na nossa Pátria Socialista confrontada ao longo das suas fronteiras com a propagação, a hostilidade e a subversão do imperialismo». Entre as decisões tomadas neste capítulo conta-se a cooptação de quadros qualificados para o trabalho de direcção e organização «da vida política, económica e administrativa das zonas que sofrem agressões do imperialismo e do banditismo» assim como das «antigas zonas libertadas». Os primeiros secretários provinciais ficaram pessoalmente responsabilizados «pela atenção particular a prestar a estas zonas». Foi também decidido que o secretário do Trabalho Ideológico «organize uma revista científica e teórica do Partido que permita a síntese das nossas experiências e o enriquecimento do marxismo-leninismo». O responsável dessa área também providenciará o desenvolvimento e enriquecimento dos programas partidários da rádio e imprensa, a criação dum boletim periódico para as células do Partido e criará condições para o lançamento de um órgão diário do Partido.

Ainda no âmbito cultural ficou decidido que a Assembleia Popular deverá criar uma Comissão «com carácter permanente» que leve a cabo um trabalho de popularização da Constituição da República Popular de Moçambique e das leis do país.

Em relação às organizações democráticas de massa, determinou-se que elas devem rever o seu «estilo e métodos» de trabalho de maneira a garantirem o enquadramento de milhões de cidadãos. Na prática isto significa a abolição de critérios de admissão restritivos que só têm ca-



O CC da FRELIMO elogiou a ZANU, de Robert Mugabe, e condecorou Samora Machel com uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela libertação do Zimbabwe

bimento na admissão de membros para o Partido.

Por último, o Comité Central achou «necessário» incluir na agenda de trabalho das próximas sessões as questões relativas ao desenvolvimento do trabalho cultural, a situação das organizações democráticas de massa, o programa do formação de quadros, a análise do plano prospectivo relativo a 1981/1990, e a análise da situação internacional.

Medalha do Internacionalismo a Samora Machel

Ao saudar a recente independência do Zimbabwe e após analisar o processo da guerra de libertação e a actual situação dentro daquele território, o CC da FRELIMO destacou unicamente, e pela primeira vez, a ZANU-Frente Patriótica de Robert Mugabe. Uma passagem da resolução sobre o Zimbabwe é particularmente significativa e diz: «o Comité Central do Partido-FRELIMO saúda o presidente da ZANU-FP e primeiro-ministro da República do Zimbabwe, Robert Mubabe, pela direcção firme e sem compromissos que soube imprimir à luta no plano militar, político e diplomático».

Já no fim da sessão, e quando o presidente Samora Machel se preparava para fazer o discurso de encer-

ramento, Marcelino dos Santos pediu a palavra para anunciar que o CC havia decidido «criar e atribuir ao camarada Samora Moisés Machel uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela Libertação do Zimbabwe».

Visivelmente comovido, e perante a emoção dos restantes membros do Comité Central, Marcelino dos Santos leu a moção relativa a esta homenagem a Samora Machel que saúda o presidente do Partido-FRELIMO pela sua acção de «combatente do Internacionalismo, combatente do Socialismo», e pela sua análise da situação concreta na África Austral.

«O camarada Samora Moisés Machel», diz a moção, «honra e orgulho do Povo moçambicano, é um verdadeiro revolucionário cujo exemplo inspira e educa as novas gerações». A moção termina com as seguintes palavras: «reconhecendo estas qualidades, de combatente conseqüente da causa da Libertação e do Socialismo, combatente Internacionalista exemplar, interpretando a vontade de todo o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, o Comité Central do Partido-FRELIMO decide criar e atribuir ao camarada Samora Moisés Machel uma medalha de ouro, a medalha do Internacionalismo pela Libertação do Zimbabwe».

MADAGASCAR

No meio do mar, as conquistas do povo malgaxe

No quinto aniversário da revolução socialista, uma visão geral dos problemas, dos progressos e das soluções económicas, políticas e sociais da ilha africana, observados por um jornalista moçambicano.

Mia Couto*



DURANTE anos Madagascar conservou-se num fundo fechado, distante do continente africano. Foi somente depois de 1975 que Madagascar se projectou como país de orientação soberana e independente: Didier Ratsiraka assume a direcção da República, dando início a transformações políticas, sociais e económicas, que iriam colocar a nação na via do desenvolvimento socialista.

Sobrevoar de avião a grande ilha, permite um reconhecimento supérfluo mas rico em informações quando se conhece pouco sobre o país. A parte ocidental é ocupada por savana e planícies. À medida que se avança para o interior, predominam as grandes montanhas, maciças e enrugadas. Os altos picos atingem com frequência os 2500 metros e comprimem-se entre vales, onde a acumulação de água permite adivinhar a composição rochosa do solo.

Na região central da ilha, são raríssimas as superfícies planas. Poderíamos dizer que uma mão de gigante pretendeu imitar o solo lunar, criando uma paisagem misteriosa e desordenada, sem semelhante em qualquer ponto do mundo.

O olhar não repousa, não contempla, mas perde-se entre vales, gargantas e desfiladeiros por onde serpenteia a cadeia de montanhas onde se encontra Antananarivo, a capital do país. A cidade, com os seus 600 mil habitantes, não desfaz a

Director da revista «Tempo», de Moçambique

N.º 26/Agosto 1980

cadernos do terceiro mundo

63

impressão de mistério e originalidade. Ela espalha-se pelas montanhas e a urbanização recobre os caprichos da geografia. As casas, próximas umas das outras e com tectos pontiagudos, debruçam-se com arrojo sobre escarpas rochosas. Foi para essa região com 1500 metros de altitude que, outrora, reis e rainhas malgaxes trouxeram a sede da administração dos antigos reinados.

A arquitectura das casas, a disposição das ruas, os costumes, despertariam, sem dúvida, o gosto «turístico» do exótico e do pitoresco. Contudo, um outro olhar verificará as marcas da miséria imposta pela dominação colonial, os problemas das cidades do terceiro mundo circundadas pelos subúrbios pobres dos lumpens e dos desempregados.

Os quinze anos decorridos entre 1960 (data da independência) e 1975 deixaram intactas as raízes e os efeitos do subdesenvolvimento e da dependência económica.

O fim do neocolonialismo

A arrancada para a resolução definitiva dos problemas do povo malgaxe começou em 1975, ano em que Didier Ratsiraka subiu ao poder. A via de desenvolvimento socialista então escolhida foi apoiada por 94% da população, em Dezembro de 1975. A figura carismática de Ratsiraka e do seu partido — a Arema — passam a ser os polos de unificação e direcção das diferentes organizações da esquerda malgaxe.

Seis partidos estão unidos na Frente Nacional para a Defesa da Revolução. São eles: Arema — Vanguarda da Revolução Malgaxe, cujo secretário-geral é o Presidente Didier Ratsiraka; AKFM — KDRSM — Partido do Congresso de Madagascar — Comité de Defesa da Revolução Socialista Malgaxe, dirigido pelo pastor Richard Andriamanjato; M. F. M. — Partido do Poder do Proletário, dirigido por

Manandafy Rakotonisina; Vonjy — Partido da Saudação de Madagascar, Uno e Indivisível, liderado por Ierome Razanabahiny; Monima — VSM — Vanguarda Socialista do Movimento Nacional para a Independência de Madagascar; UDECMA — União dos Democratas Cristãos de Madagascar.

Todos esses partidos proclamam-se pela defesa do socialismo. Diferenças tácticas e, por vezes, questões pessoais impediram a fusão num único partido. O Presidente Didier Ratsiraka tentou a unificação. Ele conta como foi:

«Dirigi-me aos líderes de todos os partidos progressistas e propus-lhes a constituição de um partido único na base de um programa comum, anti-imperialista para a construção do socialismo. Deram-se, porém, litígios de ordem pessoal. Propus, então, a criação da Arema, com um programa para criar bases sólidas visando a edificação do socialismo. Todos estiveram de acordo quanto ao programa mas não aceitaram a formação de um partido único em torno dele. Propus, então, o estabelecimento de uma Frente Interpartidária com a Arema como núcleo.»

A economia

O arroz é o alimento por excelência do malgaxe. Em Madagascar, o arroz é mais do que o pão quotidiano: tornou-se mito, criação das divindades celestes. No mercado de Antananarivo, o arroz ocupa um lugar especial, guardado em cestas redondas de palha, as *sobika*. As variedades do produto são imensas e aqui também se introduziu a hierarquização social: do arroz tipo *vary lava*, de grãos longos e translúcidos, ao arroz mais escuro, destinado aos mais pobres. Os arrozais circundam e penetram os bairros da capital. A grande planície que rodeia a cidade forneceu condições naturais para a construção de extensas e belas zonas verdes que alimentam a população local.

A produção total de arroz por ano atinge hoje 2250 mil toneladas. Grande parte dessa quantidade provém da produção familiar. Os camponeses que ainda não estão organizados em cooperativas agrícolas cultivam as suas terras utilizando métodos tradicionais e uma enxada comprida, chamada *angady*. Dois ou três homens cavam a terra e preparam-na para um ritual típico: quando a água invade a terra lavrada, grupos de bois são conduzidos para os terrenos alagados.

Os homens gritam, gesticulam, provocando os bois. Estes movimentam-se assustados, mergulhando as patas na terra e revolvendo-a até a tornarem numa pasta pronta para receber as sementes.

Evidentemente, esse método — ainda que engenhoso — não é o mais produtivo. Por isso, os projectos do actual governo concedem prioridade à reorganização dos camponeses e à modernização da agricultura. A introdução de novas técnicas obedece a planos criteriosos. Fábricas de adubos serão construídas em cada uma das províncias. Paralelamente, o governo encoraja a criação de colectividades descentralizadas, com gestão e administração próprias. Essas colectividades — as *fokonolona* — têm as suas raízes em conselhos familiares do tipo patriarcal. Fundadas pelo rei Andrianampoinimerina, o velho «Nampouine», essas assembleias adquiriram tradições democráticas que, mais tarde, o colonialismo francês pretendeu silenciar. Hoje, o governo de Ratsiraka concedeu uma nova dimensão às *fokonolona*, canalizando apoio financeiro e material para a sua consolidação.

O arroz e o boi

Após a proclamação da independência em 1960, Madagascar ainda viveu muitos anos de gestão neocolonial. O presidente Philibert Tsiranana, que recebeu dos franceses uma



As nacionalizações dos principais sectores económicos criaram novas condições de desenvolvimento. Madagascar obedece hoje a uma planificação centralizada.

«independência dependente», nada fez para romper os laços de submissão económica com a França. A economia continuou assente nas mesmas bases: o arroz e o boi. E as imensas riquezas da ilha demonstravam, no entanto, a possibilidade de um outro desenvolvimento.

Foi necessário romper com o neocolonialismo para encontrar a via de desenvolvimento e definir projectos ambiciosos mas realistas para todos os sectores da economia. O próprio presidente Ratsiraka, no seu discurso de comemoração do quinto aniversário da Revolução Malgaxe, no dia 16 de Junho passado, falou dos futuros projectos e das dificuldades que terão que ser enfrentadas.

É necessário, por exemplo, melhorar as condições de criação de gado bovino e, sobretudo, tirar mais rendimento dessa produção. Existem

em Madagascar mais zebras que homens. A inexistência de moscas tsé-tsé e condições naturais favoráveis explicam essa abundância em gado bovino. Porém, nem sempre os malgaxes tiraram o melhor proveito dessa riqueza. Anos após a independência, era ainda necessário recorrer à importação de leite condensado. A carne de boi, por tradição quase religiosa, não era consumida senão em cerimónias festivas. O boi está ainda hoje rodeado de mitos religiosos e de tradições obsoletas. Por exemplo: o homem capaz de roubar os bois do vizinho é considerado como viril e corajoso. O roubo do gado tornou-se uma instituição de prestígio. Evidentemente, essa prática é hoje combatida. No entanto, ela figura ainda entre os principais problemas sociais de Madagascar, juntamente com o tráfico de drogas e o alcoolismo.

Contra o acaso

Pretende-se criar, em Madagascar, uma situação económica sólida e estável. Praticamente até hoje, a economia do país esteve dependente do acaso: colheitas não homogêneas, boas num ano, catastróficas noutra. As secas e os ciclones — cerca de 100 ciclones em 40 anos — são também agentes perturbadores.

No ano passado, a baunilha e o cravo — produtos de exportação — foram atingidos por esses fenómenos naturais. Madagascar fornece dois terços da produção mundial de baunilha, que é exportada sob a forma de essência e ao natural.

Oitenta e cinco por cento da população vive no campo. Além do arroz, cultivam a mandioca, o milho, o café e produtos hortícolas para consumo ou para venda. Peritos italianos es-

tudam a possibilidade de industrializar o álcool da mandioca, prevendo-se para breve a construção de fábricas na costa leste do país.

Nos próximos dois anos, projecta-se construir também fábricas de produção de café solúvel e centros de torrefação. O café, introduzido por imigrantes no século XIX, passou logo a ser produção habitual das famílias camponesas do país. Ainda hoje, é a produção familiar que fornece quase metade da produção total de café. A cana-de-açúcar, juntamente com diversas qualidades de frutas, completam o quadro da produção familiar. No entanto, os excedentes dessa produção encontram dificuldades muito grandes de escoamento. Chineses e indianos retiravam, da comercialização e do transporte dos produtos agrários, lucros fabulosos. Contudo, as intempéries e o mau estado das estradas desencorajaram muito a iniciativa privada nesse sector. Hoje, o Estado enfrenta esse problema mobilizando a maior parte dos camiões civis e militares para o escoamento da produção agrícola.

Conquistas sociais

Uma visita ao maior bazar da capital dá algumas indicações sobre outras realidades da grande ilha. Artesanato em ráfia e sisal é vendido sob

a forma de sacos, cestas, tapetes. Muitos desses trabalhos são exportados. Vendem-se também bonitas pedras trabalhadas de berilo, topázio e turmalinas. Mas não são essas as principais riquezas minerais de Madagascar. A grafite, o urânio e, em menor escala, o carvão e a mica são as principais produções.

As nacionalizações dos principais sectores económicos criaram novas condições de desenvolvimento. As conquistas sociais foram grandes nestes últimos cinco anos. Na educação, por exemplo, a meta de 4 milhões de crianças escolarizadas foi ultrapassada (Madagascar tem 9 milhões de habitantes). Existem hoje 10 mil escolas primárias, enquanto as secundárias aumentaram de 20, em 1975, para 80, hoje.

Registou-se, no entanto, uma relativa baixa na qualidade do ensino. O Presidente Ratsiraka atribuiu o facto ao grande número de alunos para um reduzido número de professores. A preocupação dominante é, portanto, aumentar o número de professores e melhorar o seu nível profissional.

Em relação à saúde, as conquistas também foram expressivas. Em 1979, formaram-se 79 médicos, 136 enfermeiros e 1000 técnicos de saúde, e, nestes cinco anos, multiplicaram-se os centros de saúde

e as maternidades. Uma fábrica de medicamentos será instalada em Antananarivo no próximo ano com o apoio da República Popular da China.

No campo da habitação, Madagascar é o país africano que possui o melhor índice de qualidade do continente, segundo estatísticas da ONU. A taxa de crescimento na habitação é de 9%, o que é considerado excelente no contexto africano.

Serão aumentadas as áreas para a plantação de palmeiras e intensificada a produtividade da fábrica de óleo — a Somapalm. Este ano, será iniciada também uma campanha para o cultivo de 250 hectares de soja.

O desenvolvimento de Madagascar obedece hoje a uma planificação centralizada. A exploração das enormes potencialidades minerais e agrícolas em benefício dos malgaxes atirou para trás a mentalidade fatalista de que a miséria é uma condição natural, um mal insuperável. A miséria é uma condição fabricada, uma situação histórica que os trabalhadores de Madagascar souberam enfrentar. Eles possuem hoje uma plataforma de unidade política — a Frente Nacional para a Defesa da Revolução — que lhes permite consolidar o processo revolucionário iniciado em 1975. □

Os números atrasados dos

“Cadernos do Terceiro Mundo”

vendem-se em Lisboa:

Livraria Libris

Lg.º Trindade Coelho, 4

Livrarias
da CDL

IRAQUE

Bagdade constrói um palácio: é a VII Reunião dos Não-Alinhados



Sirwan Abdul Qadir, responsável pelo projecto.

O país prepara-se para receber, em 1982, centenas de delegados e jornalistas de todas as partes do mundo. Eles vão participar na VII Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados. O Palácio das Convenções, que deverá estar pronto em fins de 1981, é a obra mais importante.

QUANDO, em 1982, for oficialmente inaugurada em Bagdade a VII Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados com a participação de centenas de delegados e jornalistas de todas as partes do mundo, poucos se deterão a pensar no esforço e trabalho de tantos operários, técnicos, arquitectos e engenheiros que possibilitaram o êxito desse importante momento.

Eles estão a trabalhar há muito tempo. Bagdade está a preparar-se desde já para a VII Reunião: os responsáveis pela infra-estrutura do encontro já estão em actividade pois, até ao final de 1981, tudo terá que estar pronto para a realização da conferência mais importante do Terceiro Mundo.

O Palácio das Convenções será uma imponente construção, desenhada por um casal de arquitectos finlandeses, Kaira e Heikki Sirin, que figuram entre os profissionais mais famosos do mundo. O custo está estimado em quarenta milhões de dinares (3 dólares equivalem aproximadamente a 1 dinar).

O local onde ficarão hospedados os chefes de Estado terá, em princípio, 120 *suites* — tipo apartamento, cada uma com quatro quartos — espaçosos restaurantes, bares, salões para banquetes oficiais, áreas para desportos, piscinas, etc. Tudo isso está avaliado em 33 milhões de dinares. Além disso, as mais importantes firmas internacionais hoteleiras (Meridien, Sheraton, Meliá,

etc.) estão já a trabalhar em Bagdade há vários anos e, em convénios especiais com o Governo do Iraque, estão a preparar uma infra-estrutura paralela, isto é, deverão hospedar os restantes membros das delegações, jornalistas, intérpretes e os demais participantes na Conferência. Só nos hotéis de cinco estrelas, estão reservadas cerca de 1200 camas.

A zona destinada aos chefes de Estado conta também com serviços diversos, como lojas, bancos, correio, informação turística e um heliporto.

Um desenho milenar

«Este Palácio das Convenções é o mais actualizado para esse tipo de

conferências. Foi desenhado e adaptado às necessidades de uma grande reunião, em função da experiência observada em outras Conferências de Cúpula dos Não-Alinhados, no Diálogo Norte-Sul, na Conferência de Segurança Europeia, na Conferência de Helsínquia e noutras» — afirmou o responsável pela organização do encontro.

O Palácio conta com um grande hall com 120 lugares para as várias delegações, cada uma composta de cinco membros. E também lugares para hóspedes ou convidados e membros das delegações visitantes.

Existem dois salões de reuniões para aproximadamente 400 pessoas cada um e outros dois salões que podem reunir 120 pessoas cada um. Foram projectados também vários halls pequenos para reuniões de comités, alguns para reuniões informais e outros para encontros formais de 10 a 30 pessoas.

«O desenho arquitectónico é tipicamente iraquiano. Os arquitectos finlandeses nunca tinham visitado o Mundo Árabe. Quando chegaram ao Iraque, tiveram contacto pela primeira vez com o Médio Oriente, de modo que nós procurámos dar-lhes uma dose concentrada da arquitectura iraquiana» — afirmou o responsável pelas obras.

Assim, o casal Sirin, no seu primeiro dia em Bagdade, foi levado a um passeio pelas ruas da cidade. No segundo dia, num barco (a parte mais antiga de Bagdade fica nas margens do rio Tigre), percorreram a cidade através do legendário rio para apreciar o velho estilo da arquitectura do país. No terceiro dia, de avião, viajaram até às áreas históricas mais importantes do país, no norte e no sul. Regressaram cansados, mas muito contentes.

Finalmente, os arquitectos puderam observar todos os segredos dos milenares desenhos da antiga Mesopotâmia visitando vários museus do

Iraque e lendo livros sobre a arquitectura do país. O desenho do Palácio das Convenções, inspirado em toda essa rica herança, é de formato rectangular, segundo as linhas sumerianas. E tem muitas arcadas de estilo islâmico.

Mas quantos anos teria a origem arquitectónica desse edifício?

— Uns cinco mil anos. E há outro detalhe: as típicas fachadas das arcadas islâmicas têm sempre incrustações de cerâmica. E esse detalhe foi mantido. E mais: quando alguém entra no Palácio das Convenções encontra, primeiro, um lugar muito espaçoso e, em seguida, os salões e os halls à direita e à esquerda. Essa é uma característica das construções de Bagdade.

Comodidades especiais para os jornalistas

Um dos aspectos mais cuidados do projecto do Palácio das Convenções da VII Reunião de Cúpula de Bagdade foi o das áreas destinadas ao trabalho dos jornalistas. Os arquitectos procuraram facilitar ao máximo a movimentação dos jornalistas, responsáveis pela divulgação das Conferências em todas as partes do mundo. «Depois dos chefes de Estado, a nossa preocupação foi o conforto dos jornalistas» — confessou um dos auxiliares do projecto.

Também com base nas experiências de conferências anteriores, o projecto das áreas para a imprensa inclui basicamente uma sala muito ampla, onde serão instaladas umas cinquenta mesas para a preparação das reportagens. Ela está localizada ao lado do salão para se escrever à máquina, salas de telex, telefones directos para o exterior, cafés e bares exclusivos para os jornalistas. Há uma sala especial para as entrevistas colectivas, que fica exactamente atrás do hall principal.

Para as entrevistas, preparou-se um estúdio de televisão, com uma

sala de descanso, lugar para maquiagem e outras necessidades próprias desse meio de comunicação. Há também dois estúdios de rádio.

No hall de conferências existirão equipas de tradução simultânea, enquanto outros halls especiais com aparelhos de televisão terão ainda tradução directa em cada língua oficial da conferência.

Para facilitar o trabalho dos fotógrafos foram projectadas câmaras escuras para a revelação de filmes. Cada agência de notícias terá o seu próprio escritório, tanto as do pool dos Não-Alinhados como as outras.

Para uma entrega mais eficiente e rápida dos documentos que forem discutidos durante a reunião, o Palácio das Convenções tem uma gráfica completa. Além disso, cada andar do prédio conta com um bar e um café, assim como restaurantes internacionais.

Casos especiais

Voltando ao tema das comodidades para os chefes de Estado, perguntámos aos organizadores da reunião se tinham pensado na possibilidade de ocorrerem casos particulares, como o de alguns xeques árabes que poderão viajar para Bagdade acompanhados dos seus numerosos familiares.

«Pode estar certo de que tudo está previsto, também os casos especiais» — responderam.

«Os prazos de entrega serão cumpridos rigorosamente» — garantiram eles. «Estamos completamente dedicados a estes projectos: o do Palácio das Convenções, em convénio com a firma finlandesa, e as residências dos chefes de Estado, com uma firma sueca». Eles vivem ao lado das obras, dia e noite, em casas pré-fabricadas.

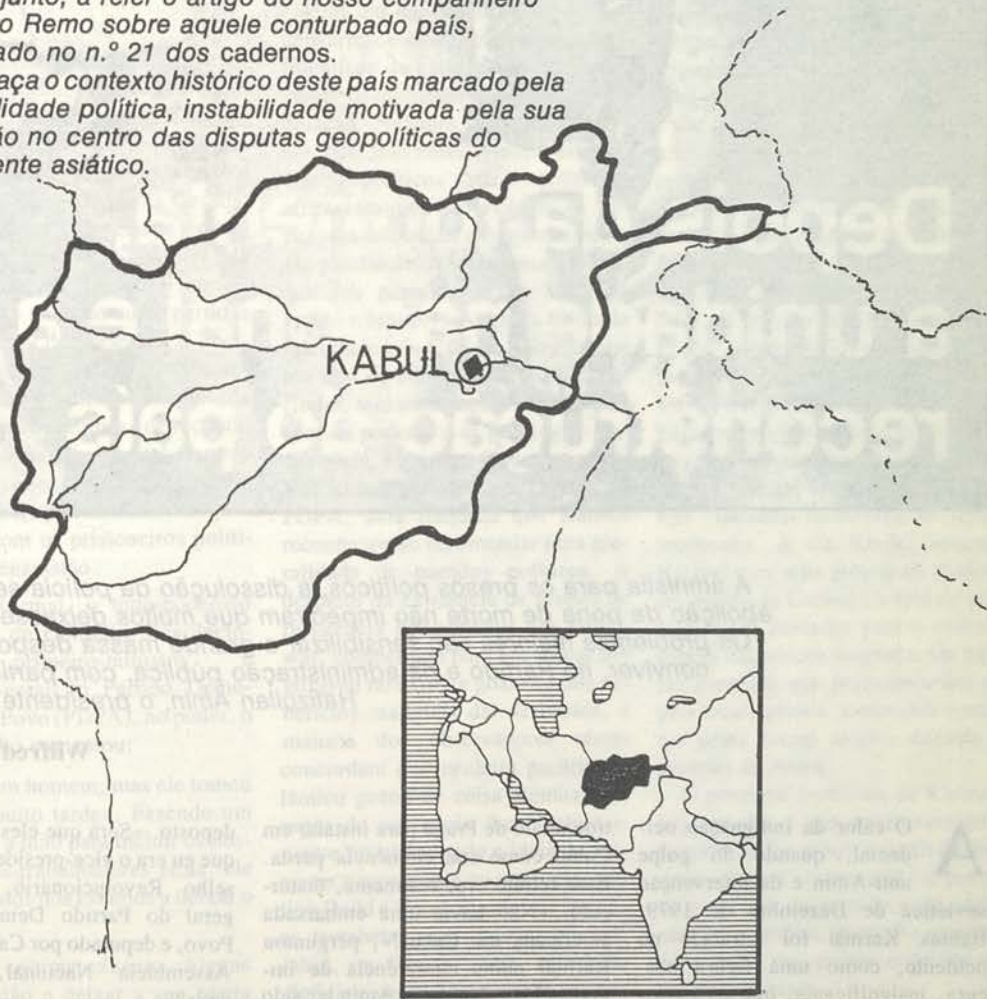
Actualmente estão a trabalhar nas obras cerca de mil pessoas, mas esse número deverá aumentar na medida em que os trabalhos avançarem, com a proximidade da data marcada □

AFEGANISTÃO

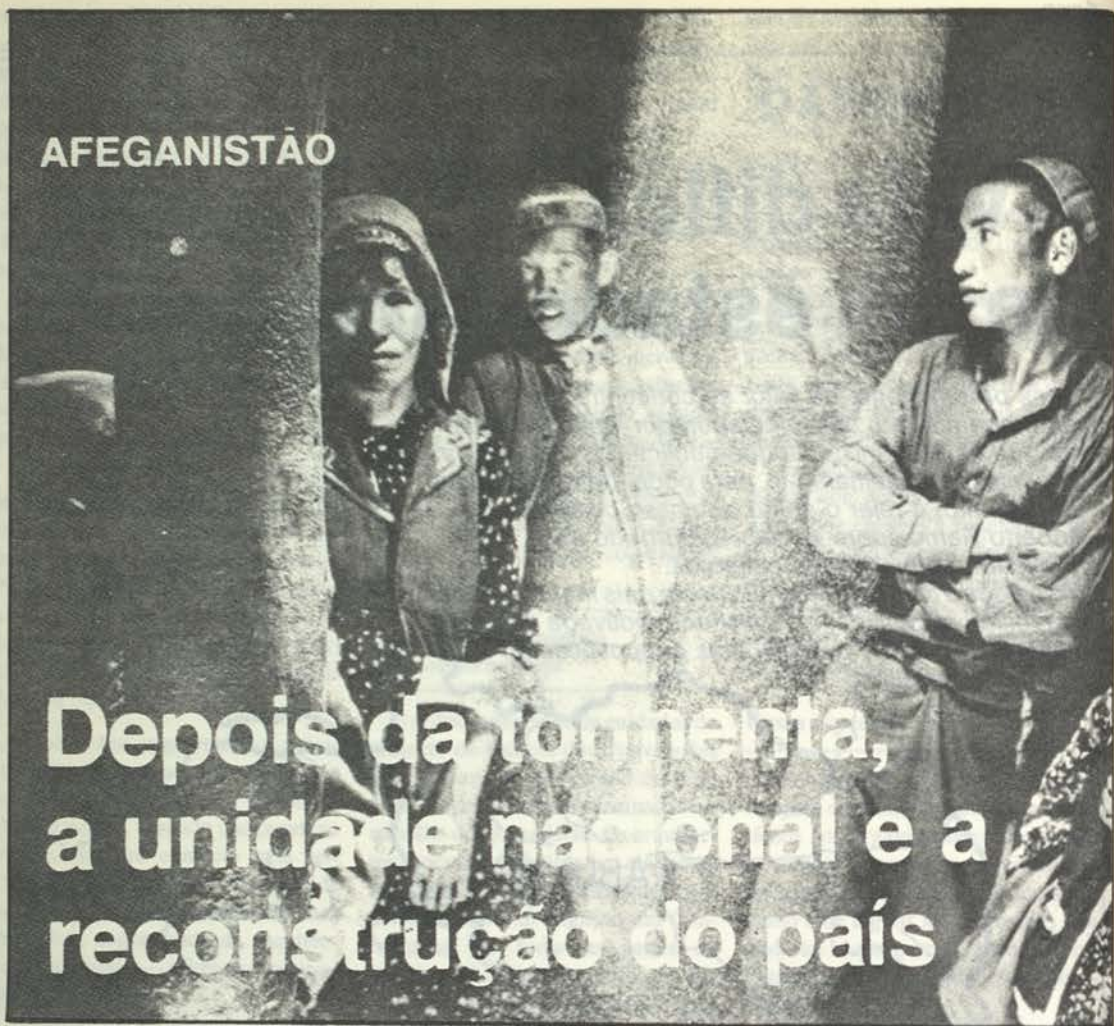
A vida difícil de um estado-tampão

Antes propriamente do leitor se concentrar na reportagem que o nosso colaborador Wilfred Burchett realizou no Afeganistão e que publicamos nas páginas seguintes, aconselhamo-lo, para poder deter uma visão de conjunto, a ler o artigo do nosso companheiro Roberto Remo sobre aquele conturbado país, publicado no n.º 21 dos cadernos.

Aí se traça o contexto histórico deste país marcado pela instabilidade política, instabilidade motivada pela sua inserção no centro das disputas geopolíticas do continente asiático.



AFEGANISTÃO



Depois da tormenta, a unidade nacional e a reconstrução do país

A amnistia para os presos políticos, a dissolução da polícia secreta e a abolição da pena de morte não impediram que muitos deixassem o país. Os problemas maiores são sensibilizar a grande massa despolitizada e conviver, no Partido e na administração pública, com partidários de Hafizullah Amin, o presidente deposto.

Wilfred Burchett

A O calor da indignação ocidental, quando do golpe anti-Amin e da intervenção soviética de Dezembro de 1979, Babrak Karmal foi retratado no ocidente, como uma figura obscura, insignificante, que os russos

trouxeram de Praga para instalar em Cabul como sua eminência parda. Esse retrato era, realmente, distorcido. «Não havia uma embaixada americana em Cabul?», perguntou Karmal numa conferência de imprensa logo depois de Amin ter sido

deposto. «Será que eles não sabiam que eu era o vice-presidente do Conselho Revolucionário, secretário-geral do Partido Democrático do Povo, e deputado por Cabul na nossa Assembleia Nacional, por oito anos?».

No mesmo avião que me trazia de Cabul vinham cerca de doze homens altos, de estaturas quase idênticas, de barbas negras, alguns acompanhados pelas esposas e filhos. Depois da partida, saíram dos seus lugares e abraçaram-se longamente, misturando as suas barbas. Todos eram tratados com deferência pelas hospedeiras da Afghan Airlines. «Cinquenta e cinco membros da família do rei Zahir Shah vêm neste vôo», explicou o meu vizinho, um engenheiro electrónico afegão que reparou na minha perplexidade. «Estavam presos desde que o rei foi deposto, em 1973. Muitos deles estão a encontrar-se pela primeira vez, em sete anos».

Eles estavam entre os 15 mil beneficiários de um dos primeiros decretos do presidente Babrak Karmal, concedendo amnistia a todos os prisioneiros políticos. Foi dissolvida a polícia secreta inspirada na Gestapo (KAM); foi abolida a pena de morte e proibida a exposição pública de quaisquer slogans políticos e retratos de líderes do governo ou de partidos do passado ou do presente. A liberdade e a saída dos sobreviventes rerepresentaram um elemento da linha de «nova abertura» de reconciliação nacional, pela qual o novo governo recebeu elogios da Amnistia Internacional, justificadamente preocupada com os prisioneiros políticos do Afeganistão.

Sobre Karmal, o todo-poderoso presidente do Conselho Revolucionário, primeiro-ministro e secretário-geral do Partido Democrático do Povo (PDPA), no poder, o meu vizinho comentou:

«Um bom homem, mas ele tomou o poder muito tarde». Fazendo um gesto com a mão para incluir os nossos amigos-trabalhadores reais, ele disse: «Todos nós estamos a deixar o país».

Era um enorme exagero. Alguns afegãos estão a deixar a sua pátria

pela maneira mais difícil, pelas passagens nevadas para o Paquistão; outros, pela maneira mais fácil, via Ariana (Afghan Airlines), para Istambul ou Nova Deli ou outro lugar, como a Alemanha Ocidental, principalmente. Mas cerca de 90% da população ficou no país. Os seus conceitos de universo são limitados pelas montanhas cobertas de neve ou áridas (de acordo com a estação), que circundam os seus vales e vilas, e pelas regras impostas pelos líderes tribais, aos quais a tradição os leva a obedecer.

A difícil unidade nacional

Uma das maiores dores de cabeça de Karmal é saber como conseguir a fidelidade da enorme e quase totalmente despolitizada maioria da população. Nenhum líder se incomodou com isso antes! Mesmo as palavras «político» ou «política», afirmaram-me, não existem na linguagem coloquial, e frequentemente são confundidas com uma palavra que soa parecido e que significa «preto e branco». Atrair as fibras da fidelidade tribal, fiá-las e tecê-las em um ano de consciência política nacional, sem uma quebra muito nítida com os poderes e os privilégios tradicionais, é uma tarefa monumental. Não há nenhum rival político para o PDPA, uma fraqueza que Karmal reconheceu ao recomendar uma pluralidade de partidos políticos. A despeito da existência de grupos de resistência aquartelados em Peshawar, competindo para encabeçar um governo no exílio e gozando dos benefícios materiais daí derivados, a maioria dos observadores sérios concordam que nenhum partido islâmico gozou de coisa alguma, excepto de um apoio local extremamente limitado, onde a ideia de restaurar a monarquia ou um regime do tipo Daúd é irreal. Da mesma forma, as trombetas que clamam por um Jahid, ou Guerra Santa, contra os «infieis» soviéticos, caíram em ou-

vidos surdos, apesar das reportagens de Peshawar em contrário. O principal problema de Karmal não vem da ameaça externa (embora isso vá ser invocado, enquanto ela existir, para manter a presença militar soviética) mas vem do interior do seu próprio partido no poder, ainda contaminado pelo defeito fatal congénito de conter muitas facções.

Empoleirado no ombro de Karmal, tal como uma água agoirenta, está o espectro de Hafizullah Amin, líder do mesmo partido chefiado agora por Babrak Karmal e advogado das mesmas causas que Karmal agora defende. Só aquela pequena minoria de activistas que teve um papel decisivo na vida política do Afeganistão, desde que participou na deposição da monarquia em 1973 sabe onde está a diferença.

De facto, para aquela pequena minoria de pessoas politicamente orientadas havia apenas dois importantes líderes políticos antes da deposição do regime pró-ocidente de Mohamed Daúd em Abril de 1978 e, no período seguinte: Noor Mohamed Taraki, líder de facção Khalki (povo) do PDPA e Babrak Karmal, líder da facção Parcham (bandeira). Taraki, sob a forte influência de Amin, propugnava por uma linha esquerdista do «socialismo instantâneo», enquanto Karmal lutava por um caminho «nacional democrático» lento, moderado. A ala Khalki venceu, Karmal e os seus principais auxiliares dentro do Comité Central do partido foram enviados para o exílio e depois caíram em desgraça. Os líderes Parcham que permaneceram no país foram presos, torturados e muitos deles foram mortos durante o período de Amin.

O principal problema de Karmal, hoje em dia, é que, tendo vencido a facção Khalki, e sob o signo da unidade, ele tem conservado em postos de comando do partido e da administração muitos daqueles quadros associados aos piores excessos do regime de Amin. □



Educação, uma campanha contra 95% de analfabetos

Um dos grandes problemas nacionais. Não há infraestrutura, não há professores. O antigo regime fascista assassinou a maioria dos quadros educacionais. A ajuda soviética. Uma entrevista exclusiva com a Ministra da Educação, Anahita Ratebzad.

A DRA. Anahita Ratebzad, ministra da educação do Afeganistão, é pequena, com dentes de pérola, um sorriso radiante—é uma veterana revolucionária. Tinha de ser ela a enfrentar o maior problema do país depois da questão da segurança nacional. Anahita está acostumada a tarefas que parecem impossíveis, como esta. Membro fundador da ala *Parcham* do PDPA, encabeçou um grupo de sete mulheres que formou a Organização das Mulheres Democráticas, na mesma época em que nasceu o PDPA (1 de Janeiro de 1965). Imediatamente após a deposição do regime Daúd pelo PDPA em 27 de Abril de 1978, seis membros do seu Comitê Central, incluindo Anahita Ratebzad e Babrak Karmal,

foram enviados para o exílio pela facção *Khalki*, de Taraki-Amin, da liderança do PDPA. Karmal foi mandado como embaixador para Praga, Anahita para Belgrado. Ambos foram então expulsos do Comité Central, como parte do plano concebido por Amin para suprimir a ala *Parcham* e eliminar os seus quadros-líderes. Mais tarde, ela voltou secretamente para ajudar a organizar a deposição daquilo que se tinha transformado no regime fascista de Hafizullah Amin.

Você poderia resumir os problemas que estão sendo enfrentados no campo da educação?

— Por causa das condições económicas e sociais do nosso país, o povo não foi convencido da necessidade da educação. Ele nunca teve os meios materiais para mandar os seus filhos à escola. Assim 98% das mulheres e 90% dos homens são analfabetos. Este é um grande problema nacional, não apenas para o partido e para o governo, mas também para a nação como um todo.

Depois da Revolução de Daúd (a monarquia do rei Zahir Shah, deposta pelo seu sobrinho e pelo seu cunhado, Mohamed Daúd, em Julho de 1973), o povo esperava grandes mudanças e confiava em que o PDPA liderasse essas reformas inclusive na educação. Mais tarde, quando tomámos o poder na revolução de Abril (1978), ele estava certo de que o auxiliáramos em todos os campos. Mas o partido e o governo estavam infiltrados pela CIA e não pudemos nem sequer aplicar o que havia de progressista na Constituição Daúd, no que se referia à educação. Ao invés de usar métodos voluntários de persuasão, o governo Taraki-Amin tentou forçar o povo — principalmente os homens — por decretos administrativos, a começarem a aprender. Foi impossível.

Aqui temos um tipo de feudalismo — muito diferente dos conceitos europeus românticos de feudalismo, a era dos cavaleiros, e tudo o mais que

requer respeito pelas tradições. Ao tentar forçar as coisas, o antigo regime colocou-se directamente contra as nossas tradições, a nossa religião, a nossa cultura e conceitos de família. Eles planearam abolir o analfabetismo em cinco anos! Com os seus métodos brutais, expulsaram o povo da revolução, do partido e do governo. O povo perdeu a sua confiança em nós. Como parte da sua maneira de ver irreal, eles planearam abranger um milhão de pessoas no primeiro ano da sua campanha contra o analfabetismo. Alcançaram, de facto, 500 mil das quais apenas 3% eram mulheres.

— De que maneira os seus métodos diferem dos que foram aplicados durante o antigo regime?

— Acreditamos numa aproximação gradual, respeitando-se as tradições e a religião. Mobilizamos todos os que têm alguma educação básica — intelectuais, religiosos nas mesquitas, professores — e trabalhamos dentro do exército, dos sindicatos, das organizações de mulheres e dos jovens, para promover a campanha. Onde quer que possamos agir juntamente com o povo, fazemo-lo e usamos frases do *Corão* tais como: «Deves aprender. Meninos e meninas devem ir à escola se são bons muçulmanos: assim eles podem ler o *Corão*.» Atacamos a velha ideia obscurantista de que o Islão é contra a educação. Com essa posição, podemos mobilizar o povo para essa tarefa. Enviamos quadros femininos para as vilas e abrimos jardins de infância por todo o país — algo que até os homens acham útil, pois isso liberta as mulheres para o trabalho de muitas horas no campo!

Os jardins de infância também representam um solo fértil para recrutar mulheres para serem educadas. Eles são «para mulheres, dirigidos por mulheres». Vamos lá para persuadi-las a começarem a aprender a ler e a escrever e vamos também às suas casas, nas fazendas e nos campos onde elas trabalham. Mas custa

muito esforço conseguir que as coisas corram como devem. Teremos que apelar para a ajuda internacional.

Já se aproximaram da UNESCO? Parece-me que a UNESCO por natureza, é favorável a tais projectos.

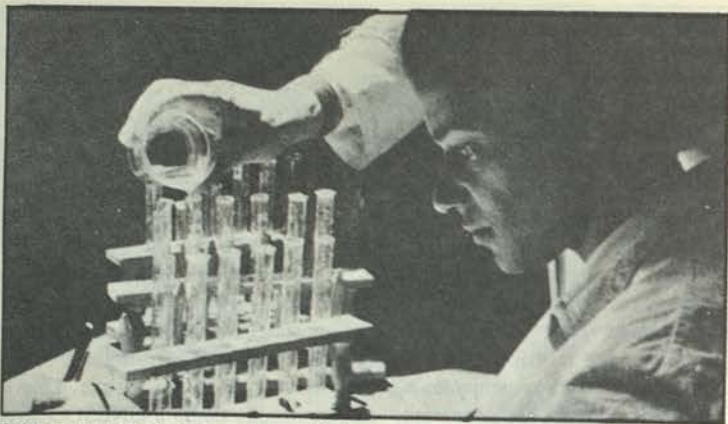
— Um dos problemas com a UNESCO é que ela garantiu 40 milhões de dólares para a campanha do antigo governo. Mas nada há para mostrar! Dessa maneira herdámos a má reputação, a estupidez e a má vontade do antigo regime. Uma organização como a UNESCO obviamente precisa ver resultados em troca do seu auxílio.

Não estamos a pretender resultados que tragam prestígio. Queremos estabelecer uma base sólida para a educação do nosso povo. O progresso virá em paralelo com a construção do país. Pode ser que a campanha contra o analfabetismo leve 15 anos, dado o estado de nosso desenvolvimento socioeconómico. Estudaremos os métodos usados no Vietname, em Angola, Cuba e Etiópia e tiraremos vantagem das suas experiências.

Carência de tudo

Além da campanha contra o analfabetismo, o que está a ser feito no campo da educação formal?

— Esse problema é muitíssimo difícil. Apenas 12 e 15 por cento das crianças em idade escolar estão a ter educação formal. Como estamos com falta de tudo, os cursos têm que ser dados ao ar livre — no Verão. As crianças sentam-se no chão, com uma mesa e uma cadeira para a professora. Não há acomodações para o Inverno, para as escolas, na maioria dos lugares. Há principalmente quatro cursos, os quais variam de acordo com a localidade. Como exemplos, temos o pashtu (idioma nacional do Afeganistão, falado pela maioria da população), a língua local (o persa, o *uzbek* ou outras), o *Corão* e a mate-



No Afeganistão só uma pequena elite teve acesso à formação universitária

mática. Estamos a organizar escolas especiais, apenas para meninos de 10 a 14 anos, mais ou menos, onde eles terão cursos intensivos, para completar, em dois anos, um curso normal de quatro anos de educação primária.

Há algum problema quanto aos professores?

— Do total apenas 0,1% dos professores são treinados, tendo cursado até ao 12.º ano. Usamos como professores os que completam o 6.º ano, com a esperança de que eles melhorem, fazendo outros cursos posteriormente. É parte da nossa desesperada carência de tudo. Em 1979 perdemos 1100 escolas que foram queimadas pelas forças reaccionárias, provocadas pelos métodos brutais usados pelo antigo regime para produzir resultados estatísticos. Muitos professores e estudantes foram mortos durante esses ataques. Agora estamos a fazer seminários de duas ou quatro semanas para treinar substitutos para esses mortos. A esse respeito os conselheiros soviéticos são de grande ajuda. Eles tiveram problemas semelhantes depois da 2.ª Grande Guerra. Antigamente, só ensinávamos *pashu* e persa. Agora ensinamos também o turco, *ouzbek* e o *baluch*. Até agora só fomos capazes de publicar livros didácticos para cursos de dois anos, mas os livros para o terceiro e o quarto anos já estão a ser impressos. Temos falta de

papel e de máquinas de impressão.

Precisamos de colégios, de preparação de professores e de dormitórios para os estudantes. Temos carência de tudo, mas principalmente de quadros. O velho regime assassinou cerca de 7 mil membros e simpatizantes do PDPA, incluindo uma grande quantidade de quadros no campo da educação.

O movimento das mulheres

Diga-me alguma coisa sobre o movimento das mulheres, como começou e como se desenvolveu.

— A Organização das Mulheres Democráticas formou-se em 1965, de modo que ela tem a mesma idade do partido. Era a primeira vez que uma organização dessas se formava. Dentro do nosso sistema feudal, semi-tribal, as mulheres não têm, absolutamente, nenhuns direitos legais. Eram exploradas pelos pais, maridos e irmãos — até pelos seus filhos. Um bebé masculino era «patrão» da sua mãe e das suas irmãs. O resultado disso era que as mulheres afegãs tinham perdido a sua personalidade, tinham perdido a confiança em si próprias. Aceitavam os seus destinos como se fossem objectos para serem empurradas para cá e para lá, de acordo com os desejos do macho. Mudar isso, a princípio, pareceu impossível.

No começo, éramos só sete mulheres a desafiar a ordem de coisas existente. O primeiro passo foi conquistar alguns intelectuais homens para o reconhecimento da importância da questão dos direitos das mulheres. Antes da Revolução de Abril, eu tinha feito algumas viagens à União Soviética e à Índia, e tinha algumas noções sobre o progresso das mulheres, mesmo em países com substanciais minorias muçulmanas. (Anahita Ratebzad, como Babrak Karmal, era deputada do PDPA, representando Cabul na Assembleia Nacional Afegã. Pôde, por isso fazer visitas ao exterior em delegações parlamentares.)

À época da Revolução de Abril, a nossa organização tinha mais de 2 mil membros, com cerca de 2500 simpatizantes activas. Tínhamos grandes esperanças. As coisas haviam caminhado bem e caminhariam ainda melhor. As nossas esperanças foram rapidamente destruídas. Em meados de Julho (1978), fui mandada como embaixadora para Belgrado e em seguida fui expulsa do partido. Uma vez decapitado o movimento, Amin começou a destruí-lo. As activistas eram presas, torturadas, mortas. Um dos aspectos do feudalismo era o de que você não se podia meter mulheres na prisão. Amin não respeitou essa tradição. Encarcerou e matou muitas das nossas moças. Desde a deposição de Amin, começamos a reagrupar as sobreviventes; estamos a pensar em formar um Conselho de Todas as Mulheres Afegãs, de modo a podermos mobilizar as nossas mulheres e orientá-las na direcção das suas novas responsabilidades — as quais incluem um maior papel na sua própria educação e na educação da presente geração de jovens.

Para ter um quadro completo das actividades das mulheres, você deve conversar com a minha companheira Soraya, uma das sete primeiras, e que agora dirige a Organização das Mulheres Democráticas. □

Soraya, a luta pelos direitos da mulher afegã

A criação da Organização das Mulheres Democráticas (DWO) numa sociedade feudal.

O direito ao voto. As reacções direitistas: ácido nas mulheres.

A luta pelos direitos humanos e contra o regime fascista de Amin. A clandestinidade.

Um relato dramático de Soraya, uma das sete fundadoras da DWO.



SORAYA («Não tenho outro nome porque nunca me casei»), uma mulher rechonchuda, rosto meigo coroado por um cabelo castanho, crespo e não muito bem tratado, é a dinâmica presidente da Organização das Mulheres Democráticas do Afeganistão (DWO). Tal como a sua irmã de luta, a ministra da Educação Anahita Ratebzad, ela foi uma das sete fundadoras do movimento de mulheres. Também como Anahita, é membro do Comité Central do PDPA (Partido Democrático do Povo). Enérgica e irrequieta, tem, sem dúvida uma forte personalidade — para frustração dos seus torturadores.

«Tínhamos que trabalhar numa situação de atraso social e numa sociedade feudal», disse em resposta à minha primeira pergunta sobre a

formação da DWO. «Todos os direitos das mulheres nos campos político, económico e humano eram pisados a pés.» Foi dentro dessa estrutura de injustiça social que Anahita decidiu criar a Organização das Mulheres Democráticas, 15 anos atrás.

«Éramos apenas sete a começar a mudar as coisas. A despeito de todas as dificuldades e obstáculos criados por vários governos, mais as naturais dificuldades causadas pela nossa sociedade medieval e pelos costumes, nunca baixámos a bandeira da libertação das mulheres — nem face ao inimigo nem por causa das condições sociais. Tivemos as nossas derrotas, mas também tivemos as nossas vitórias.»

Entre essas vitórias estava a luta pelo direito de voto às mulheres e para que elas pudessem ser candida-

tas às primeiras eleições gerais do país. Anahita foi eleita para a Assembleia Nacional. Os votos das mulheres também ajudaram a eleger Babrak Karmal, o actual presidente. Isso foi em Setembro de 1965, apenas alguns meses depois que a organização surgiu. «Usámos a tribuna parlamentar para exigir os direitos das mulheres, assim como para lutar contra todas as forças repressivas e reaccionárias» — afirmou Soraya.

Crescendo aos saltos

«Obviamente os reaccionários não ficaram parados. Sentiram-se aterrorizados com essa nova força feminina que surgia. Foi feito um projecto de lei que proibia as mulheres jovens solteiras de estudarem no exterior. Organizámos moças das uni-

versidades e das escolas secundárias para se dirigirem à Assembleia Nacional e ocuparem todos os assentos e corredores. Quando os deputados voltaram, não puderam tentar sequer ocupar as suas cadeiras. Verificaram que se quisessem discutir algum projecto restringindo os direitos das mulheres, ou eles ou as mulheres não deixariam o Parlamento vivos. O projecto foi abandonado.»

Depois dessa vitória, as forças direitistas usaram métodos mais ferozes, alugando mercenários para lançar ácido nas faces das moças activistas, espancando-as, denunciando-as a seus pais, etc.

«O facto do nosso movimento continuar a crescer aos saltos», continuou Soraya, «era insuportável para os direitistas. Eles reconheciam em nós uma considerável força de apoio ao PDPA.»

Num debate parlamentar, três deputados do PDPA — incluindo Anahita — foram tão espancados que foram deixados como mortos no chão. Foram levados às pressas para o hospital. Houve uma manifestação de protesto como nunca havia acontecido em Cabul. O povo desfilou até ao hospital, mobilizaram-se tropas para reprimir a manifestação, com baionetas contra os que iam à frente dela. Membros da DWO correram ao local, intrometendo-se entre as baionetas e os manifestantes alcançaram o hospital de onde só saíram quando Anahita foi levada até à varanda, para que todos ficassem certos de que estavam todos vivos e que ela transmitiria a mensagem a Babrak Karmal.

«Dessa maneira, provámos ser possível alcançar vitórias nas urnas, dentro do Parlamento e nas ruas» — frisou Soraya.

Uma das mais memoráveis manifestações foi realizada quando o vice-presidente americano, Spiro Agnew, chegou ao Afeganistão para justificar a política de Nixon de



A condição da mulher afegã: um pesado e ancestral fardo

bombardamentos no Vietname. A Organização das Mulheres Democráticas e o PDPA prepararam uma enorme manifestação, que se estendeu do aeroporto até à residência em que Agnew ia ficar hospedado.

Foram queimados retratos de Nixon e bandeiras dos EUA; o carro de Agnew foi alvo para tomates e, no final, o vice-presidente teve que sair do país sem ver nenhum líder excepto aqueles que lhe foram dar as boas vindas do protocolo no aeroporto de Cabul.

Mulheres sem direitos

«Não pense que tudo isso foi fácil de se conseguir», disse Soraya. «Não na nossa sociedade. Como um exemplo de como os direitos humanos eram espezinhados, os membros masculinos de uma família podiam decidir o destino de uma criança enquanto ela ainda estava no ventre da mãe. Podia ser vendida, com a data de entrega marcada, o preço fixo em gado ou em dinheiro, caso fosse menino ou menina. Era considerado normal que as mulheres fizessem o trabalho mais pesado. A elas era negada qualquer coisa que se assemelhasse remotamente aos direitos humanos».

Lembrou que havia publicado um artigo em *Parcham*, o semanário do PDPA, descrevendo como, numa região remota, mães na fase de amamentação tradicionalmente vendiam o seu leite a famílias da aristocracia, alimentando os seus bebés com um produto comercial.

«Uma delegação de homens da região invadiu o jornal, exigindo a minha pele», disse ela. «Não porque achassem que eu havia revelado uma transacção vergonhosa, mas porque havia desvendado um segredo da tribo e eles temiam perder o seu monopólio no suprimento de leite humano. Eram essas as coisas que tínhamos de combater.»

Sempre ao lado do Direito

A DWO, sempre aliado à ala do *Parcham* do PDPA, apoiou o golpe que depôs o rei Zahir Shah em Julho de 1973, assim como o golpe anti-Daúd preparado pelo PDPA com o auxílio do exército em Abril de 1978.

«É claro que participámos activamente na Revolução de Abril» continuou Soraya.

Amin, que manipulou o poder real na administração de Tarki, iniciou prontamente a destruição das vitórias revolucionárias, demolindo o governo, o partido, os sindicatos e as organizações de jovens e de mulheres. Começou a destruir tudo o que havia sido conseguido.»

«Tudo começou quando algumas das nossas camaradas, incluindo Anahita e Karmal, foram mandadas para o exterior como embaixadores e aí expulsos do Comité Central. E tudo teve seguimento com a prisão de companheiros-chave como Sultão Ali Kishmand (hoje líder da Câmara de Deputados e ministro do Planeamento Económico, a segunda personalidade mais importante do regime de Karmal), o General Abdul Kader e Mohammed Rafi. Alguns dias depois dessas prisões, foi a vez de Karima (a esposa de Kishmand e um importante quadro da DWO) e a minha vez. Seguiu-se uma onda de prisões, torturas e execuções. Foi a primeira vez, na história afegã, que foram aprisionadas mulheres por actividades políticas... As mais sinceras e leais activistas tiveram que passar à clandestinidade, para preservar o movimento e salvar a revolução. A maioria das activistas da DWO foram presas e Amin mudou arbitrariamente o nome para Organização *Khalki* das Mulheres Democráticas, querendo insinuar que ela era ligada a essa facção do PDPA».

Mergulhando na clandestinidade

Antes da minha prisão e da prisão de outras activistas, tínhamos tomado a decisão de que todas as activistas em liberdade deviam ir para a clandestinidade: uma coisa tremenda no nosso tipo de sociedade, as mulheres desertarem dos seus maridos, da sua família, dos seus filhos, dos seus estudos e empregos — e desaparecerem.»

Por causa de um grande movimento de protesto, ocasionado pela sua prisão quando desafiava os costumes muçulmanos, Soraya foi solta depois de dez dias de prisão, mas foi colocada em prisão domiciliária muito controlada.

«Ironicamente, tendo sido, com Anahita, uma das primeiras a renunciar ao uso do «véu», estava agora contente por o pôr novamente, como um meio de disfarce. (O «véu» refere-se ao *chardi* ou véu-da-cabeça-aos-pés que as mulheres afegãs usam tradicionalmente e que é perfeito como uma forma «intocável» de disfarce). As companheiras vinham como pedintes ou lavadeiras para manter contacto e nós trocávamos de roupas, de modo que eu podia sair para o meu trabalho de ligação, fazendo simultaneamente o trabalho do partido e o da organização das mulheres. Mudei a cor dos meus cabelos, tendo às vezes de usar roupas luxuosas, adaptando-me a gestos diferentes, à linguagem da alta sociedade e mantendo ligação entre várias organizações, entre elas e o partido, entre o partido e o exército. A despeito das prisões em massa, Amin viu que o partido ainda estava a funcionar; suspeitou, finalmente, de que tudo estava a ser feito através da nossa organização. Milhares de mulheres foram presas, algumas activistas nossas, outras apenas mulheres vulgares, sem actividade política. Correu a notícia de que eu havia saído da prisão domiciliária e que as prisões em massa tinham a finalidade de me agarrar. Nessa época, a nossa

rede de ligação podia funcionar sem mim, de modo que decidi permanecer em casa, em roupas normais e esperar os meus captores.»

«Não sei de nada»

«Cedo eles vieram buscar-me e eu fui submetida a torturas inimagináveis. Tortura eléctrica, com eléctrodos ligados aos dedos dos pés, das mãos, aos bicos dos seios, e queimaduras com cigarros e com um ferro eléctrico. «Quais são as tuas relações com o partido?» e «Quais são as verdadeiras actividades do partido agora?» eram as perguntas usuais. A única resposta que eles tiveram foi: «Não sei de nada». Uma única palavra a mais teria custado as vidas de dúzias de companheiras. Logo depois de ser presa, sete outras compa-

nheiras, que não tinham tido tempo para passar para a clandestinidade, foram também presas e cruelmente torturadas para informarem sobre o meu papel. Na quarta noite do meu interrogatório, o torturador chegou e disse: «A tua companheira confessou que dirigiste toda a operação». Eles traziam arrastada uma das minhas amigas íntimas, coberta de sangue, meio morta, parecendo não ter nenhum membro intacto. «Foi esta quem te denunciou.» Não pudemos falar, mas, pelo seu olhar, soube que ela não me havia traído. Eles arrastaram-na novamente para fora. Tinha sido presa com um bebé recém-nascido, e mais tarde ela disse-me que, por muitos dias depois da tortura, o leite que o seu bebé mamava era todo tinto de sangue.»

«Uma pequena satisfação que eu

tive foi a de que, ao recuperar a consciência, depois de ter passado não sei quanto tempo numa das sessões de tortura, o torturador urrou: «Agora vais falar?» Quando eu respondi: «Não sei de nada», ele apertou a sua própria cabeça nas mãos, bateu com ela na parede, e berrou: «É impossível, impossível!». Nenhuma tortura ou atrocidade fazia efeito sobre mim, mas as minhas três palavras podiam torná-lo quase louco. Essa era outra vitória!»

O golpe

Soraya fora transferida para o que era conhecido como «Corredor da Morte» na enorme prisão-fortaleza de Pule Charkhi, cerca de 20 km ao sul de Cabul, na estrada que levava a Peshawar. Panfletos eram distribuí-



No sistema feudal, semitribal do país, as mulheres não têm qualquer status. São exploradas pelos seus pais, maridos, irmãos e até pelos seus próprios filhos

dos por toda a Cabul e outras cidades, chamando a atenção do governo para as funestas consequências que se seguiriam à execução de Soraya.

Na prisão, ela podia comunicar com a rede que havia sido estabelecida do lado de fora e mesmo com prisioneiros amigos, como Kishtmund, que era mantido num dos mais remotos e secretos lugares. Nesse meio tempo, os planos de um golpe para derrubar Amin avançavam: esse golpe fora inicialmente previsto para 31 de Dezembro de 1979, de maneira que a vitória seria proclamada a 1 de Janeiro de 1980 — o décimo quinto aniversário da formação do PDPA. Karmal e outros líderes da ala do *Parcham* haviam regressado secretamente em meados de Novembro e a sua decisão de acabarem com o regime de Amin tinha ganho a maioria do Conselho Revolucionário, por um expressiva maioria. Nessa época, Amin tinha assassinado Mohammed Noor Taraki, seu «amigo» e conselheiro, e o poder total estava concentrado nas mãos de Amin e dos seus parentes mais chegados. Eu tinha sabido por meio de um outro prisioneiro de Pule Charki, Samad Azher, hoje chefe da segurança nacional, que Amin projectava matar a maioria dos prisioneiros na noite de 29 de Dezembro, e, por isso, a data do golpe anti-Amin fora antecipada. Perguntei a Soraya se isso era correcto.

«Sim, é exacto. No dia 25, um grupo do serviço de segurança de Amin visitou a prisão e anotou uma grande quantidade de nomes dos ocupantes de cada cela. Um número maior do que o habitual foi levado para a execução naquela noite. Soubemos depois que estavam a ser planeadas execuções em grupo para os restantes a 29 de Dezembro. Dessa maneira, alertámos os camaradas de fora da cadeia, no dia 26 cedo, sobre o que estava a ser planeado e de que pelo menos a grande maioria dos restantes prisioneiros seria morta.



Mohamed Taraki, líder do PDPA, que acabou por ser assassinado por Amin

Sabíamos que Amin seria deposto, mas sentíamos que até ao último momento ele poderia pegar no telefone e ordenar as execuções. Assim, os planos para a deposição foram antecipados e, justamente antes da hora H, os nossos companheiros fizeram ir pelos ares o principal centro de comunicações, de modo que Amin ficou isolado dentro do seu palácio presidencial. As nossas forças atacaram às 10 horas da noite de 27. Foi uma operação bem preparada. Esperava-se a libertação da prisão em cinco minutos. De facto, a fim de se evitar um banho de sangue, isso levou entre dez a doze minutos, sem que qualquer dos presos sofresse um arranhão».

Um processo irreversível

Perguntei-lhe quais são, agora, as principais tarefas.

«A tarefa mais importante», respondeu ela, «é trabalhar juntamente com o PDPA para reconstruir o partido de maneira a conseguir-se o máximo de unidade, a refazer a nossa própria organização depois das terríveis perdas que sofremos e ajudar os sindicatos e as organizações de jovens a fazerem o mesmo. Só então poderemos começar a levar por diante outras tarefas nacionais urgentes, tais como a campanha contra o analfabetismo, para sairmos do nosso atraso social e da nossa condição económica.»

O que pensa você sobre a condenação do Afeganistão pelo mundo ocidental, e por uma grande parte dos Estados islâmicos, por terem aberto as portas do país à intervenção soviética? — perguntei-lhe.

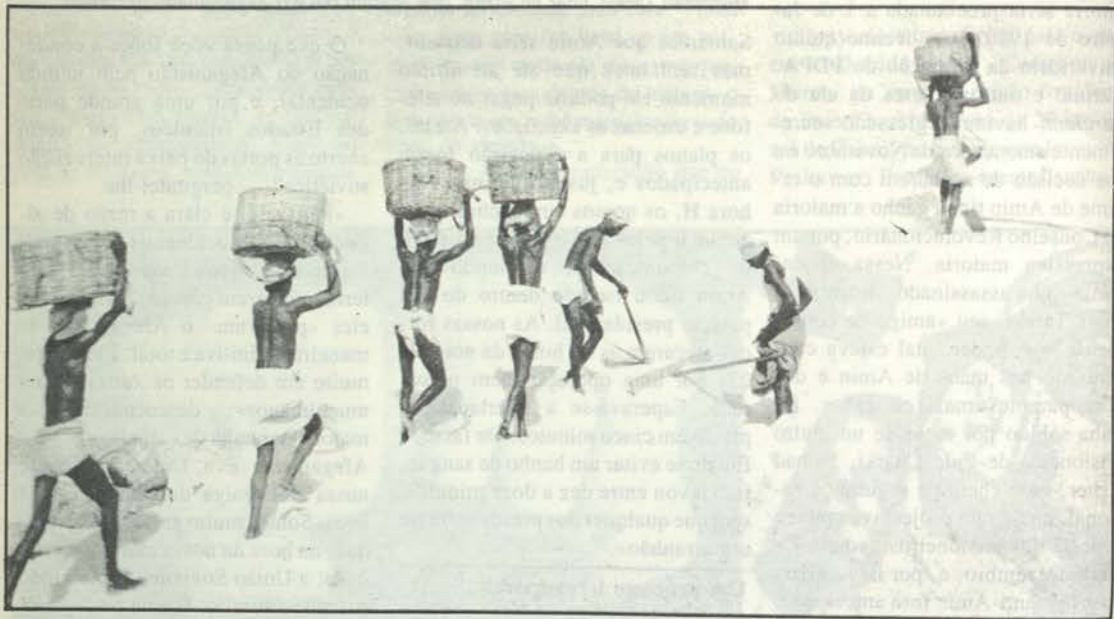
«Para nós, é clara a razão de alguns países ocidentais, especialmente os Estados Unidos e a Inglaterra, não terem gostado disso. É que eles «perderam» o Afeganistão de maneira definitiva e total. Eles falam muito em defender os «direitos dos muçulmanos», desencadeando a maior campanha de calúnias contra o Afeganistão e a União Soviética, nossa fiel amiga durante quase 62 anos. Somos muito gratos ao facto de que, na hora da nossa maior necessidade, a União Soviética tenha vindo em nosso auxílio. É uma piada cruel Carter apresentar-se agora como um «campeão dos direitos humanos» e «defensor do Islão». Onde estava a voz de Carter quando milhares e dezenas de milhares dos nossos melhores patriotas — incluindo muitos sacerdotes muçulmanos — estavam a ser torturados e massacrados? O mesmo para a Inglaterra: ela invadiu o nosso país três vezes, para tentar anexá-lo ao seu império. Três vezes foi derrotada. Agora está a procurar introduzir-se pela porta de trás, sob o pretexto de nos «neutralizar»! Fizemos uma revolução. Estamos a defendê-la com grande dificuldade. O que aconteceu é irreversível.» □

SRI LANKA

À beira da bancarrota

Há três anos no poder depois de uma expressiva vitória eleitoral, o Partido Nacional Unificado perdeu o controlo da política económica, aceitando as imposições do FMI. Redução salarial, alto custo de vida, desvalorizações constantes da rupia — uma política voltada para uns poucos privilegiados. A revolta popular, as greves, a luta contra uma nova ordem internacional neocolonial.

M. Venugopala Rao



A ilha-república que fica no extremo sul do subcontinente indiano, está a entrar na fase mais controversa do seu desenvolvimento económico — com os consequentes desdobramentos políticos — nas vésperas do terceiro aniversário da vitória eleitoral alcançada pelo Partido Nacional Unificado, actualmente no poder. Essa fase foi marcada pelo primeiro grande confronto entre o governo e o movimento sindical da oposição.

Uma greve geral convocada para 21 de Julho (o dia anterior ao aniversá-

rio da vitória do partido dirigente). Tinha entre as suas principais reivindicações não só as exigências dos trabalhadores por salários mais altos e o fim das medidas antipopulares e contra a classe trabalhadora, como também a luta contra a política de livre mercado recomendada pelo FMI e contra o desenvolvimento de um «boom de exportação» com base nos têxteis, nos produtos da indústria electrónica e outras, e apoiadas pelas corporações multinacionais. A criação de uma zona de livre comércio é um exemplo disso. O movimento da classe trabalhadora, durante muito

tempo dividido, começa a unir-se. Os resultados da confrontação poderão ser cruciais, não apenas para o Sri Lanka, como para outros países da região.

Ameaça à estabilidade

«O governo do Presidente Jayawardene adoptou por sua livre e própria deliberação a maior parte das medidas recomendadas pelo FMI», diz um recente comentário sobre a situação económica do Sri Lanka. Hoje a ilha-república vê-se empurrada cada vez mais para o fundo da

armadilha que o Fundo Monetário Internacional armou para ela e vê-se presa nos círculos cada vez mais estreitos estabelecidos à sua volta pelos Estados Unidos, no jogo pelo poder que se desenrola na área. O governo do Partido Nacional Unificado, chefiado por Junius Jayawardene, admite a escalada de uma «severa crise financeira» e de uma economia semelhante a «uma flauta soprada por todos os ventos.» Mas não admite, nem faz uma discussão séria sobre as novas dimensões das privações pelas quais passa a maioria do povo, devido à séria carência de fundos para os necessários projectos de desenvolvimento.

O apoio do FMI e outros créditos são usados para inundar o país com uma grande variedade de produtos importados, no fornecimento de bolsas para viagens ao exterior, privilégios de poucos, e para o câmbio ilimitado de moeda em transações de importação e exportação do mercado livre. A carga sobre os mais pobres, agravada pela inflação crescente (admite-se que a inflação esteja agora entre 30 e 35% e calcula-se que, por volta de 1983, ela atingirá os 100%, «a menos que sejam tomadas medidas correctivas», de acordo com o ministro das Finanças, Ronnie de Mel), foi aumentada pela retirada dos subsídios governamentais para a maioria dos artigos de consumo diário e o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade como farinha, pão, açúcar, combustível e gás de cozinha. As passagens de autocarro e comboio aumentaram e as tarifas postais e dos telefones tornaram-se mais caras.

Já não é fácil para o governo e para os seus planeadores económicos tentarem convencer o povo de que o ano 2000 está perto, e, com ele, o progresso. Repetidos choques entre o governo e o movimento da classe trabalhadora do país, conduzido pela oposição (que é mais importante do que a sua representação parlamentar), sugerem o contrário. A última

decisão de um Comité de Acção Conjunta de Sindicatos de organizar uma greve geral no dia 21 de Julho, a despeito de o governo ter assumido poderes de emergência para evitar a greve, mostra que a «calma» desfrutada pelo país durante três anos ou a «estabilidade» que o governo foi capaz de manter podem estar perto do fim.

Até há pouco tempo não se via com muita clareza essa crise. Seguindo a tradição do Partido Nacional Unificado, o partido da situação e dos privilegiados, o presidente Jayawardene tem agido, nas palavras dos seus admiradores, como «o menino queimado que não teme o fogo do FMI nem as armadilhas da Livre Empresa». Ele foi ministro das Finanças do governo do Partido Nacional Unificado em 1953 e aceitou quase todas as exigências do FMI. Concordeu em cortar, pela primeira vez, os subsídios de alimentos, inclusive uma merenda grátis para escolares pobres. Os protestos tornaram-se violentos e nas eleições realizadas três anos mais tarde, o governo do P.N.U. sofreu uma grave derrota: o próprio Jayawardene perdeu o seu lugar no parlamento.

Nos anos que se seguiram — excepto no período de 1966-69, quando o PNU esteve novamente no poder — houve a frágil experiência de um socialismo democrático, baseado na desunião e na falta de clareza da esquerda. Nos anos 1970-1977, o governo de Sirimavo Bandaranaike, protegida durante muito tempo pela imagem liberal-radical dada à sua organização, o Partido Liberal do Sri Lanka, pelo seu falecido marido e antigo primeiro-ministro do Sri Lanka, S.W.R.D. Bandaranaike, não conseguiu construir uma coligação estável de forças progressivas de esquerda. Mas, tendo herdado uma economia despedaçada e com a maior parte dos recursos do país em mãos estrangeiras, o governo de Bandaranaike fez o que pôde para erguer as bases de uma

economia própria, através do planeamento estatal, da nacionalização, das restrições ao câmbio e do controlo nas importações. Procurou diminuir as dificuldades de vida do povo pela reintrodução e maior extensão de subsídios estatais à maioria das mercadorias de consumo corrente. Mas o FMI, cuja assistência também foi solicitada pelo seu governo, foi cada vez mais hostil à orientação económica dada pelo Estado.

Sirimavo x FMI

Assim, a ilha sofreu uma mudança política, tanto pela inabilidade da coligação chefiada por Sirimavo Bandaranaike para conseguir unidade, como também através dos esforços do FMI para controlar o país economicamente. Desse modo, o ano de 1977, quando o governo caiu e o Partido Nacional Unificado subiu novamente ao poder com uma grande maioria, marcou o início da «construção de uma economia de mercado», nas palavras do ministro do Comércio e Navegação, Lalith Athulathumudali, o maior porta-voz da filosofia económica do P.N.U. Esse foi também o ano da completa aceitação de um pacote de medidas do FMI e do Banco Mundial, transformando uma economia mista orientada para o sector público numa economia de mercado a todo o vapor, baseada na livre empresa capitalista. De novo, a ajuda do FMI começou a correr livremente, à medida que o governo de Jayawardene desmantelava os controlos do Estado e o planeamento abria largamente a economia ao investimento estrangeiro; deixava que a atribuição de recursos fosse governada pelo mecanismo dos preços; desnacionalizava vários sectores da economia e dava prioridade ao crescimento orientado para a exportação. Foi o ano em que a rupia (moeda nacional) do Sri Lanka foi desvalorizada em quase 50%.

Dizem que nos últimos 36 meses,

desde Julho de 1977, quando o novo governo foi empossado, o FMI e o Banco Mundial bombearam dinheiro suficiente para construir uma economia de mercado totalmente livre, no Sri Lanka. A zona de livre comércio, agora em desenvolvimento perto de Colombo, é a última extensão desta filosofia. Isto, no entanto, está a ter efeitos curiosos, tais como movimentos para mudar as leis que proibem o trabalho nocturno das mulheres nas indústrias electrónica e noutras indústrias que estão a estabelecer-se na zona.

O pacote de medidas posto em prática e aprovado pelo FMI incluiu: 1 — abrandamento dos controlos de importação, liberalização da importação (com algumas tarifas para proteger a indústria local); 2 — liberalização da troca de moeda estrangeira e maior liberdade para viajar; 3 — altas taxas de juros, unificação do câmbio e desvalorização e flutuação da rupia; 4 — obtenção do maior volume possível de ajuda externa, garantindo-se condições muito favoráveis para o investimento estrangeiro; 5 — promoção do turismo, etc.

O influxo de largos créditos do FMI para tais propósitos, somado à desvalorização da rupia, foi, sem dúvida, o motivo de uma alta taxa inflacionária e de um grande aumento nos preços de todos os serviços e mercadorias essenciais. Demonstrando uma falta de preocupação com o interesse nacional, comum aos capitalistas-compradores de sociedades pós-coloniais, eles ignoraram as indústrias em desenvolvimento no país e investiram pesadamente em importações de mercadorias de luxo para terem lucros rápidos e grandes. Com o passar dos anos, isso tornou-se um embaraço para o governo, que não foi capaz de justificar a importação de caríssimas mercadorias de luxo para poucos perante as necessidades de muitos. Tentativas para impor regras («mesmo as mais avançadas eco-



Com o FMI a dirigir a política económica do país, o povo trabalha cada vez mais e ganha cada vez menos

nomias de mercado do mundo, com a dos Estados Unidos, Europa e Japão tem regras», disse, recentemente, o porta-voz do governo) que «encorajem a empresa e a iniciativa mas desincentivem a monopolização do mercado» não foram bem sucedidas. E tentativas para «levar as vilas para o sector comercial», pela organização de feiras e bazares e para aumentar os níveis dos impostos dos que vivem na área rural também não resultaram. Superficialmente, a estrutura de uma economia de mercado parece ter sido construída, mas, para a maioria do povo de Sri Lanka, o ano 2000 parece estar muito longe.

Apertar o cinto

Realmente, a situação é sombria. Enquanto que, para atender às condições do FMI, quase todos os subsídios foram retirados, inclusive gastos governamentais em programas de segurança social, foi dito ao povo que era necessário apertar o cinto e

«sofrer por algum tempo para ganhar durante muito tempo, pois os cofres estatais estavam vazios». Recentemente, o governo emitiu 100 milhões de rupias (1 rupia = 1 dólar) em letras do tesouro. Isto foi feito depois do ministro das Finanças ter ido a Washington, Viena, Londres, Estocolmo e Bagdade para levantar 400 milhões de dólares americanos (6400 milhões de rupias de Sri Lanka) para fazer frente ao défice em relação às importações. O ministro voltou frustrado. Declarou que tinha encontrado os países que dariam ajuda em más condições financeiras e que o Sri Lanka não podia continuar «a correr de chapéu na mão».

Actualmente o Sri Lanka deve a bancos estrangeiros e instituições internacionais de empréstimos 15.841 milhões de rupias e a dívida pública total do tesouro é estimada em 35.475 milhões de rupias. Há notícia de que o Banco Mundial e o FMI estão a pressionar o governo para desvalorizar a rupia em mais 40%. Como vários entendidos em econo-

mia ressaltaram, a desvalorização de 1977 não ajudou a economia: qual será o resultado de uma outra desvalorização? Mesmo que o governo concorde com uma nova desvalorização, o FMI e o Banco Mundial não estão dispostos a conceder novos auxílios, a menos que o Sri Lanka consiga um terço da ajuda para o projecto noutras fontes, como bancos comerciais internacionais, por exemplo. Para isto, o Sri Lanka tem que oferecer boas garantias de oposição, sob a forma de bens potenciais. Isto não será possível, a não ser que se consiga o auxílio do FMI e do Banco Mundial para o projecto. É um círculo vicioso dentro do qual o projecto de se conseguir uma economia de livre mercado conserva o país preso.

Ao apresentar no parlamento o seu orçamento para 1980, o ministro das Finanças, Ronnie de Mel, falou da taxa de crescimento de 8,2% alcançada em 1979. O que ele disse foi que a taxa de crescimento, baseada sobre a prosperidade de poucos, aos quais o sistema de livre empresa serve, não é a que o desenvolvimento económico real, para o benefício das verdadeiras massas do povo, deve trazer. Essa obsessão com as taxas de crescimento prescritas pelo Banco Mundial e pelo FMI certamente não se restringe ao Sri Lanka. É uma cruz que muitos países do Terceiro Mundo carregam. No Sri Lanka governos sucessivos durante as últimas duas décadas têm recebido conselhos semelhantes e têm caído mais ou menos na mesma armadilha: a de tentarem alcançar uma taxa de crescimento. Os orçamentos dos últimos três anos apresentados pelo governo do P.N.U. têm revelado um largo desfasamento entre receitas e despesas. De acordo com estimativas, o montante das operações de gasto de capital terá de ser financiado inteiramente por empréstimos do exterior e não por poupanças públicas. Para o governo é difícil convencer o povo de que está próximo o

dia em que o país poderá crescer com os seus próprios recursos e que muitos governos estrangeiros estão a oferecer créditos volumosos ao Sri Lanka. Não há como evitar o protesto popular.

Tensão social

O país ficou relativamente tranquilo durante muito tempo, mais ou menos até Junho deste ano, quando as forças da oposição, que tinham perdido as eleições de 1977, se uniram, a despeito das suas divergências internas, para enfrentar a séria situação pela qual a classe trabalhadora, e todo o país, passavam. Subsídios de desemprego para um número limitado da juventude desempregada e aumentos de salários, para os empregados nos sectores público e privado foram usados pelo governo na tentativa de dividir os trabalhadores e de fazer parar os protestos contra o regime. No entanto, era evidente que o governo mergulhava num período de tensões sociais.

Os métodos sutis usados pelo FMI para convencer o governo a endurecer a política, como tem sido feito nos últimos três anos, não surtem já efeito para instrumentalizar a sua acção antipopular. Enquanto, na confrontação de Junho entre o governo e os sindicatos, a violência foi evitada, não se sabe o que poderá acontecer daqui em diante.

A decisão dos sindicatos, apoiada por todos os partidos políticos da oposição, inclusive o P.F.L.S. de Sirimavo Bandaranaike, de uma greve geral nas vésperas das celebrações oficiais do terceiro aniversário do governo do P.N.U. (a 22 de Julho) marcou uma mudança política no país. A decisão do governo de assumir poderes de emergência foi tomada pela deliberação de todas as forças políticas, inclusive a influente Frente de Libertação Unida Tamil (que até agora apoiava o governo), de apoiar a greve. Como disse o seu líder, A. Amrithalingam, isso pode

significar o começo de uma luta mais séria das massas contra a política económica do governo e contra a sua atitude frente às reivindicações dos trabalhadores e do povo.

Os caminhos de ferro foram paralisados, uma greve de enfermeiras abalou o funcionamento de hospitais do governo, os exames nas universidades chegaram a ser adiados, funcionários públicos e outros trabalhadores do Governo e de serviços locais governamentais (correios e telecomunicações, portos e transportes por estradas) também estão contra o regime.

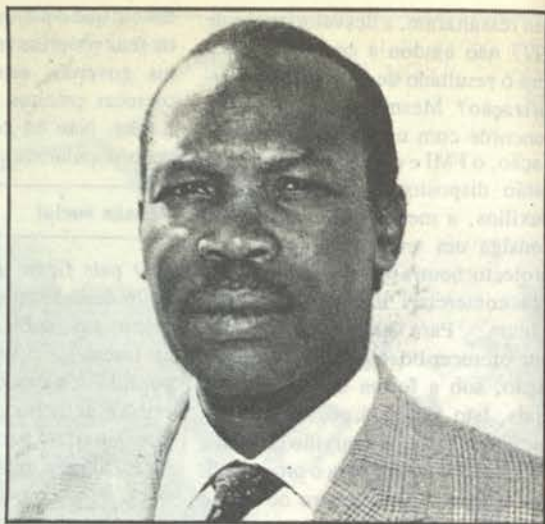
O P.F.L.S. tem menos de uma dúzia de representantes no parlamento. Obviamente, as medidas económicas e políticas tomadas pelo governo isolaram-no completamente do povo. A preocupação com o empobrecimento do povo e com a permissão dada às multinacionais para explorarem os recursos limitados do país (especialmente no contexto da zona de livre comércio, que está a ser estabelecida) está ligada ao apoio do governo do P.N.U. à estratégia americana, militar e política, na área.

A crescente movimentação de navios de guerra americanos à volta do Sri Lanka e as frequentes visitas dos navios da Sétima Esquadra ao porto de Colombo são vistas como uma prova desse apoio. O porta-voz do governo tem negado que o Sri Lanka esteja a pensar na possibilidade de conceder facilidades para a instalação de uma base naval dos EUA. No entanto, outras facilidades são prováveis.

Partidos políticos e jornais da oposição consideram difícil que a estratégia económica seguida pelo governo — por sua própria iniciativa ou por imposição do FMI — e a sua orientação na política externa não sejam partes de um todo: um esforço para ligar o futuro da classe dirigente do Sri Lanka aos esforços mais amplos de impor uma nova ordem internacional neo-colonial. □

BOTSWANA

A morte de Seretse Khama



COM o território limitado ao sul e a sudeste pela África do Sul, parte do norte e nordeste pela antiga Rodésia (hoje Zimbabwe) e todo o oeste pela Namíbia ocupada, além de sua própria economia ser totalmente dependente dos racistas sul-africanos, que fazer pelo Botswana? O presidente Seretse M. Khama, que morreu de cancro, aos 59 anos, a 13 de Junho, não duvidou e durante a visita à Tanzânia, em Setembro de 1974, tomou publicamente uma decisão: apoiar os movimentos de libertação da África Austral. E, a partir das independências de Angola e Moçambique, em 1975, passou a formar, com essas nações mais a Tanzânia e a Zâmbia, o que se conhece como grupo dos Países da Linha da Frente. Política corajosa, tendo-se em conta que os sul-africanos controlam toda a sua economia.

O Botswana, ex-protectorado inglês que tem 700 mil habitantes é o quarto produtor mundial de diamantes, mas os lucros ficam com a subsidiária da firma sul-africana De Beers, a De Beers Botswana Mining Company - Debswana. Essa empresa monopoliza a produção e o comércio internacionais de diamantes através da sua Organização Central de Vendas (CSO), que tem sede em Londres. O referido grupo é dirigido por Harry Openheimer, representante também da poderosa Anglo American Co., com quem o presidente Seretse Khama se encontrou em Agosto de 1979 para inaugurar as linhas diamantíferas de Orapa (a segunda maior mina do mundo) e Letlhakane.

O rápido crescimento da indústria de diamantes está quase a transformar a estrutura económica do país. Desde a independência, em 1966, o principal recurso foi o gado, com 80% da população dependente do lucro da produção da carne. No ano passado, o Botswana exportou 230,97 milhões de dólares em diamantes, representando 51% do total das exportações, que é de 438,71 milhões de dólares. Em 1980 espera-se um índice ainda maior de exportação com o aumento da produção nas minas de Orapa e Letlhakane.

Apesar da dependência, atitude corajosa

Os sul-africanos controlam os produtos agrícolas, as minas de diamantes, de cobre, de níquel, etc. Apenas em 1976, a moeda, que até então era *rand* sul-africano (devido à união alfandegária existente), foi substituída pela *pula*, divisível em 100 *thebe* e que equivale, na actualidade, a algo assim como 0,7784 de dólar norte-americano.

A dependência estende-se também à área das comunicações dos portos e do sistema de transportes. A emigração de trabalhadores para a África do Sul assegura mais de 25% do Produto Nacional Bruto (PNB). É diante desse quadro sombrio que a adesão do Botswana deve ser considerada como uma clara manifestação da vontade de Khama de se afastar do controle racista. Numa tentativa de orientar a política do seu governo e do seu partido (Partido Democrático do Botswana) nesse sentido, o falecido presidente reuniu-se em Moçambique, no mês de Maio deste ano, com o chefe de Estado, Samora Moisés Machel. Naquela oportunidade, ambos os estadistas conversaram sobre as formas de implementar as decisões da Cimeira Económica de Lusaka (realizada dois meses atrás) e discutiram aspectos da preparação da II Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, que se realizará em Maputo, em Novembro próximo.

É importante lembrar que na reunião, levada a cabo na capital da Zâmbia, na qual participaram Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Botswana, Swazilândia, Lesotho e Malawi, debateu-se a implantação de sistemas de cooperação entre os países representados e a formulação duma política

comum, contra a dependência em relação à África do Sul. Ao Botswana, na divisão das tarefas, coube a realização de estudos sobre o controlo da febre aftosa e a criação de um Centro de Pesquisa Regional de Agricultura para estudar os problemas das zonas áridas ou afectadas por secas cíclicas (ver cadernos n.º 24).

Cinco dias após a morte do Presidente Seretse Kahma, o ex-ministro das Finanças e ex-vice-presidente da Nação, Quett Masire, foi eleito em sessão especial da Assembleia Nacional como o

novo presidente da República. Nos meios políticos africanos, onde a escolha do sucessor de Khama era aguardada com grande interesse, prevê-se que Masire deverá manter a opção política do seu antecessor no sentido de se aproximar cada vez mais dos novos Estados africanos independentes – principalmente Moçambique e Angola, e agora, também o Zimbabwe – para fortalecer a sua decisão de cortar a dependência económica da África do Sul.

Carlos Comitini

ARGÉLIA: Reestruturação na FLN

A nomeação do novo Bureau Político da Frente de Libertação Nacional (FLN), o partido que dirige o governo, e a remoção institucional anunciada no dia 15 de Julho, confirmam a decisão do presidente Benjedid Chadli de continuar a aplicar as linhas fundamentais da política que caracterizou o país nos últimos quinze anos.

O Bureau Político de dezassete membros ficou reduzido a sete, entre os quais sobressaem o ex-Ministro dos Assuntos Estrangeiros Abdelaziz Buteflika e o coronel Mohamed Yahiaui, até ao mês passado coordenador do partido.

Na sua primeira reunião sob a presidência de Chadli, secretário-geral da FLN, o Executivo do Comité Central decidiu, no dia 16 de Julho, uma reestruturação da direcção do partido, nomeando cinco comissões e um secretariado permanente. Os assuntos económicos e sociais, confiados anteriormente a Belaid Abdesselam, ficarão agora com

Mohamed Said Mazuzi, membro do Bureau Político que dirigia a comissão de organização geral; Abdelhamid Mehri dirigirá a área de informação e cultura, tarefa que desenvolvia no governo antes de ser substituído por Bualem Bessaieh; Slimane Hoffman continua à frente da comissão de relações exteriores; Mohamed Djerraba presidirá à comissão da organização geral; e Amar Ben Auda, controlará a disciplina no interior da FLN. Finalmente, o presidente Chadli colocou como «responsável do Secretariado Permanente do Comité Central» o ex-ministro dos Antigos Combatentes (os Moudjahides), Mohamed Chérif Messaadia.

Sobre a reestruturação no aparelho do Estado, anunciada um dia antes, não há novidades de maior. A maior parte dos componentes do governo continua a ocupar os seus cargos, e só em seis pastas, de menor importância, houve troca de responsáveis.

Moçambique muda a moeda

A recente troca da moeda de Moçambique permitiu a neutralização de mais de um bilião de escudos moçambicanos que se encontravam no exterior (aproximadamente 32 milhões de dólares). O facto foi revelado pelo ministro da Segurança, Jacinto Veloso, no decorrer de uma sessão da Assembleia Popular em Maputo.

Ao ler em plenário o relatório da Comissão de Troca, Jacinto Veloso disse que um dos objectivos da mudança era a anulação de actividades inimigas:

o dinheiro colonial era utilizado dentro e fora do país para financiar os mais diversos actos de sabotagem e banditismo.

A operação de troca, feita através de 1300 postos de recepção, foi efectuada em três dias e mobilizou 12 mil pessoas. Foram utilizados 250 camiões, 800 viaturas ligeiras, helicópteros, aviões, embarcações e motocicletas.

O povo recebeu a nova moeda como um signo de reafirmação da soberania nacional e a liquidação dos últimos vestígios do colonialismo. Nas cidades e nas zonas camponesas, todos acorreram, com absoluta confiança na nova moeda, a trocar os antigos escudos pelos novos meticais.

Agressão contra Angola

NA sua edição da primeira semana de Agosto, a revista brasileira «Veja», publicou a seguinte nota, sob o título «Reagan quer virar o jogo em Angola»: «A equipa dos planeadores políticos do candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, Ronald Reagan, trabalha com a ideia de mudar a situação política em alguns países onde, para a administração Carter, os governos antiamericanos representam factos consumados. Reagan pretende agir contra Cuba e, sobretudo, em Angola, provavelmente unindo-se abertamente à África do Sul no apoio às guerrilhas da UNITA, pró-ocidentais. Os republicanos esperam que o Brasil, uma vez consultado, apoie essa viragem, pelo menos nos foros internacionais».

A informação não traz novidade de maior em relação a Reagan, cuja plataforma ultra-reaccionária defende sem rodeios posições mais agressivas contra os países independentes e progressistas, principalmente aqueles que, como Angola, estão na vanguarda da luta anti-imperialista. Na verdade, entre um governo de Reagan e a actual política norte-americana a diferença é apenas de grau. Embora se esforce para não aparecer directamente na permanente agressão sul-africana a Angola, é evidente que por detrás da mesma, ou junto a ela, está o Pentágono.

O que o sr. Reagan, através dos seus assessores, pensa fazer é actuar mais abertamente. Mas é evidente que essa política também traz, para os Estados Unidos, riscos maiores.

O importante dessa posição pública de um candidato que tem chances de ganhar as eleições presidenciais dos Estados Unidos é saber o que ele pensa em relação ao campo progressista, particularmente, a Cuba e Angola.

Também tem o mérito de chamar a atenção de governos, grupos e pessoas contrárias à guerra e partidárias do respeito pela soberania de qualquer país, para a permanente conspiração que enfrenta o governo de Angola, já que, em relação a Cuba, essa situação está muito conhecida e divulgada.

Angola tem enfrentado agressões sucessivas da África do Sul, seja através de fantoches que financia, alimenta e arma dentro de Angola, como é o caso de Savimbi e o seu grupo, a UNITA, ou directamente com invasões do seu exército.



Ronald Reagan

Os últimos ataques sul-africanos ao sul de Angola, sob o pretexto de destruir bases guerrilheiras da SWAPO, da Namíbia, foram operações militares de grande porte. O exército angolano, que se revelou uma força bem treinada, usando material de guerra muito moderno e estimulado por um espírito de luta que surpreendeu os agressores, não só conteve as agressões como em muitos casos fez o «soldadesca» sul-africana retroceder destruindo os seus tanques e abatendo os seus aviões.

Esta última ofensiva do regime racista de Pretória deveria contar com o apoio de uma rede interna de sabotadores recrutados pela UNITA e pagos pelos sul-africanos. Há meses que esses «bombistas» vinham praticando toda a sorte de crimes colocando explosivos, transportados desde a África do Sul, em mercados, cinemas e outros locais públicos.

Os sul-africanos tiveram, neste caso, a sua segunda surpresa. Além de encontrarem no campo de batalha um novo exército angolano, também enfrentaram a eficácia dos serviços angolanos de segurança internos que, amplamente apoiados pelo povo, desbarataram a rede de sabotadores. Vários deles foram presos e condenados a penas severas, inclusive o fuzilamento. «Jamais perdoaríamos ao tribunal que julga essa gente se não actuasse com energia», dizia em Luanda a um repórter da nossa revista um parente de uma das vítimas dos atentados terroristas.

Angola está a resistir eficazmente a essa conspiração que, mesmo sem o sr. Reagan chegar ao poder, conta com o evidente apoio dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Os angolanos são, hoje, uma linha da frente na luta contra o racismo e o neo-colonialismo. Contam, assim, não apenas com as simpatias mas com o apoio militante dos que lutam por um mundo de justiça e respeito pela vontade dos povos.

Presença do México

O Presidente do México realizou uma visita a três países latino-americanos: Brasil, Cuba e Costa Rica. Em todos se celebraram negociações económicas importantes.

No Brasil, além do aumento do fornecimento de petróleo mexicano, de 20 mil para 50 mil barris diários, ficou ajustado que o Brasil abastecerá com minério de ferro uma siderurgia binacional, que funcionará no México e que terá uma produção de três milhões de toneladas. Outros artigos de menor importância completaram a lista de acordos económicos num protocolo assinado pelos presidentes Figueiredo e López Portillo.

Acordos igualmente importantes foram celebrados em Cuba, principalmente relacionados com a venda ao México de 800 mil toneladas de açúcar e um amplo intercâmbio tecnológico que fortalecerá a luta dos dois países contra a dependência estrangeira.

Na Costa Rica, os acordos latino-americanos foram ampliados com a presença simultânea do presidente da Venezuela, Herrera Campins, reunindo, assim, os presidentes dos dois maiores produtores de petróleo da região. Os acordos assinados ganharam uma especial transcendência. O México e a Venezuela comprometeram-se a abastecer a área com 160 mil barris de petróleo por dia e a contribuir com o financiamento da sua compra.

Como se sabe, os países da região atravessam grandes dificuldades económicas, em parte derivadas da importação de energéticos. Com o programa estabelecido por López Portillo e Herrera Campins, que beneficia, além da Costa Rica, Barbados, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, os dois go-

vernos outorgarão a esses países, ao juro de quatro por cento ao ano, créditos equivalentes a trinta por cento das suas facturas de compras de petróleo. O prazo para o pagamento da dívida é de cinco anos, mas se os recursos derivados desses créditos se destinarem a planos económicos prioritários, sobretudo relacionados com a produção de energéticos, então o prazo estender-se-á para 20 anos com juros de dois por cento ao ano.

No entanto, nem tudo foi petróleo e minérios nas visitas de López Portillo. Na Costa Rica e em Cuba, o presidente mexicano fez declarações políticas importantes. Falando a mais de um milhão de cubanos, que lhe tributaram uma recepção triunfal, Portillo advertiu os «navegantes» que não metam a mão (ou melhor, que tirem a mão) de Cuba. «Nada suportaremos — disse — que se faça a Cuba, porque sentiríamos como se o fizessem a nós mesmos. Assim o demonstrámos, assim o continuaremos a fazer, num exercício de consciência histórica que nos liga profundamente a esta pátria americana, de que Cuba e México devem ser apoio, projecção e compromisso».

Ainda no campo político: nos meios de comunicação da América Central e México foi notada a ausência da presença popular nas homenagens que López Portillo recebeu no Brasil. O programa não previa cerimónias que pudessem permitir um contacto do presidente mexicano com o povo. Mesmo em São Paulo, quando se esperava que o seu programa fosse mais flexível, o governador Maluf — ele próprio um empresário — recrutou os interlocutores do presidente do México na Federação das Indústrias e na Associação Comercial, marginalizando o povo e os sectores representativos da vida política e social do Estado.

É possível que essa programação tenha deixado nos jornalistas que acompanharam López Portillo uma impressão equivocada dos sentimentos dos brasileiros para com o México, mas estes sem nenhuma dúvida, são de simpatia e apreço.

Ensino gratuito na Libéria

O governo de Samuel Doe decidiu institucionalizar, a partir de 1 de Julho, o ensino gratuito em todos as escolas nacionais liberianas, ao mesmo tempo que solicitou aos proprietários dos colégios privados que diminuíssem consideravelmente o preço dos estudos. Acompanhando estas medidas, o novo governo de Monróvia deliberou aumentar os

salários e melhorar as condições de vida dos professores de forma a estimular o seu trabalho.

A reforma educacional em curso na Libéria visa a elaboração de programas que assegurem a formação qualificada de quadros que sirvam os diversos ramos da economia do país.

URUGUAI: Plano de extermínio

UM novo plano para eliminar opositores políticos está a ser tramado por sectores direitistas uruguaios sob o nome de Trelew: inspirada na operação realizada por direitistas argentinos, que, em 1972, executaram 16 prisioneiros políticos, sob a alegação de que aplicavam a «lei da fuga», na base de Trelew – a 500 quilómetros de Buenos Aires –, a ofensiva terrorista iniciou-se a 26 de Maio, com a viagem do major Mauro Maurino e do tenente-coronel Fausto González a Buenos Aires.

Os dois oficiais uruguaios foram recebidos na Argentina pelos coronéis António Regueiro e Juan Carlos Ruiz para visitar as unidades responsáveis pela custódia dos presos políticos argentinos, a prisão de Rawson e a base aeronaval de Trelew, além de se terem encontrado também com as maiores autoridades da Câmara daquela localidade litoral da Argentina.

Mauro Maurino e Fausto González destacaram-se no Uruguai como figuras de «proa» da re-

pressão, tendo González sido comandante do quartel da cidade de Salto e ordenado a tortura de operários grevistas, quando ocupava o cargo.

O encontro dos militares dos dois países serviu para que fossem discutidos não só os aspectos técnicos da operação de 1972, em Trelew, mas sobretudo a sua influência sobre o processo de abertura política que nesse momento se iniciava sob a presidência do General Alexandro Lanusse.

Por outro lado, comenta-se que do encontro resultou a elaboração de uma lista com 74 nomes de presos políticos da prisão da cidade de Libertad – a 150 quilómetros de Montevidéu –, que seriam alvo da operação, elaborada por Maurino e González.

Esta nova ofensiva da direita uruguia contra os seus opositores talvez tenha a mesma sorte daquela denominada «Atica», que seria desencadeada em Dezembro passado.

As oposições uruguia acreditam que o plano Trelew teria como causa a retaliação pelo fracasso do governo na tentativa de obter apoio dos partidos *Blancos* e *Colorados* ao seu projecto de realizar um plebiscito constitucional até ao final do ano. Somente a isso, a ferrenha oposição dos sectores mais duros do exército que se negam a aceitar qualquer tipo de jogo político e lutam somente por uma tenaz e persistente repressão interna.

Declaração de Yaoundé

COM a aprovação da «Declaração de Yaoundé», foi encerrada a Conferência Regional sobre a Política de Comunicação na África. Vinte e sete países africanos assinaram a declaração e afirmaram que os problemas que enfrentam no campo da comunicação fazem parte da «herança colonial», já que «a descolonização política nem sempre precedeu a descolonização da vida cultural».

Os países participantes na Conferência consideraram que «a utilização sistemática dos órgãos de informação deve reforçar a unidade nacional para a mobilização de todas as energias em busca do desenvolvimento e, em função, de uma grande participação das massas populares na informação, no fortalecimento da unidade africana e no combate contra aqueles que tentam dividir o continente».

O documento de seis páginas destaca o interesse dos 27 Estados africanos no desenvolvimento dos meios tradicionais de comunicação social, assim como na introdução de métodos modernos

para se atingir os objectivos da descolonização: «o intercâmbio de mensagens e de conhecimentos faz-se segundo os diferentes meios de comunicação, que vão desde o ritual ao computador, do tam-tam ao satélite» – diz o documento aprovado.

Existe, no entanto, a consciência de que estes objectivos só poderão ser alcançados a longo prazo, já que a África quase não dispõe de agências de notícias com desenvolvimento técnico e recursos humanos com capacidade para desenvolver projectos muito ambiciosos. O continente também não tem fábricas de papel em número suficiente para assegurar altas tiragens dos jornais diários: em número de exemplares por habitante as publicações africanas ocupam os últimos lugares do mundo.

A Agência Panafricana de Notícias (PANA), que ainda está a dar os seus primeiros passos, deverá converter-se num instrumento chave para a implementação das resoluções de Yaoundé. Foi solicitada uma ajuda à UNESCO, através do seu Director-Geral, Mamadou Mahtar M'Bow, assim como a todos os participantes na Conferência, a fim de mobilizar recursos para que a PANA comece a funcionar quanto antes e com um número suficiente de profissionais.

A ciência pela democracia

Seis mil cientistas reúnem-se no 32.º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sob o tema central «Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática». A questão nuclear, a incompetência das esquerdas no Brasil, o problema do índio – três mil comunicados científicos



O Congresso da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC) consolidou de forma incontestável a sua importância na vida política do país e em todos os outros níveis ligados ao bem estar social da comunidade brasileira. Neste 32.º Congresso, realizado durante uma semana no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estiveram reunidos mais de 6 mil cientistas, que participaram em 111 mesas-redondas, 39 simpósios, 21 conferências, 4 encontros e 3 cursos.

Foram apresentados mais de 2800 comunicados orais sobre pesquisas

que se realizam nas áreas mais variadas.

Somente esses números dão já a dimensão do que foi esta última reunião da SBPC — a maior de todas, desde a sua primeira em 1949 — que teve como tema central «Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática». Mas, na realidade, foi muito mais do que esses números possam representar. Mais uma vez a sociedade civil brasileira, representada pela sua comunidade científica nas suas origens mais gerais, demonstrou publicamente o seu compromisso com a democracia, a necessidade de uma participação real e objectiva de todo o povo nos destinos

do país e a maturidade adquirida nesses difíceis 15 anos passados: a SBPC evoluiu do simples protesto formal e revoltado para a análise, o estudo e propostas concretas fundamentadas cientificamente.

Intimidação continua

Na abertura do Congresso, o Presidente da SBPC, o físico José Goldemberg, resumiu com muita lucidez a realidade política do Brasil de hoje, citando uma série de factos que demonstram a distância e mesmo a incompreensão que ainda existe do governo para a comunidade científica, assim como para toda a nação.

Goldemberg começou com um

facto ocorrido há três anos, em plena «abertura», no governo Geisel:

«A SBPC tornou-se para os cientistas e para a sociedade brasileira um organismo suficientemente importante para participar nos grandes debates nacionais. Esta posição não nos foi dada, mas conquistada. Nada mostrou a verdade desta afirmação melhor do que a realização da 29.^a Reunião Anual, em 1977, sem a anuência, sem o desejo e sem o apoio oficiais.»

O físico referia-se à proibição por parte do governo de a SBPC utilizar as dependências da Universidade Federal do Ceará para a realização do 29.^o Congresso, além de cortar todas as verbas de auxílio para a promoção do encontro. As medidas restritivas tinham origem na reunião anterior, a 28.^a, realizada em Brasília em 1976. Ela foi extremamente polémica, com debates sobre a estatização na economia brasileira, a política económica em relação ao nordeste do país, a política energética adoptada pelo governo com base na transferência de tecnologia estrangeira e a conferência de Emmanuel Kadt, da Universidade de Sussex, na Inglaterra, que acusou o sistema médico nacional e a medicina praticada no Brasil de «urbana e terapêutica». Falou-se também abertamente da repressão e da censura dentro das universidades brasileiras, aprovando-se num dos seus simpósios uma proposta de reintegração nas universidades dos professores afastados pelo Acto Institucional n.^o 5. O governo não suportou essas críticas.

Goldemberg lembrou também no seu discurso a manutenção «de mecanismos repressivos e de violência contra os direitos da pessoa humana», citando como exemplo as arbitrariedades praticadas em dois dos membros da SBPC, os juristas Dalmo Abreu Dallari e José Carlos Dias, detidos ilegalmente durante a recente greve dos metalúrgicos do ABC paulista, bem como a agressão pessoal sofrida pelo professor Dal-

lari, no dia anterior à sua participação na missa rezada pelo Papa João Paulo II em São Paulo.

Para sedimentar essa «incompreensão e desconfiança» do governo em relação à comunidade científica, o Presidente da SBPC fechou o seu discurso com um dos factos mais controversos ocorrido recentemente:

«Pior talvez que esses episódios foi, contudo, a recente divulgação de um documento elaborado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, acusando inúmeras pessoas e entidades — inclusive a SBPC e o seu presidente — de fazerem parte de uma conspiração internacional destinada a prejudicar o progresso nuclear brasileiro. Este documento, identificando um conluio onde simplesmente ele não existe, é revelador da atmosfera que ainda existe em certos ambientes.»

Reinventar a escola

Podem-se considerar excepcionais as condições de realização da 32.^a Reunião da SBPC, levando-se em conta os 5,5 milhões de cruzeiros gastos na organização do encontro, sem nenhum apoio oficial, a regra desde 1977. A participação foi realmente notável, demonstrando o interesse que desperta o debate, a discussão dos problemas nacionais. Em muitas ocasiões as salas destinadas a conferências e mesas-redondas não eram suficientemente grandes para abrigar o enorme número de interessados no assunto. Assim, a concha acústica, com espaço para muitas centenas de pessoas, foi o local mais concorrido para os grandes debates e exposições.

Esse grande interesse foi registado logo num dos primeiros dias do Congresso na palestra feita pelo educador Paulo Freire e membros da sua equipa de trabalho sobre o tema da educação popular. Analisaram-se também experiências anteriores a 64, como o projecto «Pé no Chão»,

realizado por Djalma Maranhão em Natal e o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. Em mesas-redondas sobre a educação, tema geral do encontro, surgiram afirmações como «não há soluções simplesmente pedagógicas, elas tem que englobar o político» ou «somente a democratização das sociedades tornará possível uma redemocratização da escola».

Na realidade, a principal constatação na maioria dos debates e discussões sobre educação na SBPC foi a necessidade de «reinventar a escola», pela falta de uma acção e uma mobilização maior: «difícilmente uma criança ou um adolescente sente prazer em ir à escola». Aliás, de entre os métodos revolucionários sugeridos na reunião, o do professor Hillel Zamith era, talvez, o mais ambicioso de todos, pregando o fim da ortografia oficial e sugerindo um sistema exclusivamente fonético, representado da seguinte maneira: «o eztablecimento de uma ezkrita rasionau presinde do saber etimologiko...» Mas a reunião não tinha esse carácter revolucionário: o problema educacional é muito mais de carácter estrutural em termos sociais do que de concepção metodológica.

O problema nuclear

Depois do tema da educação, a energia nuclear foi um dos assuntos que mais sensibilizou as platéias da SBPC. Mais de mil pessoas reuniram-se na concha acústica para participar na mesa-redonda sobre o «Programa Nuclear — Uma Visão de Dentro», com a participação do Presidente da SBPC e de um ex-membro da equipa do programa nuclear brasileiro. O importante desse encontro foi o modo pelo qual os integrantes da mesa conduziram o debate, analisando cientificamente a questão nuclear para o Brasil em vez de se fixarem em protestos puros e simples. No contexto dessas análises foram feitas algumas denúncias importantes, como a de um físico, ex-



Concelção Tavares, Celso Furtado e Pedro Malan: a esquerda não analisa cientificamente a realidade brasileira

-funcionário da Nuclebrás, responsável pela tradução de documentos com informações tecnológicas enviadas pela KWU à empresa brasileira. Ele contou que a maior parte desses documentos, carimbados como confidenciais, não passam de literatura de domínio público, que pode ser facilmente comprada em livrarias da Europa e dos Estados Unidos.

O presidente da SBPC, comentando o facto de o governo ter decidido construir mais geradores nucleares em São Paulo, disse que «há muitas razões — como pressões de bancos alemães ou a euforia com os acordos assinados com o Iraque e a Argentina— que poderiam justificar algum esforço na área nuclear, mas não justificam a prioridade dada à energia nuclear num país que tem muitas prioridades mais urgentes».

O físico Rogério Cerqueira Leite, da Universidade de Campinas, revelou que estudos feitos nos Estados Unidos já indicam que é falsa a afirmação de que o acidente da geradora nuclear de *Three Mile Island* não causou danos a ninguém: «num raio de 80 km em redor da geradora foi constatado que a mortalidade infantil

aumentou 60% após o acidente, o que foi provocado pelo aumento de abortos». «Isto é apenas um prenúncio, pois daqui a mais algum tempo conheceremos outras consequências do acidente» — advertiu o físico para uma plateia chocada e amedrontada.

Fugindo um pouco às análises científicas do problema, o secretário-geral da SBPC, Luis Pinguelli Rosa, considerou oportuna a denúncia da existência de «organizações nazi-fascistas actuando clandestinamente nos organismos oficiais» e responsabilizou-as pela elaboração do documento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia que diz ter constatado uma conspiração americano-soviético-judaica contra o acordo nuclear.

Incompetência

Os encontros que reuniram cientistas sociais e economistas também estiveram entre os mais concorridos do Congresso, pelos temas políticos abordados e pela participação de nomes famosos nesse sector, como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, entre outros. Na mesa redonda sobre «Crise Económica e

Democracia», que também foi transferida para a concha acústica devido ao interesse despertado, passou-se um atestado de incompetência à esquerda brasileira, pela falta de uma análise científica séria, conseqüente e competente da realidade brasileira.

A responsável pela crítica foi a economista Maria da Conceição Tavares, que chegou a sugerir as posições da Igreja defendidas pelo Papa como um programa mínimo para unir os opositoristas brasileiros. Conceição alertou também para o fortalecimento de grupos conservadores no Brasil, uma tendência aparentemente mundial: lembrou os exemplos do Chile e da Argentina e do norte da Europa, onde eles ganharam as últimas eleições. Na sua opinião, «os intelectuais devem assumir a sua competência profissional estudando a fundo os problemas do Brasil: isto não significa ser tecnocrata e sim político. Temos que trabalhar para propormos alternativas concretas, críticas». Defendeu ainda a posição de que as oposições devem abandonar o defensivismo e disputar o poder mais seriamente, criando contrapropostas à política do governo através de uma discussão profunda das questões que afligem o país.

O economista Celso Furtado participou na mesa redonda «A Crise do Sistema Mundial de Poder e Suas Novas Perspectivas» intervindo pouco mas sempre com muita segurança. Furtado, que considerou o Brasil um país provinciano por não se debater política internacional, falou sobre a comissão trilateral (Estados Unidos — Europa — Japão), uma tentativa para internacionalizar as instituições políticas, superando os Estados Nacionais. A seu ver, a primeira tentativa desta administração internacional foi a criação do FMI logo após a II Guerra Mundial. Ele analisou as relações internacionais entre as grandes potências e a actual crise do capitalismo, que, na sua opinião, não é clássica: «a crise decorre da evolução estrutural pro-

funda que o capitalismo sofreu no pós-guerra e da reduzida capacidade de coordenação dos sistemas políticos nacionais».

Minorias

O antropólogo Darcy Ribeiro foi quem apresentou os índios à plateia, afirmando que trazia os intelectuais índios para conversar com os intelectuais brancos. A intervenção mais interessante foi a de um representante da tribo Shuar do Equador, que fez um relato das lutas do seu povo pela terra, insistindo no direito à prioridade: «eram nossas antes do descobrimento da América».

O cacique xavante Mário Juruna, já bem conhecido dos brasileiros pela sua decisão de só falar com as autoridades brancas com um pequeno gravador ligado (companheiro inseparável) — «branco diz e depois diz que não disse» — criticou duramente a FUNAI, afirmando que a sua administração «é muito ruim, ninguém a compreende» e que ela também «não dá atenção ao índio, não somos objectos, não somos instrumentos». Juruna lembrou que nunca houve problemas com os militares enquanto o Marechal Rondon viveu, mas hoje «a sede da FUNAI vive cheia de militares, impedindo o índio de defender os seus direitos e terras».

O problema do índio foi tratado também por duas mesas redondas. Na que tinha como tema «A Questão das Barragens — Consequências para as Sociedades Indígenas» chegou-se à conclusão de que cem mil habitantes de terras indígenas estão ameaçados pelos actuais projectos de barragens, leis não cumpridas, esbulho de terras e património dos índios, diante de uma FUNAI conivente. Na mesa redonda sobre «Medicina em Áreas Indígenas» ficou constatado que a invasão branca dos territórios indígenas, em nome do progresso, trouxe, além dos danos culturais, a tuberculose, o sa-

rampo, as doenças venéreas, o cancro, um número incontável de epidemias. Sem a contrapartida de uma cobertura médica plena, com prevenções sanitárias, vacinas e antibióticos, o índio morre — afirmaram os conferencistas. A situação é muito grave e as denúncias alarmantes: «na verdade, quando se vê o bombardeamento de aldeias, a distribuição de roupas contaminadas com vírus, o desinteresse das autoridades, verifica-se uma atitude premeditada de genocídio».

O espaço dedicado às feministas foi pequeno nesse Congresso da SBPC, mas, mesmo assim, discutiu-se um programa de televisão que trata do assunto — *Malu Mulher* — num dos mais agitados debates da Reunião, não se sabe se pelo tema ou pela fama da actriz principal do programa. Regina Duarte (Malu), uma das intervenientes.

Mas a grande sensação desse encontro de minorias na SBPC, por conter um preconceito latente muito grande na sociedade, foi a mesa redonda «Homossexualismo, Ciência e Repressão», realizada à margem do Congresso, por grupos de homossexuais organizados. O encontro, que durou mais de três horas e teve a participação de aproximadamente 500 pessoas, foi considerado um sucesso pelos seus idealizadores, que defenderam nos debates a seguinte posição: «a nossa luta é pelo livre uso do corpo e transcende a questão do prazer. Queremos que o sexo não seja um instrumento de repressão ou de produção, mas de libertação».

Importância política

Sem dúvida, a SBPC vem conseguindo no correr dos anos uma grande mobilização de opinião pública em torno de debates, mesas redondas e comunicações científicas que englobam os mais variados sectores de actividade intelectual da sociedade, como uma porta aberta a quem quiser entrar para dar o seu recado. Isso tornou o Congresso uma

das manifestações mais importantes do país no exercício da democracia e da liberdade.

Alguns consideram que o interesse despertado pelas suas reuniões poderia estar ligado a um aumento quantitativo e qualitativo da produção científica no Brasil. De acordo com dados da própria SBPC, verificamos que de 1949 a 1977 foram apresentados 20 997 trabalhos científicos durante as reuniões anuais: enquanto em 1949 o total foi de 45 trabalhos, em 1977 esse número já era de 2746, um crescimento médio anual de 15,8%.

Outros justificam o sucesso do SBPC através da participação de jovens pesquisadores e de estudantes, resultado da política governamental de investir amplamente em actividades científicas e tecnológicas, a partir de 1970, determinando uma nova atitude em relação à ciência e ao cientista, normalmente limitado aos mistérios do seu trabalho no laboratório e a uma linguagem somente compreendida pelos seus colegas de profissão.

No entanto, o sucesso da SBPC parece estar mesmo no isolamento do regime, que após 68 eliminou praticamente todos os espaços possíveis à livre manifestação. Assim, ela passou a ser um dos poucos canais de expressão da insatisfação dos cientistas e da própria sociedade civil na década de 70. A brecha estava aberta e através dela começaram a penetrar sectores científicos até então pouco actuantes nas reuniões da SBPC, marcados pelo domínio da Física, da Biologia, da Genética e da Química: os cientistas sociais, especialmente os sociólogos, historiadores, cientistas políticos e economistas. Hoje, a SBPC já domina um espaço bem maior do que há dez anos e promete conquistar espaços ainda maiores, porque o seu sucesso só deixará de existir quando não houver mais necessidade dela ser utilizada como um canal de insatisfação, contestação e resistência democrática. □



Podiam ter sido os melhores jogos de sempre

Podiam ter sido de facto os melhores Jogos Olímpicos de sempre, os mais competitivos de sempre. Tudo estava preparado para que o fossem.

Mário Moura

«**P**ODIAM ter sido os melhores jogos de sempre», dizia-me à saída do Estádio Lenine, de Moscovo, na tarde de 3 de Agosto, um jornalista brasileiro, camarada amigo de três semanas de vivência na capital soviética.

A chama olímpica tinha-se extinguido há pouco mais de uma hora. Os atletas dos 81 países concorrentes encaminhavam-se alegres e sorridentes para as camionetas que os devolveriam à aldeia Olímpica. Os espectadores soviéticos, felizes por terem

assistido a um espectáculo empolgante, mas ao mesmo tempo tristes por terem visto subir no ar o urso Mischa, regressavam aos seus lares. Os jornalistas, esses, abandonavam, à pressa, o Estádio para enviarem o derradeiro telex para as suas redacções.

Os jogos de Verão da vigésima segunda olimpíada tinham chegado ao fim. As manobras do imperialismo não tinham conseguido impedir que, pela primeira vez na história do movimento olímpico, os jogos

16 recordes do mundo

Atletismo

Salto à vara

Wladyslaw Kozakiewicz (Polónia) 5,78 metros

Salto em altura (mas.)

Gerd Wessig (RDA), 2,36 metros

4x100 metros (fem.)

RDA (Muller, Wockel, Auerswald, Gohr) 41,60 segundos

Natação

100 metros (fem.)

Barbara Krause (RDA), 54,79 segundos

1500 metros livres (mas.)

Vladimir Salnikov (URSS), 14 m. 58,27 s

100 metros costas (fem.)

Rica Reinisch (RDA), 1 m. 00,86s

4x100 metros livres (fem.)

RDA, 3 m. 42,71 s.

Halterofilia

Categoria de 56 quilos

Daniel Nunéz (Cuba), 275 kg.

Categoria de 60 quilos

Victor Mazin (URSS), 290 kg

Categoria de 67,5 quilos

Banko Roussev (Bulgária), 342,5 kg

Ciclismo

1000 metros de contra-relógio

Lothar Thoms (RDA), 1 m. 02,95 s.

4 quilómetros de perseguição por equipas

URSS, 4 m. 15,70 s.

Pentatlo Moderno

Torneio individual (fem.)

Nadejda Tkachenko (URSS), 5083 pontos

Tiro

Pistola livre

Alexander Melentiev (URSS), 581 pontos

Carabina em três posições

Victor Vlassov (URSS), 1.173 pontos

Alvo móvel

Igor Sokolov (URSS), 589 pontos

tivessem como sede um país socialista.

A frase de Castilho de Andrade, um dos enviados especiais do «Jornal da Tarde», de São Paulo, ficara-me no ouvido. Podiam ter sido de facto, os melhores jogos de sempre, os mais competitivos de sempre. Tudo tinha sido preparado para que o fossem — os recintos desportivos dispunham de condições nunca vistas até então (a piscina olímpica e o velodromo, segundo os competidores, eram os mais rápidos de sempre), as provas foram organizadas de modo a que os atletas não saíssem prejudicados, mas faltaram alguns dos melhores atletas do mundo.

Mesmo assim foram estabelecidos 37 recordes mundiais (mais dois que nos jogos de Montreal), 73 recordes olímpicos e 39 recordes europeus, marcas que assinalam o (elevado) nível competitivo destes jogos.

Do fracasso de um boicote...

Mais de cinco mil atletas de 81 países compareceram em Moscovo para competir num dos mais controversos jogos de sempre. Trinta e seis países, seguindo o conselho do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, boicotaram os jogos, utilizando sempre argumentos extrasportivos, que nada tinham a ver com a carta olímpica.

Temendo que em Moscovo a embaixada desportiva norte-americana repetisse o fracasso registado quatro anos antes em Montreal, Carter utilizou uma série de manobras para liquidar a grande festa do desporto mundial, a mais viva jornada de confraternização entre os desportistas de todo o mundo.

O anticomunismo de Carter também não foi alheio a todo este processo. Decerto que o presidente dos EUA não veria com bons olhos a realização de uma manifestação desportiva tão importante como os Jogos Olímpicos na pátria do socialismo.

Mas foram infrutíferas todas as

tentativas para impedir a realização dos jogos em Moscovo. O pretexto argumentado pelo presidente norte-americano foi o da intervenção militar soviética no Afeganistão, mas a breve trecho, esta ideia ruiu pela base, quando Carter, um mês antes do início dos jogos, afirmou que os Estados Unidos os boicotariam, mesmo que os soviéticos retirassem os seus soldados do território vizinho.

A tentativa de boicote liderada por Carter recolheu o apoio de alguns países aliados, mas a maioria dos países filiados no Comité Olímpico Internacional (COI) recusou a proposta e apresentou-se em força na capital da União Soviética.

O boicote foi um fracasso, Carter perdeu mais uma batalha da sua guerra, e os dirigentes soviéticos também não lucraram com a ausência de fortes competidores como os norte-americanos, os japoneses, os alemães ocidentais e os canadianos entre outros. Quem foram, afinal, os derrotados? Os atletas, aqueles rapazes e raparigas que aspiravam sagrar-se campeões olímpicos...

Foram esses jovens os grandes derrotados pelas manobras de Carter e dos seus «camaradas». Foram as Cynthia Woodheads, as Tracy Caulkins, os Edwins Moses, os Harald Schmidts e os Fernando Mamedes, atletas que se treinavam desde há anos para conseguirem alcançar aquilo que distingue os atletas mais dotados dos mais fracos, desportivamente — as medalhas olímpicas.

Tanto Carter como os políticos que seguiram o seu ponto de vista, não tomaram em atenção este «pequeno» pormenor, preocuparam-se mais em tentar infligir uma derrota à União Soviética e, por tabela, ao movimento olímpico.

Felizmente, a grande maioria dos dirigentes olímpicos rejeitou frontalmente os desígnios de Carter, e entre estes homens caberá realçar um antigo jornalista irlandês, Lorde Killanin, um dos grandes responsáveis

pela realização dos Jogos Olímpicos de Moscovo.

Com efeito, Lorde Killanin, que culminou em Moscovo um mandato de oito anos na presidência do COI foi o homem que, na calma e obscuridade dos gabinetes, mais lutou pela realização dos jogos. Encontrou-se com Carter e Brejnev, reuniu com os Comitês Nacionais de todo o mundo, resistiu às mais variadas pressões, mas manteve-se firme, revelando-se um digno sucessor de Pierre de Coubertain, o «pai» dos Jogos Olímpicos da era moderna.

Killanin foi duro para com os seguidores do boicote, acusou Carter de «falta de compreensão» e foi mais longe ao afirmar que os americanos não têm quaisquer conhecimentos desportivos para além do futebol americano e do beisebol. «Se estas modalidades fossem olímpicas talvez não houvesse boicote», ironizou Killanin.

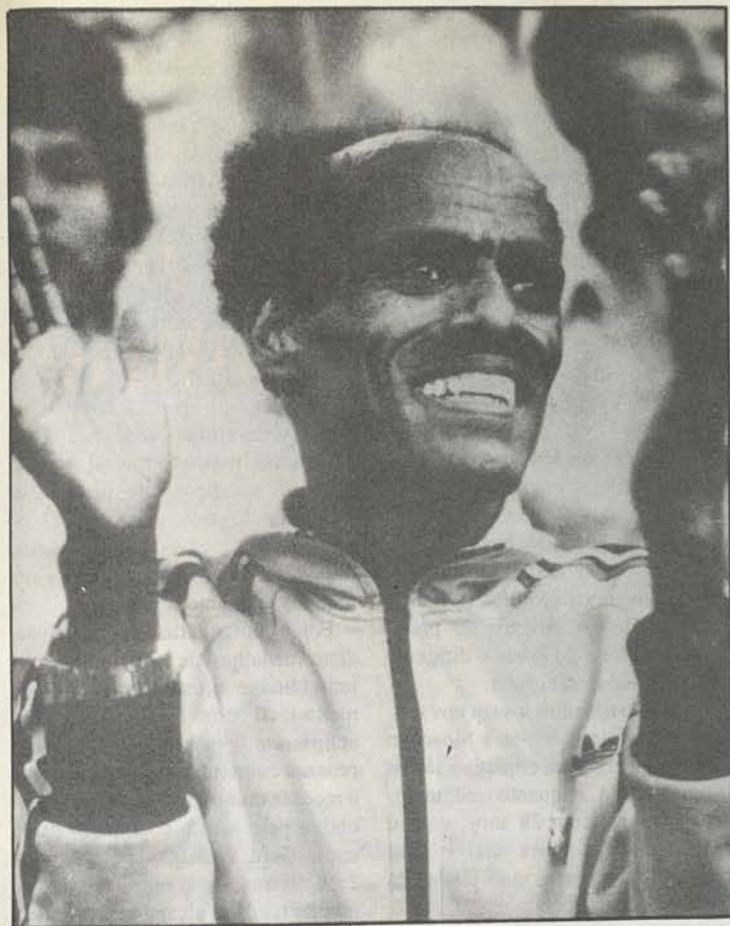
... ao reforço do movimento olímpico

O boicote de Carter foi, em certa medida, prejudicial aos jogos, mas, em contrapartida, teve a vantagem de reforçar o movimento olímpico.

A par dos jogos de Moscovo realizou-se o Congresso do COI, cujo ponto principal da agenda de trabalhos era a eleição do novo presidente. À primeira volta, e sem margem para dúvida, foi escolhido o diplomata Juan Samaranch, embaixador de Espanha na capital soviética.

A rápida eleição de Samaranch, entre quatro candidatos, demonstrou que o movimento olímpico se encontra unido, coeso e forte, pronto a defender-se de novas investidas tendentes a liquidar os Jogos Olímpicos.

Aliás, nos Congressos das Federações desportivas internacionais, realizados em Moscovo, foi notória uma oposição frontal ao boicote. Daí resultou que a maioria dos dirigentes



Miruts Yifter, o «Deus» do estádio e orgulho do Terceiro Mundo

desportivos dos países que não participaram nos jogos foi preterida em relação aqueles cujas representações estavam presentes em Moscovo.

O novo presidente do COI é um diplomata de carreira, um homem experiente que conseguiu quebrar o gelo das relações Espanha-URSS, mas é grande a tarefa que tem à sua frente, assim como a responsabilidade de suceder a um homem da estatura de Killanin.

A desnacionalização dos Jogos Olímpicos, com a consequente supressão dos hinos, das bandeiras e dos discursos dos chefes de Estado, assim como a possibilidade dos Jogos se passarem a realizar sempre na Grécia são alguns dos principais

problemas que se irão colocar à gerência de Samaranch.

O diplomata espanhol está confiante, afirmou, inclusivamente, em Moscovo, que 1980 foi o ano da salvação dos Jogos e preconizou que em 1984 disputar-se-ão os Jogos da reconciliação.

É certo que alguma coisa tem de ser modificada, mas o menos acertado parece-me ser o banimento das bandeiras e dos hinos. Nos Jogos de Moscovo foi correcta essa alteração, porque foi a partir dessa plataforma que alguns países concordaram em participar, mas no futuro a proposta afigura-se-me caricata, pois que não faz sentido, como aconteceu em Moscovo, a bandeira do comité ol-

ímpico britânico subir no mastro do Estádio, enquanto os súbditos de Sua Majestade, empunhando a bandeira do país, cantavam o «God Save The Queen»...

A sugestão da transferência dos Jogos para uma sede própria, na Grécia, é uma ideia interessante, mas que deve merecer uma análise cuidadosa, porque os Jogos Olímpicos, hoje em dia, representam um património inalienável de toda a civilização mundial, pertencem ao mundo inteiro e não apenas a um país.

URSS e RDA

— os grandes vencedores

A União Soviética alcançou um recorde na história dos Jogos Olímpicos, ao conquistar 195 medalhas (80 de ouro, 69 de prata e 46 de bronze), o que corresponde a 30,7 por cento do total de medalhas distribuídas.

Em segundo lugar ficou a República Democrática Alemã com 47 de ouro, 37 de prata e 42 de bronze, totalizando 126 medalhas.

As 80 medalhas de ouro soviéticas (mais 32 que em Montreal) são 39,2 por cento das 204 distribuídas, enquanto as 47 da RDA representam 23 por cento.

Nos Jogos de Montreal, a URSS tinha ganho 48 medalhas de ouro, a RDA 40 e os Estados Unidos 34.

Os países socialistas do leste europeu voltaram a dominar os Jogos. Os representantes da URSS, RDA, Bulgária, Hungria, Roménia, Polónia, Checoslováquia e Jugoslávia conquistaram um total de 155 medalhas de ouro, isto é 76 por cento do total. Estes países obtiveram no total 475 medalhas, ou seja 75,1 por cento das 631 medalhas atribuídas nos Jogos de Moscovo.

Dos países do Terceiro Mundo, Cuba foi o que atingiu maior evidência, com 20 medalhas conquistadas — 8 de ouro, 7 de prata e 5 de bronze.

Além de Cuba, cinco países das Américas Central e do Sul (Brasil, México, Venezuela, Jamaica e Guiana) conquistaram medalhas olímpicas, num total de 23.

Quatro países africanos ganharam onze medalhas olímpicas — Etiópia, Zimbabwé, Tanzânia e Uganda — cabendo ouro aos dois primeiros (duas medalhas para a Etiópia e uma para o Zimbabwé).

Quatro países asiáticos deixaram também Moscovo com medalhas olímpicas na bagagem. A Índia conquistou uma medalha de ouro, através da sua equipa masculina de hóquei em campo, a República Popular da Coreia do Norte ganhou cinco medalhas (3 de prata e 2 de bronze), a Mongólia quatro (2 de prata e outras tantas de bronze) e o Líbano uma de bronze.

De um modo geral, os atletas dos países do Terceiro Mundo deram um pulo qualitativo em relação aos últimos Jogos.

Os pugilistas cubanos voltaram a revelar superioridade e, entre eles, Teófilo Stevenson cometeu a proeza de alcançar pela terceira vez consecutiva a medalha de ouro na categoria de pesados. Nas onze finais de pugilismo, os cubanos estiveram presentes em oito e conquistaram seis medalhas de ouro.

No hóquei em campo, supremacia absoluta dos terceiro mundistas. A Índia venceu a prova masculina e o Zimbabwé independente forneceu a nota de sensação, ao ganhar de forma categórica a competição feminina.

Um senão, porém, em relação aos atletas dos países do Terceiro Mundo: alguns pugilistas mostraram não possuir condições para competir nuns Jogos Olímpicos. Lembro-me por exemplo de um pugilista laciano que efectuou em Moscovo o quarto combate da sua carreira e, como resultado dessa impreparação, não aguentou mais de dezoito segundos no ringue...

O importante, como diria Couber-

tain, é participar, mas, atenção, sempre dentro de certos limites, que não coloquem em perigo a vida do atleta...

Dois dos novos países de expressão portuguesa, Angola e Moçambique, estiveram também presentes em Moscovo, com delegações reduzidas, é certo, mas com uma presença cheia de significado.

«Viemos para aprender, mas dentro de oito anos contem connosco», disse-me o director geral dos desportos de Moçambique João Carlos, antigo futebolista do Belenenses e do Barreirense.

A caravana de Moçambique integrou dois atletas cujos apelidos são muito queridos da revolução moçambicana. O nadador Netwane Machel e o atleta Stelio Craveirinha são, como indicam os próprios apelidos, os descendentes directos do presidente Samora e do poeta e dirigente político José Craveirinha.

O primeiro, muito jovem nos seus 14/16 anos, deslocou-se a Moscovo para aprender, o seu objectivo são os Jogos de 1984, enquanto o segundo, mais maduro, com 28 anos, colheu ensinamentos «muito úteis» para transmitir aos atletas mais jovens do seu jovem país.

Miruts Yifter — o «Deus» do Estádio

Nos Jogos Olímpicos de Moscovo realizaram-se competições de 21 modalidades, mas os Jogos são os Jogos e, como é tradição, a ginástica, a natação e o atletismo concitam as atenções gerais.

Se Bárbara Krause e Rica Reinisch, da RDA, e Vladimir Salnikov, da URSS, «encheram» a piscina olímpica do complexo desportivo Olimpiski, e se Alexander Dityatin dominou a ginástica masculina, conquistando oito medalhas, batendo por uma o recorde do norte-americano Mark Spitz nos Jogos de Munique (1972), o atleta que se guindou a um plano mais elevado foi

um minúsculo etíope chamado Miruts Yifter, que aos 36 anos de idade, conquistou as medalhas de ouro nas provas de 5000 e 10 000 metros.

«Estas medalhas não são minhas, dos meus colegas, ou do meu país, são de toda a África», declarou Yifter no final da corrida dos 10 000 metros, prova onde destroçou por completo o mais sério rival, o finlandês Lasse Viren, atleta que possuía no seu palmarés as medalhas de ouro dos 5000 e 10 000 dos Jogos de Munique e Montreal.

Yifter é um pacato capitão da Força Aérea etíope que já em 1976 se encontrava numa forma tal que estava em condições de discutir os primeiros lugares nas corridas de fundo, mas o boicote africano impediu-o de ser lançado para a alta roda do atletismo mundial.

Foi o único atleta a conquistar duas medalhas de ouro em provas individuais e os seus triunfos, dado o modo fácil como foram alcançados, eclipsaram, parcialmente, outras proezas cometidas no estádio, como o recorde mundial do salto em altura, obtido pelo jovem cozinheiro de 21 anos, Gerd Wessig, da RDA, com 2,36 metros, ou o outro recorde do mundo também alcançado no ar pelo polaco Vladislav Kozakiewicz, com 5,78 metros no salto à vara.

Outras marcas mundiais foram superadas nas provas de atletismo (martelo, pentatlo, 800 metros femininos e 4x100 metros femininos), mas as mudanças de velocidade do «velho» Yifter (foi um drama desvendar a sua idade!) estão ainda na retina de milhões e milhões de pessoas que acompanharam os Jogos. Será que o «Deus» do Estádio Lenine, como lhe chamam os seus compatriotas, manterá a forma até aos Jogos da vigésima terceira olimpíada, em 1984, em Los Angeles? Aguardemos...

(*) Mário Moura fez a cobertura dos Jogos Olímpicos para a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP)

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

SONANGOL na reconstrução nacional

Pesquisa e produz
petróleo na terra
e no mar



Exporta petróleo para a
independência econômica de
Angola



Transformará o petróleo
em produtos refinados
para o desenvolvimento
do país



Transporta e distribui em
todo o país



Nas estações de serviço
para todos os veículos



No campo para o
desenvolvimento da
agricultura



Para a cozinha



Na pesca, para a
melhoria da
alimentação



Na aviação, na
melhoria das
comunicações



Nas fábricas,

para o aumento da produção
nacional



Aprende e ensina sobre

as vantagens do
petróleo, a cada dia que passa



Nascemos há pouco tempo. Crescemos
dia a dia ajudando Angola a crescer.



Endereço: Rua Duarte Pacheco, 8
4º Andar C.P. 1316
Telex 3148 e 3260
Telefones: 31690/7
31994/5